

POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA E OS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

um estudo na Região das Missões - RS

TIAGO COSTA MARTINS (ORG.)



POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA
E OS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
um estudo na Região das Missões - RS



Reitora

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Vice-Reitor

Eltor Breunig

Pró-Reitor de Graduação

Elenor José Schneider

Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação

Andréia Rosane de Moura Valim

Pró-Reitor de Administração

Dorivaldo Brites de Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional

Marcelino Hoppe

Pró-Reitor de Extensão
e Relações Comunitárias

Angelo Hoff

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Andréia Rosane de Moura Valim

Angela Cristina Trevisan Felippi

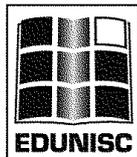
Felipe Gustsack

Leandro T. Burgos

Olgário Paulo Vogt

Vanderlei Becker Ribeiro

Wolmar Alípio Severo Filho



Avenida Independência, 2293

Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462

96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc

Tiago Costa Martins (Organizador)

POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA
E OS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
um estudo na Região das Missões - RS

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2016

© *Copyright*: dos autores
1ª edição 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes, Caroline Fagundes Pieczarka
Arte da capa: Alexia Antelo

P769 Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões - RS [recurso eletrônico] / organizador, Tiago Costa Martins. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2016.

Dados eletrônicos

Texto eletrônico

Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc>

ISBN: 978-85-7578-433-4

1. Administração municipal. 2. Finanças públicas. 3. Investimentos públicos.
I. Martins, Tiago Costa.

CDD: 352.14

Bibliotecária : Edi Focking - CRB 10/1197

Ministério da Cultura
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Grupo de Pesquisa em Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais – GPAC
Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais – OMiCult

Este livro é o resultado da pesquisa intitulada “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional”, financiada pelo CNPq e Ministério da Cultura, Governo Federal, através da chamada CNPq/MinC/SEC nº 80/2013.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Marcelo Ribeiro 6

INTRODUÇÃO 8

PRIMEIRA PARTE - POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Tiago Costa Martins, Victor da Silva Oliveira 11

SEGUNDA PARTE - REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS EM CULTURA

A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA CULTURA A PARTIR DOS CADASTROS DE PESSOA FÍSICA

Daiane Gampert, Marcela Guimarães e Silva, Tiago Costa Martins 90

DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS DOS GASTOS PÚBLICOS EM CULTURA: NOVOS APONTAMENTOS E NOVAS PERGUNTAS

Caroline Fernandes da Silva, Victor da Silva Oliveira 98

A CIDADANIA CULTURAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DA CULTURA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Evandro Ricardo Guindani, Joel Felipe Guindani 108

O QUE UM PATRIMÔNIO TEM PARA NOS CONTAR?

Danilo Pedro Jovino, Marconi Severo, Ronaldo Bernardino Colvero 117

OS AUTORES 127



PREFÁCIO

Tema inovador e de relevante importância, a economia da cultura é ainda pouco pesquisada nos meios acadêmicos deixando imensas oportunidades para trabalhos futuros. A obra aqui apresentada é fruto do projeto de pesquisa intitulado “Alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a Rota Missões no Rio Grande do Sul”, desenvolvida por professores da Universidade Federal do Pampa, Campus de São Borja.

O resultado deste trabalho versa sobre as práticas sociais e suas relações entre os agentes e setores do mercado e instituições públicas, em especial as prefeituras municipais, na composição de um sistema cultural que é ao mesmo tempo dinâmico e complexo no uso dos recursos públicos direcionados para a cultura, bem como a formulação de políticas públicas de cultura.

O papel desempenhado pelas prefeituras municipais em um recorte espacial de vinte e seis municípios que formam a Rota Missões, que por sua vez são componentes do Programa Nacional de Roteirização turística do Ministério do Turismo. A pesquisa teve como ponto de partida cinco segmentos da cadeia produtiva para análise das relações do uso dos recursos públicos: as atividades nucleares, que são compostas pelo segmento de bens e serviços que no curso de seu processo produtivo acabam por gerar atividades criativas e culturais; as atividades relacionadas, desenvolvidas por segmentos produtivos reconhecidos como fornecedores de bens e serviços às atividades nucleares; as atividades de apoio, que são os segmentos que podem prover bens e serviços de maneira indireta às atividades nucleares; as atividades de apoio (II), que são os segmentos produtivos amplos que de maneira indireta contribuem para a previsão e fomento dos bens e serviços às atividades culturais quando é percebido o papel de fomentador e provedor do Estado. Compondo estes segmentos, o quinto que é composto por transferências governamentais, caracterizadas pelo provimento da atividade criativa e cultural empreendida pelo Estado que movimenta um conjunto de entidades, sindicatos, associações e instituições.

A partir destes referenciais, realizou-se uma aproximação entre a classificação das atividades econômicas, as dimensões da cadeia produtiva da cultura e as categorias culturais apontadas pelo Ministério da Cultura com o aporte do sistema de apresentação de dados do Tribunal de Contas. Cabe destacar na obra o conceito das cidades-polo por ser uma concentração urbana que congrega um número maior de empreendimentos econômicos fornecedores de bens e serviços culturais, como consequência da dinâmica econômica interna.

Os resultados obtidos demonstram que a região analisada apresentou uma queda em números absolutos quanto em percentual nos gastos em cultura e um expressivo número de pessoas jurídicas nos gastos realizados, o que pôde



ser comprovado pelo uso do CNPJ, além da compreensão de como ocorrem os investimentos em setores da cultura. O trabalho em questão demonstra além da importância neste mapeamento da forma de usos dos recursos públicos em cultura, que o mesmo possa ser aprofundado na relação entre a economia e a cultura no próprio estado do Rio Grande do Sul, e por que não, em escala nacional de futuras pesquisas que contribuam na elaboração de indicadores que possam contribuir à formulação e implantação de políticas públicas culturais. A todos, uma ótima leitura.

Marcelo Ribeiro

Professor da Universidade Federal de Santa Maria



INTRODUÇÃO

O presente livro é o resultado da pesquisa intitulada “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”, desenvolvida no decorrer do ano de 2014 pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e Ministério da Cultura.

A proposta da pesquisa foi baseada na reconfiguração entre economia e cultura, tendo por base a transversalidade da cultura e a presença de diferentes instituições na dinâmica da produção, distribuição, uso, apropriação e consumo desta. Partiu-se da característica de que as práticas sociais estão ligadas por agentes e instituições do mercado e do Estado, constituindo um sistema cultural com ações e movimentos por vezes concomitante, de mãos visíveis e invisíveis. Assim, tem-se um entrelaçamento constante entre política e economia no campo institucionalizado da cultura, especialmente ao se perceber a atribuição organizadora das prefeituras municipais, instituições que podem realizar determinadas intervenções no campo cultural alocando determinados recursos à cultura.

Para a elaboração da pesquisa foram estabelecidas algumas perguntas de ordem prática: como é possível entender a alocação de recursos públicos e a economia da/na cultura? Quais relações são possíveis estabelecer com a oferta do mercado privado e o consumo público cultural? Esses questionamentos tomados dentro de uma escala territorial como a configuração da região das Missões do Rio Grande do Sul, com traços destacados de identidade e pertencimento¹ levaram a uma problemática única: se há uma “especialização produtiva” em torno da cultura missioneira que engloba diferentes setores culturais, como se configura o papel das prefeituras por meio da alocação dos recursos públicos na alavancagem de um arranjo produtivo da cultura regional?

Tal problema apontou o objetivo geral: verificar, por meio das ações realizadas pelas prefeituras municipais na região das Missões, o papel das políticas públicas na alavancagem de um arranjo produtivo da/na cultura regional. Assim, ao longo deste livro, tal objetivo procurou ser apontado na caracterização do perfil dos gastos públicos; na apresentação dos principais setores culturais fomentados pelas prefeituras; no tipo de atividade econômica que concentrou o maior volume de recursos em cultura; dentre outras leituras realizadas.

Nessa mesma linha, a consecução do estudo também proporcionou a realização de três objetivos específicos. Primeiro, a mensuração do montante de recursos

¹ Região oriunda da formação social dos Sete Povos indígenas guaranis pelos padres jesuítas espanhóis entre os séculos XVII e XVIII.



públicos destinados à cultura como potencial para o desenvolvimento econômico. Segundo, a verificação da configuração dos recursos públicos no tocante ao tipo de setor cultural, atividades/bens adquiridos e tipo de empresa. E, terceiro, o mapeamento da cadeia produtiva de cada setor cultural e sua estruturação territorial.

As atividades desenvolvidas no transcurso da pesquisa foram orientadas em quatro etapas. A primeira ação foi perceber a configuração da cultura regional como fator de diferenciação em torno da região das Missões do Rio Grande do Sul. Para isso, buscou-se compreender os aspectos históricos e culturais da região através de uma pesquisa qualitativa em livros e documentos encontrados no Centro da Cultura Missioneira da Universidade Regional Integrada – URI – Santo Ângelo e no Instituto Histórico Geográfico – IHGSLG – do município de São Luiz Gonzaga. O segundo momento foi definido pela sistematização dos dados municipais (dados primários), ação esta mais densa e morosa por conta da quantidade significativa de informações. Tal etapa representou a quantificação e ordenação das despesas públicas dos 27 municípios que compõem a regionalização da “Rota Missões”, por meio das informações do Tribunal de Contas do Estado e da Receita Federal do Brasil. A terceira etapa do trabalho consistiu de visita e entrevista a alguns gestores municipais, particularmente nas prefeituras que apresentaram alguns dados peculiares e significativos à cultura, através de análise qualitativa nos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e São Pedro do Butiá. A quarta etapa e parte final da pesquisa foi realizada com o apoio dos pesquisadores convidados e de toda a equipe. Foram analisados os dados e construídas as reflexões em torno do perfil dos gastos, a leitura da economia da cultura, as conexões entre as atividades econômicas e, principalmente, a configuração territorial dos gastos. Ainda no tocante às reflexões, o debate empreendido entre os participantes apontou para a viabilidade de criação de um indicador cultural que contemple o orçamento público municipal; fato já apontado como um dos objetivos, mas que necessita de um maior aporte de tempo, recursos e discussão científica.

Dessa forma, o presente livro procura sistematizar os resultados alcançados com a realização da pesquisa. A primeira parte apresenta a estrutura teórica, a metodologia empreendida, os aspectos específicos do objeto de estudo, os resultados finais e as principais sugestões para continuação do estudo. Por fim, a segunda parte procura avançar nas reflexões da metodologia e dos resultados finais a partir de ensaios elaborados pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa.



PRIMEIRA PARTE

**POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA A PARTIR
DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**



POLÍTICA E ECONOMIA DA CULTURA A PARTIR DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

*Tiago Costa Martins
Victor da Silva Oliveira*

Política e economia da cultura

Há de se conferir na dinâmica histórica entre economia e cultura um processo de distanciamento como se fossem elementos com polaridades diferentes e que, portanto, não pudessem se “misturar”. Criação cultural e interesses econômicos seriam dicotômicos: a cultura seria uma questão do Estado e da sociedade; a produção e o comércio dos bens culturais uma questão do mercado.

A revisão dessa premissa foi rapidamente posta em xeque nos estudos da cultura. Cita-se, por exemplo, os debates apresentados por Raymond Willians ao propor uma sociologia da cultura, enfatizando o processo produtivo em relação a base material que consolida todo este processo. As relações culturais do mercado podem ser vistas a partir do mecenas, “patrono”, dos artistas profissionais e até do “produtor estatal” (WILLIANS, 1992, p. 33), configurando na própria estrutura do campo artístico uma base material de produção, circulação e consumo.

Se por um lado essa conexão demonstra ser mais forte do que se anteriormente pensava, é a partir da consolidação do capitalismo “cognitivo” que a relação entre economia e cultura cria elos fortes, consolidando práticas sociais e concepções teóricas: “economia do conhecimento”; “economia da cultura”; “economia criativa”. O mercado insere-se à cultura, integrando-a em circuitos de produção e distribuição, ao mesmo tempo que os conteúdos culturais moldam a produção, distribuição e consumo de bens e serviços econômicos. Percebe-se uma transversalidade da cultura no campo social, uma ação recursiva: recurso econômico; recurso social; recurso político (YÚDICE, 2004). Nos campos social e político cita-se as ações e consequências à cidadania e coesão social (pertencimento, diferenciação territorial), por exemplo. No campo econômico passa-se a ver a cultura como uma estratégia de desenvolvimento local, regional e urbano, direcionando ações específicas aos processos produtivos de bens culturais e simbólicos. E, por essa ordem, enquadrando a cultura nos processos competitivos e concorrenciais. Cultura, assim, é um fator estratégico de competitividade das instituições do mercado e do Estado; e um setor gerador de emprego e renda. Em grande medida, as estratégias de desenvolvimento regional que acolhem elementos de ação cultural suscitam a concertação de esforços de diferentes organismos e instituições e contribuem para o aumento da coesão social



desses territórios, seja porque a valorização e reutilização do patrimônio cultural alavanca a probabilidade de sucesso das estratégias econômicas, pelos efeitos de rede e pelos sentimentos de identidade e coesão que fazem emergir, seja porque geram ambientes sociais mais propícios à iniciativa e à criatividade (AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, 2010).

Nessa conjuntura é que se pode falar numa reconfiguração entre economia e cultura, tendo por base a sua transversalidade e a presença de diferentes instituições - ora do mercado, do Estado e até da sociedade civil – que reconfiguram a dinâmica da produção, distribuição, uso, apropriação e consumo da cultura. A característica transversal sugere que as práticas sociais estão entrelaçadas por agentes e instituições do mercado e do Estado, constituindo um sistema cultural com ações e movimentos, por vezes concomitante, de mãos visíveis e invisíveis (BRUNNER, 1993).¹ Estabelece-se, assim, uma das premissas que problematiza o referido estudo: o entrelaçamento constante entre política e economia no campo institucionalizado da cultura. Não se pode negar as atribuições das instituições na cultura quando em diversas práticas e estruturas sociais atuam com diferente intensidades na regulação, normatização, cognição, organização e mediação de determinadas práticas culturais.

No tocante à atribuição organizadora (instâncias organizativas da produção cultural dentro de um ou vários setores culturais) é possível visualizar o entrelaçamento entre política e economia de forma mais objetiva, por exemplo: uma prefeitura que realiza determinadas intervenções no campo cultural estabelece uma ação organizadora que vai alocar determinados recursos àquela produção cultural.

A presente pesquisa está baseada nessa leitura: na produção cultural o Estado pode ser a mão visível que organiza, fomenta e impulsiona o setor cultural e, até mesmo, o setor econômico.² Especificamente trata-se de reconhecer o nível municipal como o agente propulsor que sistematiza e dá forma a qualquer política cultural, como defende Botelho (2001).³ Assim, alguns questionamentos de ordem prática

¹ Inicialmente é possível estabelecer uma relação direta com a noção de cultura pela dimensão sociológica. Esta aborda práticas e fenômenos culturais que “dependem de instituições, de sistemas organizados socialmente: uma organização da produção cultural que permite a formação e/ou aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar nesse circuito de produção, que cria espaços ou meios que possibilitam a sua apresentação ao público, que implementa programas/projetos de estímulo, que cria agências de financiamento para os produtores. Em outras palavras, trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (BOTELHO, 2001, p. 74).

² Durand (2009) procura repensar a ordem econômica na esfera das políticas públicas na cultura, principalmente por considerar a relação de interdependência: “A tentativa de pensar sistematicamente a gestão cultural recoloca o problema de o que pode ser fomentado e o que pode ser regulado pelo governo na área cultural e por quais meios e instrumentos” (DURAND, 2009, p. 51).

³ Ao apresentar a discussão sobre a dimensão antropológica da cultura articulada com a sociológica no campo das políticas públicas ela dirá: “Chama-se a atenção, ainda, para um aspecto de ordem estrutural: se é possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, uma ação privilegiadamente municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural” (BOTELHO, 2001, p. 75).



podem ser traduzidos em: como é possível entender a alocação de recursos públicos e a economia da/cultura? Quais relações são possíveis estabelecer com a oferta do mercado privado e o consumo público cultural?

Essa problemática destaca-se ainda mais quando há um ganho de escala territorial. A confluência para um recorte que traz consigo fatores identitários em torno de uma região associa elementos de pertencimento, interação e unidade (dimensão antropológica), mas que está implicada na dimensão mais estrutural e organizativa, sociológica. É o que se verifica na configuração da região das Missões no Rio Grande do Sul. Como toda regionalização ela parte de um recorte territorial a partir de elementos que identificam e constroem socialmente o território como missioneiro: oriundo da formação social dos Sete Povos indígenas guaranis pelos padres jesuítas espanhóis entre os séculos XVII e XVIII.⁴ Atualmente, está vinculada ao **turismo cultural** por meio da formação da “Rota Missões”, uma proposta turística empreendida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – desde 2001, focada na dimensão cultural como elemento de estímulo e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios envolvidos.⁵

Esta “confluência regional” que conforma determinados municípios é o objeto de pesquisa. Parte-se do princípio no qual os municípios possuem papel central na articulação, organização e fomento das atividades e setores culturais. Por consequência, novamente se estabelece uma necessidade de compreensão de como ocorre a alocação dos recursos públicos. E de perceber o efeito propulsor ou de alavancagem do uso dos recursos públicos sobre as coletividades territoriais.

Articulação entre política e economia da cultura

O processo intervencionista do Estado exerce inúmeras ações no campo da produção cultural. Segundo Yúdice (2004), pode-se falar em ações com fins estritamente cognitivos, tais como aquelas que procuram enfatizar elementos identitários e de pertencimento, ou aquelas estratégicas dentro da ordem material da vida social que articulam o simbólico e o material, procurando evidenciar a transversalidade da cultura no desenvolvimento. No Brasil essa última proposta já tinha sido articulada

⁴ Vale dizer que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – no “Atlas das representações literárias de regiões brasileiras” não considera a área das missões como “uma região geográfica, ainda que ela tenha expressão no imaginário nacional, tanto pela força da experiência ali empreendida quanto pelas ruínas que ainda dela dão prova” (IBGE, 2006, p. 27). Porém, na esteira da concepção de território, está o princípio de que a própria construção de região pode variar de acordo com a espacialidade e a vinculação em variadas dimensões (HAESBAERT, 2010). Assim, pode-se falar em regionalização política, cultural e econômica, ou no que é vivido, percebido, concebido (antropológica, diga-se).

⁵ Formado pelo consórcio dos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador, Santo Ângelo, Santo Antonio, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.



com Celso Furtado, em Ministério do Interior (1967), no destaque dado às ações do Estado para compreender a realidade e diminuir as lacunas existentes entre os investimentos entre setores e regiões. Com influência keynesiana, Furtado afirma a necessidade do Estado como agente regulador, com a capacidade de reunir recursos e oferecer um novo eixo para regiões em “subdesenvolvimento”, principalmente a partir de iniciativas estatais centradas na diversidade cultural brasileira. O autor afirma que a centralidade dos investimentos em atividades distintas dos circuitos tradicionais estava sob controle de grupos privados que pouco interessava a descentralização e articulação de diferentes economias aquém das áreas típicas de produção. Portanto, sob tutela do Estado como ente de valorização da diversidade cultural, de novos eixos de inovação e criatividade, circuitos distintos de desenvolvimento podem ser fomentados. Assim, é possível falar em políticas públicas para os setores e as regiões, tal como se configura a política cultural em relação à diversidade cultural brasileira. Mas o que é política cultural?

António Firmino da Costa (1997) expõe as possíveis configurações que as políticas culturais podem tomar de acordo com o foco realizado, especialmente quando se considera os espaços sociais de afirmação cultural (erudita; indústria cultural; culturas dominadas e emergentes; a dos espaços coletivos – festas urbanas, por exemplo; e a dos espaços domésticos – como as práticas receptoras), cruzado com os diversos modos de relação com as formas e práticas culturais (criação cultural; expressão cultural; participação; e recepção). Assim, é possível visualizar políticas nos vetores estruturantes, como a preservação, difusão, educação, democratização, ou com ênfase nos agentes culturais que constituem determinada produção cultural.

No contexto latino-americano, Canclini (1987) entende as políticas culturais como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados. Na mesma linha de pensamento Brunner (1987, p. 178) entende que as políticas culturais possuem como terreno e objetivo “*la combinación típica de agentes y de instancias institucionales de organización*” que formarão a matriz básica dos circuitos culturais. Ou seja, as políticas culturais atuam nos circuitos culturais, sendo que tais circuitos combinam uma série de agentes e instâncias institucionais que abarcam e estão contidas nas diferentes fases de produção, circulação e consumo de formas e práticas culturais.

Para os objetivos desse estudo é preciso ter em conta a associação com os circuitos culturais e a relação com o Estado. Ou seja, os circuitos seriam os resultados estabelecidos dentro de um conjunto específico de práticas culturais, como o patrimônio, o artesanato, etc. e as instituições estatais que organizam e estruturam essa prática. Os mecanismos institucionais da administração pública estariam direcionados à criação, produção, circulação/distribuição e, até mesmo, no consumo.

Nesse ínterim, a conexão com a economia deve ser compreendida em todo o



processo de produção cultural, pois esta produção é, simultaneamente, material e simbólica (CANCLINI, 1983). Ou seja, em algum momento do processo, incluído a criação, haverá processos de troca que não serão simplesmente simbólicos. Trata-se, por exemplo, daquilo que Canclini (1979, p. 57) denominou de “organização material do campo artístico”: os meios de produção (materiais, procedimentos, produtos, serviços auxiliares, etc.) e as relações de produção estabelecidas com o público, as instituições do Estado e do mercado, os críticos, etc. A economia emprega a lógica e a metodologia no campo cultural (REIS, 2007). Assim, a associação entre produção cultural e economia é pautada por “modos análogos de formação da demanda, desigualdades de públicos [...] e, no outro extremo do processo, no início da cadeia de produção dos bens culturais, o trabalho de um criador, elemento central da formação de valor” (BEHAMOU, 2007, p. 19).

A produção de bens culturais é marcada por uma relação dual (REIS, 2007). Trata-se de entender que os produtos e serviços culturais são mensagens simbólicas, com valores cognitivos produzidos e/ou recebidos pelos indivíduos; e que são trocadas em um mercado, com uma representatividade econômica. Ou seja, se estabelecem relações diferenciadas com relação aos valores econômicos (de uso e de troca) e os valores culturais (estético, social, histórico, espiritual) (REIS, 2007, p. 21). É neste ponto que é importante compreender que troca e valor possuem alguns argumentos estabelecidos dentro da relação entre política e economia na cultura.

Um exaustivo estudo realizado pelo governo de Portugal em 2010 para compreender a configuração do setor cultural e criativo no cenário econômico serve de referência para entender esses elementos. Segundo o estudo é possível estabelecer seis “falhas de mercado” dentro das características materiais/simbólicas dos bens e serviços culturais. A primeira característica sugere que alguns bens respondem por aspectos estritamente simbólicos que não podem ser trocados (transacionados). Assim, os mecanismos de mercado não conseguem estabelecer, ajustar, o acesso dos “cidadãos-consumidores”. A segunda diz respeito ao caráter temporal, ciclo de vida, dos produtos culturais e das próprias experiências dos consumidores. O terceiro aspecto estaria nas possíveis barreiras estabelecidas pela propriedade intelectual, os direitos autorais. A quarta corresponde às dificuldades em separar a relação material/simbólico de determinadas produções culturais. A arquitetura é um exemplo de produção que se estabelece de forma conjunta (funcional e cultural). A quinta característica está na condição de algumas produções culturais dependerem da captação de públicos de mercados exteriores. Ou seja, determinados domínios culturais são dependentes da circulação do consumidor, não do bem ou serviço cultural. Por fim, a sexta está associada ao poder do consumidor, especialmente por este poder ser diminuído ou distorcido pelas questões de despesa e de orientação das escolhas (ação de críticos, avaliadores, etc.). Dessa forma, “as principais características específicas dos bens e serviços culturais [...] colocam desafios,



igualmente específicos, nos processos de formação de equilíbrios entre oferta(s) e procura(s), de afectação de recursos, de coordenação institucional e formulação de políticas públicas, isto é, de regulação dos mercados, de forma a garantir a satisfação em quantidade e qualidade das necessidades culturais das populações” (AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, 2010, p. 15).

Nessa conjuntura as práticas do Estado na cultura podem ser vistas como ações intervencionistas em diferentes domínios culturais cujo objetivo é reparar determinadas falhas ao longo do processo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais. Ao propor ações nos circuitos culturais o Estado, além de buscar a resolução dessas “falhas”, realiza um mecanismo de fomento econômico através das “alocações de recursos dirigidos” (TOLILA, 2007, p. 71). Ou seja, trata-se do orçamento cultural que se materializa com o gasto público no setor, gerando em última instância emprego e renda. Paul Tolila elenca uma série de aspectos que situam a cultura (despesa pública no setor) e sua contribuição à economia: Gera **consequências positivas para a economia e o desenvolvimento local**; estabelece relações com a **oferta privada e o consumo público do mercado da cultura**; exerce um efeito de **alavancagem sobre as coletividades territoriais** (TOLILA, 2007). Nota-se que a relação entre gastos públicos, enquanto materialização de uma política do setor, e a economia possuem conexões diretas e intensas em termos de articulação e efeitos. Sentencia Tolila que a compreensão dessa abordagem terá uma contribuição determinante para o valor e a condição do debate democrático sobre a cultura.

Demanda pública e oferta privada (políticas públicas)

Explorar mais especificamente a relação entre política cultural e economia da cultura é um dos elementos fundamentais desta pesquisa. Há, neste ponto, duas situações pontuais: a política pública que se converte em gasto público e que vai estabelecer preferências alocativas; e, especificamente, a peculiaridade dessa proposição no campo das políticas que envolvem os bens culturais.

No primeiro ponto recorre-se ao orçamento público como um dos principais mecanismos de gestão aplicados pelos governos para viabilizar determinadas políticas públicas (outros podem ser fundos, renúncias fiscais, etc.).⁶ Na execução do orçamento o protagonismo está na atuação do Estado como agente de intervenção na resolução de um problema público. A efetivação do orçamento se converte em despesa pública, meio indispensável para que o agente cumpra com as suas

⁶ Os processos de construção de políticas públicas e, sobretudo, os seus resultados, traduzem as formas de atuação dos poderes existentes no território beneficiado pela política e das instituições envolvidas. As políticas públicas traduzem as escolhas políticas hegemônicas, as características socioeconômicas e culturais quando estas de conteúdo territorial, e por fim as diretrizes institucionais abrangidas na arena de decisão. Uma política pública define o que, quem, quando e para quem se irá intervir na realidade.



finalidades.⁷ Assim, respeitando os procedimentos legais, o ente público irá executar um gasto de recursos financeiros com a compra de bens ou a contratação de serviços. Seja para a manutenção da estrutura governamental, com a configuração de gastos estruturais, seja com a realização de ações finalísticas à sociedade, o gasto é traduzido em consumo público de bens e serviços. Consequentemente, “o gasto público realizado por uma dada escala de governo, em um conjunto fixo de políticas públicas, em um dado ano fiscal, expressa com relativa precisão as preferências alocativas dos atores sociais” (REZENDE, 1997, p. 01).

Entende-se assim que o consumo público consiste no consumo da administração pública, pressupondo que seja fruto de uma política contida no âmbito dos setores de atuação (educação, saúde, cultura, esporte, gestão, etc.), e que tais recursos acabam por traduzir o tipo e a natureza das preferências alocativas dessa administração.

Uma leitura possível da configuração do tipo e natureza da aplicação dos recursos públicos é percebida na Teoria do Crescimento Endógeno. Endogenia e crescimento são configurados a partir do impulsionamento gerado por decisões de investimento tomadas por agentes que maximizam os recursos econômicos (DALLABRIDA, 2011). Neste caso, a demanda e os gastos públicos elevariam o crescimento econômico por meio da oferta privada: o aumento da produtividade do setor privado. Tal situação é facilmente percebida quando o Estado procura fazer investimentos em determinados setores, como a construção civil, por exemplo. Em outras situações, a própria intervenção do Estado na busca por “resolver” as falhas de mercado dos bens públicos, como a educação e a cultura, também respondem por essa prática. “A recente teoria do crescimento endógeno ressalta o fato de as externalidades positivas dos bens públicos e semipúblicos elevarem os retornos privados, [...], uma vez que, se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados” (CANDIDO JUNIOR, 2001, p. 234). Isso implicará num crescimento de longo prazo com resultado endógeno em um território, num dado contexto histórico.

Vale dizer que a execução do orçamento público definirá a capacidade impulsionadora do Estado em cada setor de investimento. Em termos funcionais e regulatórios o tipo de alocação dos recursos deverá obedecer aos dispositivos legais, como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública. Assim, ao tentar resolver um problema público o ente governamental deverá obedecer e seguir certos critérios na hora de efetivar o gasto público e, consequentemente, mobilizar a oferta privada⁸.

⁷ A despesa pública “é o dispêndio de um órgão ou de uma entidade, devidamente autorizado em lei e ordenado por autoridade ou agente público competente, sendo realizado com o objetivo de executar serviços públicos que competem a essas instituições e garantir o seu regular funcionamento” (Secretária da Fazenda, RS, 2011, p. 162).

⁸ A aquisição de bens e serviços passa por diferentes formas de compra ou aquisição destes. Citam-se a obrigatoriedade de tomada de preços, licitações e, para transferências governamentais, a formalização de convênios.



O segundo aspecto trata da peculiaridade da demanda/oferta que envolve os bens culturais. A cultura é um bem público. Bens públicos são bens em que o consumo é efetuado pela coletividade, não podendo ser negados a pessoas que se recusem a pagar por eles (VICECONTI; NEVES, 2012). Assim, os bens culturais são caracterizados pela não rivalidade e não exclusividade. Além disso, também são reconhecidos como bens de mérito: “aqueles de satisfação aconselhável [...], cuja produção e fornecimento o Estado assume, mesmo que não haja um mercado constituído” (VALIATI, 2013, p. 108). Ora, por essa ordem, o Estado atuará na busca por resolver uma falha de mercado e por viabilizar um benefício comum para todos, como sentença Cândido Júnior (2001, p. 236):

Trata-se a existência dos bens públicos na economia de uma falha de mercado, pois sua provisão por um sistema de preços descentralizado leva a uma suboferta. Os consumidores (ou famílias) tenderão a não revelar suas preferências (grau de utilidade) por bens públicos, na expectativa de que outros façam e montem um mecanismo de financiamento para ofertá-los.

Tem-se, assim, uma alocação dos recursos públicos na economia por conta da atuação do Estado e da presença dos bens culturais, bens públicos e de mérito. Desta forma, ao prover uma política pública à cultura, a demanda pública irá (i) apoiar diretamente os bens e serviços culturais já existentes no mercado; (ii) mobilizar a oferta dos que não estão consolidados no mercado; e (iii) apoiar bens e serviços não culturais, mas que se relacionam e apoiam as atividades nucleares da cultura.

A alocação de recursos, também no campo cultural, está pautada por práticas funcionais e regulatórias. Porém, as atividades culturais possuem qualidades próprias que precisam ser reconhecidas. Assim, quando um ente público quer fomentar o campo das artes do espetáculo com a apresentação de um conjunto musical, ele fará por meio de um processo concorrencial de dispensa e inexigibilidade de licitação. Isso está posto na Lei 8.666/93 no seu artigo 25. A inexigibilidade ocorrerá quando os “competidores” possuem qualidades que são exclusivas às necessidades que a administração pública procura suprir. Fica definido então que existirá inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, mais um ponto que destaca a condição *sui generis* na alocação dos recursos públicos em cultura.

Dentro da proposta apresentada até aqui é pertinente concluir o tópico com a premissa que se estabelece entre demanda pública e oferta privada nas políticas públicas à cultura: o gasto público realizado por um governo, por meio de uma política cultural, respeitando as peculiaridades dos bens culturais e as condições legais de sua efetivação, vai expressar as preferências alocativas da administração pública,



estabelecendo ligações diretas entre a demanda pública e a oferta privada de bens e serviços.

Deslocamento territorial dos recursos públicos

A compreensão do deslocamento territorial dos recursos públicos é precedida por uma breve discussão sobre as transformações das atuações dos entes públicos na economia de forma geral e em atividades referentes a economia da cultura.

Desde a hegemonia das oligarquias agrárias no Brasil, que perduraram desde a ascensão industrial na década de 1930 até os dias atuais, os provimentos desprendidos pelo Estado brasileiro vêm sofrendo transformações que refletem ideologias dos governantes de cada período e do amadurecimento político do país. Não obstante, a localização territorial e o foco setorial preferido em cada momento histórico também refletem assertivas globais que, em determinados momentos, forçam o privilegio de determinadas áreas e/ou setores ou então inserem na pauta pública elementos anteriormente tímidos.

No caso brasileiro, desde a pilhagem colonial, regiões geográficas são privilegiadas pela presença maciça do Estado a fim de criar condições para aproveitamento de vantagens locais, como discute Pochmann (2010). Outrora, as áreas agrícolas eram facilmente identificadas pelo cultivo/produto predominante, como o açúcar e cacau no nordeste, café no sudeste e charque no sul do país. Unidos de sua força econômica e política, agentes desses enclaves produtivos balcanizavam o Estado para garantir alocação de recursos públicos para manutenção das suas atividades econômicas que por diversas décadas foram principais produtos de exportação. Com o advento da industrialização ocorreram poucas mudanças no que tange à seleção territorial para alocação de provimentos do Estado. Possivelmente a mudança mais significativa foi a concentração ainda maior propiciada pelas definições políticas tomadas em meados do século XX, na década de 1970, concentrando 60% do valor de transformação industrial apenas no Estado de São Paulo.

O período de ascensão industrial no Brasil levou a privilegiar setores e concentrar infraestrutura, especialmente devido ao atraso histórico do país na inserção ativa no mercado de manufaturados. A pressa em industrializar foi acompanhada pela importação de pacotes tecnológicos, suplantando a possibilidade de criação – mesmo que lenta – de capacidades internas de valorização da ainda recente Universidade Pública no Brasil e da sua rica e diversa cultura. Dessa importação forçada pelas leis de mercado, denotou-se especialmente duas situações: primeiro o distanciamento das indústrias nacionais e das instituições de ensino superior, berço de grande parte das inovações em grande parte do mundo, causando as dificuldades de criações de



tecnologia nacional e aproximação empresa/IES, segundo Matos (2013); segundo, o aprofundamento de tendências já observadas na sociedade brasileira em tempos passados, o apreço pelo externo e desprezo pelas propostas e criações locais/nacionais.

Da segunda situação advém a preocupação trazida por Leitão (2009): a formulação de políticas públicas para provimento de desenvolvimento cultural e territorial. Segundo a autora, é necessário abandonar os traumas relativos a nosso processo histórico, ao passo que o colonialismo não sessou com a independência do país, deixando profundos rastros, como os brevemente descritos anteriormente.

A preocupação da autora dialoga com as propostas recentes que vêm incluindo o debate cultural em discussões de desenvolvimento, uma vez que em épocas passadas a cultura era percebida como um obstáculo para a promoção de ações de cunho econômico. Em muitos países a cultura foi tomada como a explicação para os inúmeros fracassos de tentativas tradicionais de dinamização territorial, enquanto em outras partes do mundo cita-se a cultura como elemento que auxiliou a alavancagem do desenvolvimento.

Não diferente, no âmbito político foi constante a suplantação da cultura nas mesas de debate sobre desenvolvimento, fato que a distanciou de políticas públicas estruturantes, tornando a pasta de ações meramente compensatória. Novas propostas de desenvolvimento territorial que trazem à pauta questões culturais buscam superar os “pacotes” de construção de infraestrutura e geração de emprego e renda - elementos importantes, porém sem significado simbólico e sem valorizar o envolvimento diverso das comunidades -, definido por Leitão (2009, p. 34) como “desenvolvimento com envolvimento, o qual impactará de forma significativa na estruturação/ (re)estruturação dos territórios”.

Essas concepções estão encontrando espaço no atual ambiente político do país. Oliveira; Martins; Silva (2014) apresentam esta discussão ao analisar a estruturação da Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura. Essa e outras ações têm pautado uma dinâmica de construção e efetivação da política pública de forma próxima aos principais beneficiários, tratando de territorializar/regionalizar e somando à perspectiva administrativa da república brasileira: municipalizar as ações concretas do Estado.

Leitão (2009) evoca a pertinência do processo de municipalização das políticas de corte cultural, a importância da realização da ação mais próxima possível das comunidades a serem atingidas, buscando a sua integração no processo de construção de alternativas de desenvolvimento baseada na valorização da diversidade e da capacidade de deliberação no tocante às suas expressões culturais.

A autora complementa sobre a necessidade de valorizar a cultura em políticas públicas estruturantes, exaltando a “diversidade cultural como substrato para um



desenvolvimento com envolvimento, como cimento para a dignidade, cidadania, autoestima, sentimento de pertença” (LEITÃO, 2009, p. 38).

Apesar dos avanços e espaço atualmente favorável para novas concepções de ações públicas que englobam a cultura entre os temas centrais, ainda pode-se pautar dois desafios para sua definitiva inclusão na agenda política: ser formulada como ação de Estado construída em diálogo com a sociedade não sofrendo as descontinuidades de políticas de governo; e tratar as políticas culturais de maneira transversal, permeando ações setoriais como educação, saúde, entre outras.

Ao superar tais entraves para a construção de políticas estruturantes no âmbito cultural, cabe recordar que este campo constitui-se por seu valor simbólico. A intervenção na cultura será, então, uma ação no campo da dimensão simbólica e em se tratando de uma ação do Estado poderá, em graus variados, assumir uma dimensão material para este: criar um museu; realizar um festival de música; etc. Assim, a correlação entre dimensão simbólica/material pela política cultural do Estado irá se estabelecer numa outra dimensão, essa setorial/territorial. Explica-se: ao efetuar a alocação dos recursos em cultura o ente público configurará uma demanda por atividades e bens que envolvem empresas, pessoas, instituições, autarquias, etc. estabelecidas no seu ou em outros territórios. Para o caso das prefeituras, ente público objeto desse estudo, a alocação de recursos pode ser no museu municipal, na aquisição de um bem cultural de um município limítrofe, na premiação a uma pessoa física em um festival de música, dentre outras situações.

Eis que os gastos culturais terão influência decisiva sobre agentes e coletividades territoriais. Aos moldes de Tolila (2007), os créditos da cultura exercem um efeito de alavanca sobre os gastos das coletividades territoriais, um efeito de deslocamento. A cultura, além de um bem de mérito, acaba por se tornar um segmento capaz de gerar externalidades positivas para o desenvolvimento local e regional pelas suas provisões simbólicas e pelo dispêndio financeiro efetuado, especialmente, pelo ente público responsável pelo seu fomento.

É neste ponto que se percebe a reconfiguração das políticas culturais nos debates públicos. Já não se percebe unicamente um conjunto de ações compensatórias, mas ações que podem ser referidas como estruturantes, que vão se deslocar no tempo e, especialmente, no espaço, gerando externalidades positivas.

Aglomeración, arranjo e *cluster*

Tratar de aglomeração, arranjo e *cluster* é tratar de determinar a localização de empreendimentos econômicos. No entanto, a questão da localização deve estar atrelada com a de especialização. A especialização de um determinado território (bairro, cidade, região) em uma atividade econômica é o que se chama



de aglomeração.⁹ Na perspectiva da aglomeração há o componente espacial de proximidade em torno de uma atividade que reúne indústrias, comércios, serviços ou atividades, não necessariamente formalizadas, em torno de uma prática econômica semelhante. É de se supor que esta concentração territorial atrairá compradores e fornecedores. Os compradores poderão procurar tais lugares em busca de preço, inovação, qualidade, e, conseqüentemente, reconhecimento da especialização deste território (MARSHALL, 1982).

[...] Na medida em que a aglomeração cresce, ela passa a atrair para o entorno os produtores das principais matérias-primas e insumos utilizados pelas empresas que a compõem. O que induz mais firmas compradoras a se instalarem perto dos fornecedores. E vice-versa, num círculo virtuoso sem fim pré-estabelecido. [...] O desenvolvimento deste conjunto de círculos concêntricos de firmas e agências de capacitação produtiva no entorno da aglomeração, a transforma. Na realidade, já não temos aqui uma mera aglomeração, mas um verdadeiro arranjo produtivo local (APL)¹⁰. (PAIVA, 2004a, p. 04-05).

É no reconhecimento desse arranjo que se insere a ideia de *cluster*. Nota-se que na perspectiva de arranjo consta a formação de elos em uma cadeia. Já não é uma atividade especializada em um território (aglomeração), mas uma cadeia de atividades relacionadas em torno de um núcleo principal, com atividades montantes e jusantes. Por exemplo, a construção civil num território pode ter indústria de bitagem, construtoras, olarias, comércio de materiais de construção, dentre outros, que formarão seus elos. Nesse ínterim, a noção de *cluster* será a configuração desse arranjo num sistema produtivo territorial (local/regional), concebido como a organização da produção, “baseadas na divisão do trabalho entre as empresas e a criação de um sistema de intercâmbios locais que resultam no aumento da produtividade e no crescimento da economia” (DALLABRIDA, 2011, p. 133). Assim, um *cluster* pode ser traduzido como um sistema de produção local/regional em que prevalece uma estrutura de governança sobre o arranjo produtivo (PAIVA, 2004a). Nota-se que aqui já há condicionantes supra econômicos. É possível falar de instituições setoriais (como de ensino e pesquisa), organizações de classe, agentes sociais de diversos tipos, dentre outros capazes de conferir uma governança e uma autonomia às práticas empreendidas em torno do núcleo produtivo do território.

A discussão sobre APL no Brasil possui um significativo debate na RedeSist.¹¹

⁹ A tradução literal de *cluster* é aglomerado, mas o empregado aqui segue as proposições de Paiva (2004a).

¹⁰ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2009) utiliza o termo vinculando-o com o sistema empresarial, de forma que considera APL um aglomerado de empresas que possuem a mesma especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação.

¹¹ A RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais) é uma rede de pesquisa que fundamenta-se no conhecimento obtido com a análise empírica de 26 arranjos produtivos locais no Brasil. Coordenada a partir do centro de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde sua fundação em 1997, realiza diversas pesquisas baseadas em conceitos como APLs e Sistemas locais de inovação,



A rede desenvolveu um conceito com base em discussões teóricas e na análise empírica de arranjos em grande parte do território brasileiro. Segundo Cassiolato; Lastres (2003, p. 5):

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Como os próprios autores discutem, apesar de amplo e complexo o conceito desenvolvido pela Rede, em qualquer lugar que houver produção de algum bem ou serviço haverá um arranjo no seu entorno. Entretanto, apesar deste ser um dos alcances interessantes da utilização do conceito, cabe caracterizar cada arranjo particularmente, pois, como baseia-se justamente na peculiaridade do ambiente inserido, seus distintos graus de interação, proposição para a inovação e ambiente sociocultural, há APLs com grau de complexidade e potencial para geração de conhecimento muito elevados, enquanto outros apresentam relações muito rudimentares.

A dificuldade atual em definir a fronteira entre setores que cada vez mais se inter-relacionam dentro e fora das empresas é uma característica do processo produtivo contemporâneo que enaltece a utilização do conceito de APL na análise acadêmica e na definição de políticas públicas, uma vez que a proposta supera a fragmentação setorial. Para além disso, ao abranger os diferentes agentes e atividades conexas, considerando as peculiaridades territoriais, esse tipo de referencial oferece uma perspectiva distinta das percepções tradicionais.

No âmbito da cultura essas atribuições são válidas. No entanto, em alguns casos, como na tradução do Relatório da Economia Criativa da Unctad/ONU (Conferência das Nações Unidas para o Comércio o Desenvolvimento), optou-se pela tradução literal de *cluster* para aglomerado. Mesmo assim, verifica-se no relatório uma definição de *clusters* baseado em Alfred Marshall e Michael Porter muito similar ao empregado aqui como Sistema Produtivo Local. Assim, este confere vantagens competitivas aos seus integrantes pois:

contando com uma gama de instituições parceiras no Brasil e exterior.



- a proximidade aumenta a concorrência e gera padrões;
- a proximidade incentiva a colaboração e a difusão de boas práticas entre as empresas;
- um mercado local sofisticado pode se desenvolver ao redor de um aglomerado, estimulando inovações e melhorando o marketing;
- os aglomerados podem desenvolver uma atribuição de marca baseada no local, beneficiando todas as empresas do grupo;
- a proximidade permite que as pequenas empresas se juntem em alianças e redes, oferecendo a elas algumas vantagens das grandes empresas – por exemplo, melhor acesso a fornecedores e recursos;
- há o incentivo ao desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços de apoio profissional especializado;
- os aglomerados se tornam um enfoque e um ímã para investimentos externos. (UNCTAD, 2010, p. 81).

Mas o que pode derivar desses conceitos às leituras no campo da cultura? Para efeitos do estudo será realizada uma distinção entre os termos, especialmente por conectar a cultura com outras dinâmicas do ambiente social não restrito às condições econômicas.¹² Assim, utilizar-se-á as seguintes noções:

Aglomeración cultural – localização de atividades culturais reunidas por meio de indústrias, comércios, serviços e demais atividades, não necessariamente formalizadas, em torno de uma prática (econômica e/ou cultural) semelhante. Por exemplo, um bairro com uma quantidade significativa de teatros (equipamentos) pode ser visto como uma aglomeração.

Arranjo produtivo cultural – a ampliação da aglomeração com a configuração de demais atividades (econômica e/ou cultural), com uma reconhecida divisão do trabalho em atividades nucleares, relacionadas e de apoio, mantendo vínculos de articulação. Exemplo, o bairro já não possui somente equipamentos, mas companhias (grupos) de teatro; agentes criadores de figurinos; etc.

Sistema produtivo cultural (cluster) – o arranjo cria elos fortes na sua articulação. Existe circuito de comercialização reconhecido. Por esse viés, se reconhece as atividades jusantes e montantes que criam uma cadeia produtiva. Os bens, serviços e demais atividades estão articulados em torno de uma especialização que reúne uma estrutura de governança. Percebe-se, política e institucionalmente, a articulação e a atuação de diferentes agentes e uma autonomia às práticas empreendidas em torno do núcleo produtivo do território. Para o exemplo utilizado, esse bairro, enquanto território, já possui uma política cultural de apoio ao teatro e à preservação dos equipamentos culturais.

¹² Não se pretende aqui criar novos conceitos, até porque demandariam um maior aprofundamento teórico. No entanto, a partir do reconhecimento que cultura é dimensão material e simbólica, são práticas sociais e econômicas, é um processo de intervenção do Estado na alocação de recursos, então propõe-se um ordenamento de ideias para aglomeração, arranjo e sistema produtivo.



Potencial territorial e especialização produtiva

A configuração dessas diferentes formas de aglomeração na economia da cultura leva a uma reflexão mais densa sobre especialização produtiva. Novamente é preciso recorrer a algumas compreensões da economia e correlacionar com a dinâmica da produção cultural, que em última instância configurará a economia da cultura.

As noções de aglomeração, arranjo e *cluster* relacionam a existência de uma localização dos empreendimentos econômicos e, especificadamente, culturais. Localização remete à ideia de território (um bairro, uma cidade, uma região, etc.) e neste sentido tem-se o primeiro ponto: potencial territorial. Mas como é possível identificar o potencial de um território especialmente no campo da cultura? A economia apresenta alguns argumentos pertinentes ao assunto. Paiva (2004b)¹³ ao estudar e propor formas de identificar o potencial de uma região apresenta uma sentença interessante:

Identificar o “potencial” de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis **internamente**. Ou, ainda, dar início e sustentação a um processo de crescimento autopropelido, a um processo de crescimento onde os determinantes do sucesso e da competitividade de longo prazo vão sendo **endogeneizados** de forma crescente pelas firmas e pelos agentes produtivos locais. (PAIVA, 2004b, p. 16).

Nessa ordem, o autor dirá que existem três determinantes do potencial de um território. O primeiro está na sustentabilidade do crescimento, ou seja, a capacidade de crescimento sustentável da produção e da renda apropriada internamente. O sustentável irá remeter às condições sociais, econômicas, ecológicas e culturais que garantirão esse crescimento a longo prazo. Por exemplo, o potencial de uma região é o da extração mineral, mas há condições ambientais para esse crescimento?

O segundo determinante está na base material. A região deve dispor de recursos que podem ser mobilizados de forma superior. Nesses casos há de se perceber se os recursos são subutilizados ou utilizados de forma subótima. Assim, identificar o potencial é perceber os recursos que já existem (recursos naturais, capital humano, *know-how*, etc.) e que podem ser melhor aproveitados como diferencial da região. Por

¹³ Este tópico está todo baseado no livro “Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?” de Carlos Águedo Paiva, 2004b.



fim, a terceira determinação está no parâmetro da divisão do trabalho (quantidade de trabalhadores envolvidos com o setor produtivo), especificamente na divisão regional do trabalho em comparação a divisão internacional do trabalho. Em outros termos, a divisão regional em comparação com outra maior. Isso irá apontar uma vantagem à região como um potencial produtivo, já que uma maior quantidade de trabalhadores demonstrará uma especialização “de trabalhadores” em tal atividade.

Por essa ordem, surge o segundo ponto que deve ser destacado: especialização. Paiva (2004b) dirá que esses argumentos apontam que a especialização regional está configurada pelas três determinações. A alocação social e economicamente efetivada de recursos não seria gratuita, já que é consequência da identificação de nichos competitivos, realizadas pelos agentes econômicos: a presença de vantagens regionais (especialmente pela configuração da “mão de obra” regional); a disponibilidade relativa de recursos e fatores; e a capacidade de mobilização de um setor e o poder multiplicação do fomento (PAIVA, 2004b).

Retoma-se então a pergunta: como é possível identificar o potencial de um território especialmente no campo da cultura? A proposta de Paiva endossa a configuração de um *cluster* em cultura. Vale lembrar que em algum momento da produção cultural, simbólica em si, haverá uma base material para essa produção. Assim, pode-se perceber o potencial territorial e a especialização produtiva em cultura.

A presença de vantagens regionais e a disponibilidade relativa de recursos e fatores podem ser percebidas conjuntamente. Ambas contemplam desde a questão histórica até a presença de bens e manifestações (materiais e imateriais), singulares no território. No caso dos imateriais é posto a existência de recursos inesgotáveis como é a história, o patrimônio cultural e a criatividade humana, por exemplo. A existência de equipamentos culturais (cinemas, galerias de arte, teatros, etc.) ou de patrimônios materiais no território são outros pontos recursivos. Além disso, o próprio saber-fazer dos indivíduos também está atrelado como recurso ou como fator de produção e vantagem territorial. Sabe-se que onde há indivíduos há cultura. No entanto, a transformação dessa cultura em manifestações culturais que podem entrar num ciclo de troca está atrelada, em grande medida, à presença de mão de obra especializada. O que se quer dizer é que existirão atividades, pessoas ou empresas, que possuem uma especialização produtiva em torno de uma prática cultural, configurada em bens ou serviços: um bairro com grande quantidade de artesãos; uma cidade com inúmeros músicos; etc. Aqui, a especialização do território está associada à participação relativa da mão de obra e à mobilização expressiva de agentes econômicos em um determinado setor cultural produtivo.

Por seu turno, a capacidade de mobilização de um setor e o poder de multiplicação do fomento é, desde já, visto no potencial econômico da cultura ao utilizar determinadas matérias prima (produtos e serviços) para a configuração do bem cultural. Por exemplo, a literatura imprime livros, a música grava CDs, dentre



outros. Diferentes manifestações vão requerer determinados estabelecimentos e organizações: as artes cênicas precisam de um teatro, o cinema precisa de salas de exibição, etc. Além disso, o que gira em torno da economia da cultura irá impactar numa cadeia de outros setores (bens e serviços) que se relacionam e apoiam o setor cultural.¹⁴ Isso produz um valor adicionado a esta cadeia de setores que dão suporte à cultura. Por fim, o turismo cultural também é mobilizador da economia da cultura, especialmente pela demanda de bens e serviços provocada pelo consumo cultural dos turistas. Reconhece-se, então, que a cultura gera um ciclo virtuoso na economia, com condições de viabilizar um crescimento sustentado.

Cidade-polo

O entendimento de cidade-polo parte de uma associação direta com a ideia de polo criativo (ou cultural). O Ministério da Cultura, através da Secretaria de Economia Criativa (2011, p. 54) definiu timidamente polo criativo como o “conjunto de empreendimentos criativos geograficamente próximos e circunscritos a um território de pequena dimensão”. Conceito que é melhor tratado por Lima (2012, p. 40) ao pormenorizar que este polo é um espaço de convivência urbana que possui uma dinamização funcional com a presença de diversas atividades de dimensão simbólica, “unindo em sua geografia diversos grupos e pessoas com uma identidade cultural própria”.

A proposta de Lima (2012) agrega elementos da (i) economia e gestão, das (ii) relações sociais e da (iii) cultura e identidade de um território. Ainda nessa ordem, a autora destaca que a questão territorial pode ser tratada por recortes diferenciados: uma rua, um bairro, uma cidade, ou mesmo uma microrregião (apropriando-se em grande medida de leitura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o conceito de APLs). Especificamente para este estudo é interessante mencionar dois pontos. Primeiro, no campo da economia e gestão, Lima (2012) chama a atenção para o “reconhecimento setorial de iniciativas” e para o “adensamento empreendedor”.¹⁵ No reconhecimento setorial “faz-se necessário que haja uma vocação setorial para as atividades produtivas se relacionarem e, a partir de então, constituírem um Polo Criativo” (LIMA, 2012, p. 35). No adensamento parece haver a mesma compreensão do anterior, mas chamando a atenção para a presença de atividades empreendedoras com a presença de profissionais autônomos, associações, cooperativas, empresas, dentre outras como fator de reconhecimento

¹⁴ É preciso ter em mente que a especialização deve ser percebida enquanto configuração de uma cadeia (tópico anterior). Assim, de um elo especializado que iniciou o processo surgirão outros elos correlacionados: da especialização poderá surgir a diversificação.

¹⁵ A autora ainda menciona nesse tópico o “desenvolvimento da atividade econômica local” e as “convergências de atuação” como pontos do campo econômico para a configuração de um polo.



do polo. O segundo ponto está na percepção do campo “cultura e identidade”, onde a autora chama a atenção para a “construção da imagem coletiva”, com a produção de bens e serviços com identidade cultural, “seja ligada ao ambiente arquitetônico, aos elementos históricos e culturais do local, seja relacionada às formas próprias de organização, ou seja ainda relativa aos produtos gerados pelos grupos, pessoas e empresas” (LIMA, 2012, p. 35). Este fator pode-se dizer que será causa e consequência, como um círculo virtuoso, para o valor agregado intangível.

Estes apontamentos são importantes para perceber a ideia de cidade-polo que este estudo pretende explorar. Dentro da trajetória teórica apresentada até aqui, a ideia de entender aglomerações e as cadeias produtivas da economia da cultura está centrada nessas duas dimensões: simbólica e material. Pela base simbólica, um território com significativa carga dessa dimensão pode ser um polo cultural (pela especialização ou mesmo pela grande diversificação de manifestações culturais). E aqui se pode falar numa região ou numa cidade. Por outro lado, o adensamento de atividades produtivas já foi visto que é um indício de especialização. Mas neste ponto é preciso ater-se na sentença de que a provisão da atividade cultural exige escala derivada de economia de aglomeração,¹⁶ o que acaba por perceber que a cultura é uma atividade econômica essencialmente urbana. A cultura “é economicamente viável somente em lugares em que há uma quantidade de consumidores suficientemente grande para sustentá-la. Ou seja, provisão de cultura muitas vezes exige escala derivada de economia de aglomeração” (RODRIGUES; GONÇALVES, 2012, p. 02).

Assim que, para entender a configuração de cidade-polo, é preciso perceber que a economia na cultura se reconhece enquanto uma atividade urbana. Disso se aproxima o entendimento de que, para este estudo, uma cidade-polo na cultura é um lugar central de atividades econômicas.¹⁷ Lugar central se estabelece pelo movimento concomitante da concentração, processo típico da urbanização das cidades, e pela centralização, quando um grande centro urbano e especializado no fornecimento de bens e serviços.

A centralidade característica de um lugar central é um atributo ligado diretamente à densidade de população e as atividades econômicas existentes em uma determinada região, permitindo o fornecimento de bens e serviços centrais tais como, comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão, etc. O lugar central atua como um centro de serviços para si mesmo e para áreas

¹⁶ “O surgimento e crescimento de densidades urbanas permitem o aparecimento de economias externas derivadas dessas aglomerações, reforçadas pelo desenvolvimento de uma série de atividades ligadas ao setor de serviços, direta e indiretamente complementares à atividade econômica principal da aglomeração”. (CROCCO; RUIZ; CAVALCANTE, 2008, p. 09).

¹⁷ Trata-se da teoria do “lugar central” de Walter Christaller, apresentada em CHRISTALLER, W. *Central places in southern germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.



imediatamente próximas (região complementar). (CROCCO; RUIZ; CAVALCANTE, 2008, p. 09).

Há três condicionantes na compreensão dos lugares centrais e a relação que se quer estabelecer com o entendimento de cidade-polo nesse estudo. Primeiro, a relação entre oferta e demanda é fundamental no lugar central, pois está diretamente relacionada com a densidade da população como agente que busca bens e serviços culturais. Trata-se de perceber a capacidade de demanda. Segundo, o alcance físico, é preciso ser percebido como a distância maior que o agente consumidor está disposto a “viajar” para adquirir o bem e o serviço cultural a um determinado preço de mercado (RÍOS, 2010). Aqui retoma-se claramente a sentença de Paul Tolila (2007) sobre o deslocamento dos gastos públicos em cultura. Ora, uma prefeitura como agente consumidor, para prover a cultura, vai demandar bens e serviços que não estão necessariamente no espaço do município. Terceiro, a centralização de uma cidade como fornecedora de bens e serviços culturais se dará tanto por conta de si mesma (pela presença de um mercado em seu território) como por meio de cidades de menor capacidade fornecedora (municípios mais distantes).

Dessa forma, cidade-polo deve ser entendida como a concentração urbana que reúne um conjunto de empreendimentos econômicos fornecedores de bens e serviços culturais (inclusive os relacionados), consequência de sua dinâmica econômica interna e de sua relação com agentes consumidores externos ao seu espaço. Dito de outra forma, cidade-polo terá aqui o entendimento de se tratar de uma cidade central no fornecimento de bens e serviços nucleares relacionados a determinados setores culturais, por meio da presença de agentes econômicos.

A identificação de cadeias e cidades-polo

O eixo central de análise da pesquisa é o gasto público realizado pelas prefeituras municipais. Como visto anteriormente, este gasto reflete o protagonismo do Estado na resolução de um problema público. Dessa forma, a prefeitura irá executar um dispêndio de recursos financeiros com a compra de bens ou a contratação de serviços para a manutenção da estrutura governamental (gastos estruturais), a realização de ações finalísticas à sociedade, ou mesmo delegando ou transferindo a outros essa função. Por essa ordem, segue-se a premissa de que o gasto da prefeitura de um dado município no campo cultural apresentará as preferências alocativas do governo na configuração de uma política cultural com protagonismo do Estado. Em outros termos, o consumo público consiste no consumo da administração pública, pressupondo que seja fruto de uma política contida no âmbito da cultura, e que tais recursos alocados acabam por traduzir o tipo e a natureza das preferências alocativas dessa administração.



Por outro lado, a primazia do Estado no provimento à cultura acaba por mobilizar um conjunto de bens e serviços da iniciativa privada. O protagonismo da prefeitura é um indício da alavancagem da economia no setor cultural. Dessa forma, trabalhar com os gastos das prefeituras apresentará dois pontos básicos: a leitura do gasto é uma perspectiva de compreender a política pública empreendida pelo governo municipal à cultura; o gasto público em cultura apontará um conjunto de bens e serviços (pessoas e organizações) mobilizados no escopo da economia da cultura.

A forma de operacionalização dessas ideias está diretamente relacionada à metodologia empreendida pelo estudo. Aqui se menciona um dos principais gargalos nas pesquisas em cultura: a dificuldade de dispor de dados primários. Nesse sentido, a pesquisa pode ser caracterizada pelo grande esforço empreendido na busca da coleta e tratamento de dados primários. O diferencial da pesquisa, então, foi fazer uma leitura das premissas anteriores a partir dos dados prospectados das prefeituras de forma original, sem que não tenha havido um tratamento preliminar acerca das informações coligidas.

Os dados primários das prefeituras

Existem inúmeros instrumentos legais de fiscalização das despesas públicas, especialmente as municipais. Com a informatização dos processos de fiscalização o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) criou um sistema de “Controle Social” das despesas realizadas pelos municípios gaúchos, oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. O site do Tribunal oferece acesso livre às despesas (e receitas) dos municípios através dos empenhos liquidados e/ou pagos pelas prefeituras por ano de exercício orçamentário.¹⁸

O sistema possibilita verificar o órgão (as unidades, as funções, as subfunções, projetos, atividades e recursos vinculados a outras instâncias de governo), o credor (com o número do Cadastro de Pessoa física – CPF – ou jurídica – CNPJ), a rubrica (de acordo com o que foi estipulado no orçamento do município) e a função (como saúde, educação, transporte, cultura, etc). Para acompanhar os gastos públicos na cultura é possível optar por escolher o “órgão” da prefeitura municipal responsável pelas atividades do setor. Isso pode variar de acordo com a estrutura institucional. Há prefeituras que possuem a cultura como uma unidade independente, Secretaria Municipal de Cultura, outras estão vinculadas à educação ou ao turismo e eventos.

Ao escolher um ano de execução orçamentária é possível visualizar todos os empenhos realizados pela prefeitura. Os dados dispõem do número do empenho,

¹⁸ Para elaboração do “Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010” o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se utiliza do “Sistema de Coleta de Dados Contábeis Consolidados”, via Caixa Econômica Federal e Secretaria do Tesouro Nacional.



tipo (empenho, liquidação ou pagamento), credor, data, valor e histórico. Na descrição do histórico a prefeitura informa o motivo da realização da despesa, tal como o exemplo: “Valor que se empenha para pagamento referente a locação de sala na Avenida Presidente Vargas, nº 2095, para Exposição dos Trabalhos de conclusão da Oficina de Pintura” (TCE-RS, 2013). Nota-se que nessas descrições há referência ao produto ou serviço (locação) e ao domínio cultural (Artes visuais, como a pintura). Já ao consultar o link “credor” há uma lista dos credores do ano escolhido. O sistema apresenta o número do cadastro como pessoa física ou jurídica e ainda informa se o empenho foi liquidado e, finalmente, pago ao credor.

Por fim, os dados disponíveis ainda possibilitam verificar, para os casos referentes à pessoa jurídica, qual a atividade principal e o local (município) do credor. Para consultar essas informações é preciso acessar o site da Receita Federal do Brasil e buscar pelo serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”, um serviço de domínio público que requer somente o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível pelo Sistema do TCE.

Nesse sentido, vale dizer, a metodologia da pesquisa versa sobre o tratamento das informações das despesas orçamentárias dos municípios. Se para os indicadores culturais do IBGE a análise dos gastos governamentais com a cultura apresenta o padrão de alocação destas despesas, na presente pesquisa procura-se apontar o perfil desses gastos e os desdobramentos que estes resultam ao atuarem na difusão, preservação e promoção da cultura no que versa aos custos de produção de cada atividade cultural.¹⁹

Assim, para a relação entre política e economia da cultura as informações disponíveis e o cruzamento destas oferece uma gama razoável de dados públicos sobre as despesas em cultura sintetizados na tabela abaixo.

Quadro 1 – Informações públicas para a pesquisa em cultura (TCE e Receita Federal)

Item	Dados diretos	Dados indiretos
	Tribunal de Contas	Receita Federal
Credor	- Pessoa jurídica - Pessoa física	- Atividade principal - Município
Valor	- R\$	-
Histórico	- Descrição despesa	-

Fonte: próprios autores (2013).

¹⁹ “A captação dos dados da administração pública difere dos outros setores da economia, tendo em vista que a função principal do governo na economia é a produção de bens e serviços não mercantis. A produção não mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos custos de produção por não ser objeto de transação no mercado” (IBGE, 2013, p. 68).



O ordenamento e a organização dessas informações possibilita a criação de variáveis numéricas e nominais que puderam receber tratamento estatístico oportuno para a consecução dos objetivos estabelecidos na pesquisa. Para os fins metodológicos é preciso ater-se em alguns pontos: (1) A alocação de recursos públicos está descrita no empenho em moeda corrente, tendo por premissa o uso daqueles empenhos que efetivamente foram pagos pela prefeitura; (2) A atividade principal e o município estão associados ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, portanto obedeceu este registro na localização territorial da empresa e na definição da Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal, CNAE-Fiscal; e (3) Para analisar as despesas públicas na cultura nos municípios foram ordenados os empenhos referentes ao tópico “Cultura”, código “13”, do Tribunal de Contas do Estado.²⁰ Esse conjunto de informações permitiu um desdobramento metodológico em alguns pontos específicos que são apresentados a seguir.

Atividades econômicas e cadeias produtivas na cultura

Os estudos realizados na economia criativa (que inclui a cultura), especialmente para o entendimento de cadeia produtiva, apresentam um conjunto de atividades econômicas categorizadas em nucleares, relacionadas e de apoio. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan – em 2008 e a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE – em 2013 (VALIATI, 2013), são exemplos de propostas metodológicas para perceber a economia no setor criativo e cultural a partir do CNAE. A síntese conceitual dessas categorias pode ser entendida da seguinte forma:

Atividades nucleares – segmentos de bens e serviços que no curso de seu processo produtivo acabam por gerar atividades criativas/culturais. São as atividades econômicas nucleares reconhecidas como, por exemplo, geradoras de produção intelectual ou manifestações culturais.

Atividades relacionadas – segmentos produtivos reconhecidos como fornecedores de bens e serviços às atividades nucleares. Estes segmentos proveem com materiais e serviços diretamente o núcleo criativo/cultural.

Atividades de apoio – segmentos produtivos que de maneira indireta podem contribuir com a provisão de bens e serviços às atividades nucleares. Percebe-se que nesse item não há uma correlação específica com as atividades criativas/culturais, pois se trata de bens e serviços amplos posicionados como apoio a inúmeras atividades produtivas. A Firjam e a FEE utilizaram a CNAE 2.0, a partir do universo de

²⁰ “A função cultura representa [...] ‘o conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade (BRASIL, 1999b)’” (IBGE, 2013, p. 27).



673 classificações para a categoria “classe”.²¹

A presente pesquisa segue a linha empreendida pelas duas instituições, mas utilizando da versão da FEE realizada por Valiati (2013). No entanto, uma primeira e significativa diferença se estabelecem entre os estudos. Tanto Firjan quanto FEE aplicam uma categorização a partir do CNAE 2.0 para classes. Percebe-se uma estrutura hierárquica de classe com cinco dígitos no código CNAE. A presente pesquisa trabalha com a CNAE subclasses 2.1.²² Essa categorização foi aplicada a partir de dezembro de 2010 para atender necessidades da organização dos Cadastros de Pessoas Jurídicas no âmbito da Administração Tributária. Isso foi possível por conta do cadastro de CNPJ contido nos dados da Receita Federal apresentar a classificação subclasse para a descrição das empresas consultadas.

Nesse interim, a segunda diferença com relação às pesquisas mencionadas está na possibilidade de maior detalhamento das atividades nucleares, relacionadas e de apoio. Dessa forma houve o acréscimo de atividades que não conseguiam ser “captadas” pela metodologia dos estudos referências. Por exemplo, a classe “82300” que engloba a organização de festas, feiras e eventos foi incluída no estudo através das subclasses “8230001” e “8230002” (englobando casa de eventos, espaço de exposição, etc.). Essa categorização foi realizada à medida que se percebeu que tais subclasses tinham alguma relação com as atividades nucleares e relacionadas.

Mas a análise dos dados e o debate em torno da melhor metodologia para a interpretação destes incorreu em outra situação: a peculiaridade de perceber o agente mobilizador da economia da cultura²³. Dito de outra forma, a unidade de consumo é o Estado (prefeitura) e ele realiza determinadas ações na cultura que no entender do estudo não podem ser inseridas somente na mobilização de atividades nucleares, relacionadas e de apoio. Esta reflexão partiu da compreensão da leitura dos códigos CNAE que não estavam contidos nas categorizações, mas eram perceptíveis nos empenhos das prefeituras. Assim, foram criadas duas novas categorias de atividades CNAE dentro da proposta de estudo:

Atividades de apoio II – segmentos produtivos amplos que indiretamente contribuem para a provisão e fomento de bens e serviços às atividades culturais, especialmente ao se perceber o papel fomentador e provedor do Estado. Esse tipo pode ser reconhecido como estruturante das atividades nucleares a partir da ação

²¹ Desse universo, por exemplo, a Firjan apontou 185 atividades associadas às atividades criativas (esferas de núcleo, relacionadas e apoio).

²² Esta categorização corresponde ao 5º nível de categorização, composta por 1301 subclasses.

²³ Vale lembrar que “a economia tem por base as relações entre o Estado, o mercado (ou a iniciativa privada) e a sociedade civil. Ao considerarmos a economia da cultura devemos, portanto, entender essas relações; os papéis e responsabilidades de cada um; e como seus objetivos individuais podem ser trabalhados de forma convergente e sinérgica” (REIS, 2009, p. 27).



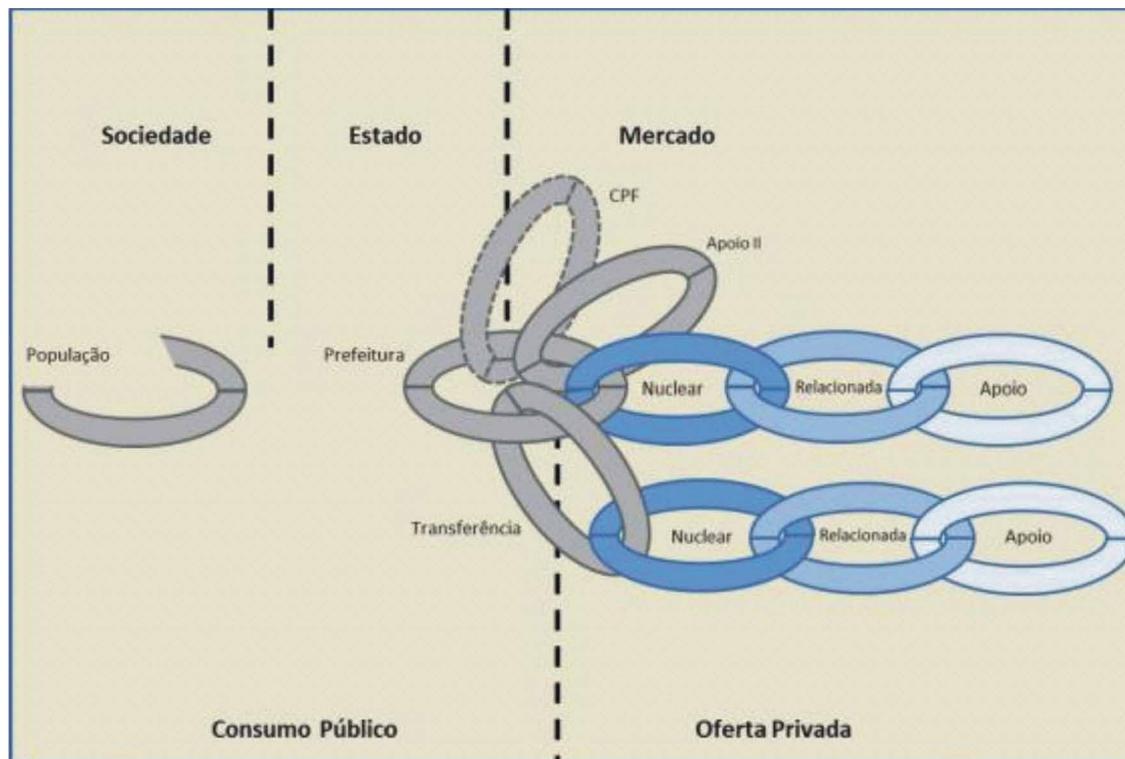
do Estado (especificadamente, oriundos do órgão de gestão municipal da cultura). São bens e serviços contidos nas mais diversas áreas econômicas que acabam por dar algum tipo de apoio na realização das atividades culturais. Para o caso em tela foram consideradas boa parte das atividades não categorizadas nas atividades de apoio anterior.

Transferências governamentais – o provimento da atividade criativa e cultural empreendida pelo Estado também mobiliza um conjunto de entidades, sindicatos, associações e instituições. Nesse ponto, o fomento à cultura/criatividade ocorre por meio da transferência de recursos públicos a estas organizações. Assim, por exemplo, as “atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte” foram retiradas das atividades nucleares e incluídas nas transferências governamentais. Por outro lado, “atividades associativas” e “clubes sociais”, também foram incluídos nesse segmento.

Assim, a mobilização da cadeia produtiva da cultura realizada pelo Estado (prefeitura, neste caso) se dará mediante a mobilização dos elos centrais e reconhecidos à economia da cultura (criativa): nucleares; relacionados; e de apoio. Ao mesmo tempo poderá mobilizar outros elos como o de apoio focado na estrutura e demais atividades pertinentes à manutenção e fomento das práticas governamentais no setor cultural; e de transferências governamentais realizadas a outras organizações, ou seja, delegando a estas a atribuição de organizar, fomentar, promover a cultura. Para esta última característica importa dizer que a organização responsável por essa atribuição irá, também, mobilizar os elos centrais da economia da cultura. Nessa perspectiva, a metodologia proposta percebe o gasto em cultura, resultante de uma política cultural, como mobilizador de diferentes elos na cadeia produtiva do setor. Elos que variam significativamente de especialização produtiva no contexto da economia da cultura, mas que não deixam de, pela demanda pública, mobilizar a oferta privada de bens e serviços. O esquema a seguir procura sintetizar a proposta do estudo.



Figura 1 – Esquema cadeia produtiva e gastos públicos (sociedade, Estado e mercado)



Fonte: próprios autores (2014).

A metodologia empreendida pelo estudo de Valiati (2013) descreve todos os códigos CNAE de acordo com a configuração das atividades nucleares, relacionadas e de apoio. No entanto, antes de fazer a apresentação dos códigos CNAE é preciso tratar de uma segunda proposta metodológica realizada nessa pesquisa, apresentada no tópico seguinte.

Atividades econômicas e categorias culturais

A Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (2011) estabeleceu uma categorização para a implementação de políticas públicas no campo da cultura. A proposta reconheceu a necessidade de propor essa categorização para a realização de estudos e pesquisas e, fundamentalmente, para posicionar a definição e aplicação das políticas no setor. A definição das categorias permitiu o reconhecimento e a descrição mínima dos setores criativos (e culturais) contemplados pelo Ministério da Cultura. Assim, o Ministério categorizou cinco campos culturais (criativos) com seus respectivos setores, para a realidade brasileira.



Figura 02 – Escopo Criativo Ministério da Cultura (2011)

Fonte: MinC (2011).

A partir dessa proposta o presente estudo realizou uma aproximação entre a classificação das atividades econômicas, as dimensões da cadeia produtiva da cultura (nuclear, relacionada e apoio) e as categorias culturais apontadas pelo Ministério da Cultura. Em outros termos, como está se trabalhando com subclasses, os códigos CNAE apresentam um maior detalhamento das atividades que permitem uma representação, uma *proxy*, do código em relação à cadeia produtiva e à categoria cultural. Dessa forma foi viável, em grande medida, categorizar os códigos em nucleares no campo do patrimônio, relacionadas no campo do patrimônio e assim sucessivamente nos demais setores criativos e culturais. Para tanto, dois pontos devem ser destacados. Primeiro, tal aproximação resultou em alguns conflitos de categorização, especialmente porque, mesmo com um maior detalhamento, um código poderia estar em mais de um setor cultural (particularmente nas atividades econômicas relacionadas). O segundo ponto diz respeito às atividades de apoio, que por serem mais amplas em termos de relação com a atividade nuclear, não puderam ser categorizadas por setores culturais. Mas, vale dizer, tais conflitos, no entender do estudo, não chegaram a comprometer essa aproximação metodológica.²⁴ O quadro abaixo exemplifica a metodologia.

²⁴ Esses conflitos são apontados a seguir na descrição dos códigos de acordo com a categoria cultural.

Quadro 02 – Exemplo categorização setor cultural x cadeia produtiva x código CNAE

Categoria cultural	Posição na cadeia produtiva	Código CNAE (subclasse)
Campo do Patrimônio	Nuclear	8130300 9101500 9102301 9102302 9103100 9321200

Fonte: próprios autores (2014).

Dessa forma, a metodologia empregada realizou a categorização a seguir, considerando: (1) campo do patrimônio; (2) campo das expressões culturais; (3) campo das artes de espetáculo; (4) campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura; (5) campo das criações funcionais.

Quadro 03 – Atividades nucleares por campo cultural e código CNAE (subclasse)

(continua)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
1	8130300	Atividades paisagísticas (manutenção de áreas verdes)
	9101500	Atividades de bibliotecas e arquivos (pesquisa bibliográfica, gestão de arquivos públicos, gestão de bibliotecas públicas)
	9102301	Atividades de museus e de exploração; restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares (exploração de lugares e prédios históricos, gestão de museus)
	9102302	Atividades de museus e de exploração; restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares (conservação do patrimônio histórico)
	9103100	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (gestão de jardins)
	9321200	Parques de exposição e parques temáticos (de diversão, temático)
2	7420001	Atividades fotográficas e similares (cobertura p/jornais, revistas produção fotográfica p/ festas)
	7420002	Atividades fotográficas e similares (fotografia aérea de publicidade)
	7420003	Atividades fotográficas e similares (montagem de diapositivos, revelação de filmes fotográficos, cópias e restaurações de fotografias)
	7420004	Atividades fotográficas e similares (produção, filmagem de vídeo de eventos culturais)
	7420005	Atividades fotográficas e similares (serviço de microfilmagem/de documentos)
	8592999	Ensino de arte e cultura (curso de artesanato, escultura, pintura)
	8593700	Ensino de idiomas (línguas estrangeiras, português)
	9002701	Criação artística (artistas plásticos, atividades literárias, gestão de direitos autorais de obra de arte, escultor, jornalista independente)
	9002702	Criação artística (restauração de objetos de arte)



(continuação)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
3	3220500	Fabricação de instrumentos musicais (caixa de música, viola)
	5920100	Atividades de gravação de som e edição de música (composições musicais, direitos autorais musicais, masterização e remasterização)
	8592901	Ensino de arte e cultura (academia de dança, instrutor de dança)
	8592902	Ensino de arte e cultura (curso de imitação de vozes, técnicas de direção e montagem de espetáculos teatrais)
	8592903	Ensino de arte e cultura (aula de música, exceto superior)
	9001901	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (ator independente, evento cultural teatral, conjunto teatral, organização, promoção de eventos de teatro)
	9001902	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (produção de arranjo musical, concertos e óperas, grupo musical)
	9001903	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (artes cênicas de dança independente, conjunto de folclore)
	9001904	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (produção de espetáculo circense, fantoche, marionete, circo)
	9001905	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (produção de espetáculo de rodeio, vaquejada)
	9001906	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (sonorização e iluminação)
	9001999	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares (artes do espetáculo)
	9003500	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (casa de cultura, de <i>shows</i> , de música, de teatro)
	8230001*	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (exposição de animais, parque e leilões, remates)
8230002* ²⁵	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (gestão de casa de eventos, espaço de exposição)	
4	5811500	Edição de livros (apostilas, atlas, livros eletrônicos, infantis, técnicos)
	5812300	Edição de jornais (publicitários, da internet, eletrônicos)
	5813100	Edição de revistas (publicações periódicos, programas de televisão, eletrônica)
	5819100	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
	5821200	Edição integrada à impressão de livros (apostilas, atlas, dicionário, enciclopédias, mapas)
	5822100	Edição integrada à impressão de jornais (jornais publicitários, jornais)
	5823900	Edição integrada à impressão de revistas (publicações periódicas, revistas de conteúdo técnico, de programação de televisão)
	5829800	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos (cartões postais, catálogos, lista para mala direta, lista telefônicas, material publicitários, panfletos, folhetos)
	5911101	Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (arquivos de filmes cinematográficos, estúdios)
	5911102	Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (filmes de publicidade, filmes para campanhas de responsabilidade social, filmes para campanhas políticas)

^{25*} Atividades incluídas por conta das dimensões das festas, festividades, festivais e feiras contidas dentro do campo das “artes de espetáculo”. Vale dizer, muito dessas práticas são estabelecidas para a realização de atividades culturais nos municípios.



(continuação)

Campo	Sub-classes	Descrição sintética
4	5911199	Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (computação gráfica na produção de filmes, produtores independentes)
	5912001	Atividades de pós-produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (dublagem de filmes cinematográficos)
	5912002	Atividades de pós-produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (mixagem sonora em: filmes, programas de televisão)
	5912099	Atividades de pós-produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (edição de créditos, legendas, montagem, restauração)
	5913800	Distribuição cinematográfica de vídeos e de programas de televisão (direitos autorais de obras audiovisuais, cinematográficas, distribuição de filmes a cinemas e cineclubes)
	5914600	Atividades de exibição cinematográfica (auto-cine, cineclube, cinema, <i>drive-in</i> , espaço cultural de projeção)
	6010100	Atividades de rádio (cadeias radiofônicas, canais de música, difusão de programas, estação de radiodifusão)
	6021700	Atividades de televisão aberta (difusão de programas, <i>broadcasting</i> , venda de espaço publicitário, <i>marketing</i> em televisão aberta, operação de estúdio, produtores independente)
	6022501	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura (espaço publicitário, marketing, programação em tv por assinatura, difusão de sinais, canal e emissão para tv)
	6022502	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura (intermediação entre programadoras nacionais e estrangeiras e operadoras, negociação de programação de tv por assinatura)
5	4212000	Construção de obras de arte especiais (manutenção em túneis, construção de estruturas, obras rodoviárias, pontes)
	6201500	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (desenvolvimento de banco de dados, criação e configuração de <i>software</i> de banco de dados, edição de <i>site</i>)
	6202300	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (cessão de direito de uso de programas de computador)
	6203100	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (desenvolvimento de jogos de computadores para todas plataformas, desenvolvimento de sistemas operacionais)
	6204000	Consultoria em tecnologia da informação (assessoria em <i>software</i> , compra e instalação de periféricos, <i>hardware</i> e <i>software</i>)
	6209100	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (apoio na instalação de equipamentos, manutenção, recuperação de dados)
	6311900	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (gestão de banco de dados, tabulações, consultas, banco de dados, serviços de CPD)
	6319400	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de hospedagem na internet (banco de informações para pesquisa e análise, certificação digital, consulta de banco de dados)
7111100	Serviços de arquitetura (arquitetura paisagista, escritório e consultoria, projetista, gerenciamento e desenvolvimento de projetos)	



(conclusão)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
5	7119701	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura (serviços de: agrimensura, batimetria, cartografia, cartográficos)
	7119702	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura (serviços de análise de solos para investigação geológico, estudos geotécnicos)
	7210000	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (química, farmácia, etc.)
	7220700	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências humanas e sociais (arqueologia, artes, direito, economia, linguística, ciências)
	7311400	Agências de publicidade (serviços de criação de campanhas de publicidades, empresa de propaganda e publicidade)
	7312200	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação (<i>busdoor</i> , cartazes publicitários, aluguel e revenda de espaço para colocação de espaço publicitário)
	7319001	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente (criação de estandes para feiras e exposições, criação e montagem de estandes)
	7319002	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente (demonstração de produtos em pontos de venda, distribuição de folhetos, promoção de venda, serviços de promotora de venda)
	7319003	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente (<i>marketing</i> de propaganda política, publicidade por telefone, <i>telemarketing</i>)
	7319004	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente (Assessoria em <i>marketing</i> , na divulgação de produtos, publicidade e propaganda)
	7319099	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente (serviços de alto-falantes, computação gráfica, publicidade aérea)
	7320300	Pesquisas de mercado e de opinião pública (serviço de análise de mercado, análise estatísticas e resultados de pesquisas de mercado e de opinião pública, coleta de dados e de informações)
	7410201	<i>Design</i> e decoração de interiores (<i>design</i> de joias, mobiliário, de moda, de objetos domésticos, de objetos pessoais, de sapatos)
7410202	<i>Design</i> e decoração de interiores (decoração de interiores, <i>design</i> de interiores)	

* Código incluído na categorização.

Fonte: próprios autores (2014).

Quadro 04 – Atividades relacionadas por campo cultural e código CNAE (subclasse)

(continua)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
1	4213800**	Obras de urbanização — ruas, praças e calçadas (conservação/recuperação/manutenção de vias públicas, reforma em praças)
	4330401**	Obras de acabamento (aplicação de argamassa, manta asfáltica, impermeabilização, obras de engenharia civil)
	4789002*	Comércio varejista de plantas e flores naturais (adubos, cantoneiras p/ plantas, flores naturais, frutos ornamentais naturais, plantas)

(continuação)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
2	2222600	Fabricação de embalagens de material plástico (botijões, caixas e estojos, caixotes, cartuchos, frascos, garrafas, rolhas e tampas, sacolas, tampas e capsulas)
	2312500	Fabricação de embalagens de vidro (tubulares de vidro)
	2442300	Metalurgia dos metais preciosos (fios de metais preciosos, laminados, ouro em formas primárias e granulado, prata granulada)
	2591800	Fabricação de embalagens metálicas (bisnaga, cartuchos de metal, latas, recipientes, tambores, tampas)
	2670101	Fabricação de equipamentos e instrumentos óticos, fotográficos e cinematográficos (binóculos e lunetas, microscópio, prisma óptico)
	2670102	Fabricação de equipamentos e instrumentos óticos, fotográficos e cinematográficos (aparelhos fotográficos e cinematográficos, câmeras, filmadoras, lâmpadas p/ máquinas, projetores, telas p/ projeção)
	3101200	Fabricação de móveis com predominância de madeira (armários, balcões, bancadas, bancos, beliches, berços, camas, cadeiras, baú)
	3102100	Fabricação de móveis com predominância de metal (armário, arquivo, balcões, bancadas, bancos, banheiros planejados, beliches, cadeiras)
	3103900	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal (banheiros, cadeira, caixas e gabinetes, conjunto de copa, estantes, gôndolas, mesas de plásticos, móveis de vime, salas)
	3211601	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria (ágata, água-marinha, ametista, esmeralda, gemas e diamantes, pérolas, rubi, topázio)
	3211602	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria (anéis, artefatos de joalheria, artefatos p/copa e mesa, artesanatos, artigos p/ uso técnico, garfos, faqueiros, pulseiras de metal, colares, brincos)
	1352900	Fabricação de artefatos de tapeçaria (carpetes, forração para revestimento de pisos, tapeçaria p/ decoração, tapeçarias feitas à mão)
	1353700	Fabricação de artefatos de cordoaria (barbantes, cabos navais, cordas, cabos e cordéis, cordoaria, redes de dormir, de pesca, redes de proteção, tarrafas para pescar)
	1359600	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente (apoio de cabeça, compressas, sachês, bandeiras, bordado inglês, colchonetes, etiquetas, cordas de borracha, metalizados, fitas de tecidos, rendas, sacos de algodão)
	1510600	Curtimento e outras preparações de couro (aparas)
	1529700	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente (arreios e selas, couro natural, couro para máquina, carteira, cintos, correias para transmissão, pulseira para relógios)
	1531901	Fabricação de calçados de couro(botas, calçados para esporte, p/segurança industrial, infantis, chinelos e chuteiras, sandálias, sapatos)
	1531902	Fabricação de calçados de couro(serviço de montagem e costura de calçados, pesponto e outros acabamentos em calçados)
1623400	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira (aduelas, barris, barricas, pipas, tonéis, caixas, caixotes, engradados, estrados, <i>pallets</i> , pipas)	



(continuação)

Campo	Sub-klasse	Descrição sintética
2	4789001*	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (joalheria chapeada)
	4789003*	Comércio varejista de objetos de arte (galerias de arte, objetos de arte novos)
	4789004*	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente (animais vivos, aquários, artefatos de couro, selaria)
	4741500*	Comércio varejista de tintas, e materiais para pintura (impermeabilizantes, pincéis, rolos, brochas, tintas automotivas)
	9609206*	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente (colocação de <i>piercing</i> , tatuagem)
	3299099*	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente (agulhas de tricô, agulhas, furadores, balões, artefatos p/ festas, modelados, artefatos de marfim, arranjos decorativos, troféus)
	4755502*	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho (armarinho, passamanaria, aviamento p/ costurar botões, feltros, linhas, novelos de lã)
	4755501*	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho (fazendas, tecidos, malhas)
3	2680900	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e óticas (para gravação de som, imagem e dados informáticos)
	4756300	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios (acessórios para instrumentos musicais, músicas impressas, piano)
	9329801*	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares (casa de dança, boate, cabaré, pagode, <i>funk</i> , danceteria, salão de baile)
	9329899*	Serviços de animação e recreação em eventos
	4789001*	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (suvenires, joalheria chapeada)
	4789006*	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (fogos de artifícios e artigos pirotécnicos)
	4762800	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas (discos e fitas, fita magnética gravada ou não, fitas de áudio e vídeo gravadas ou não)
7739003*	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente (estandes, módulos metálicos, palcos, coberturas, tendas, toldos, sanitários químicos, tabuleiros)	
4	1811301	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas (sob encomenda gráfica)
	1811302	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas (revistas, periódicos, livros em geral, mapas e atlas, publicações periódicas, revistas não periódicas de consumo)
	1813001	Impressão de materiais para outros usos (brindes, cartazes de propaganda, catálogos de arte, <i>kits</i> promocionais, folhetos, encartes, faixas, <i>outdoors</i> , mala-direta, <i>banner</i>)
	1813099	Impressão de materiais para outros usos (convites, cartão de visita, couro, decalcomania, materiais de escritório, material escolar, rótulos, recibos, plástico)
	1821100	Serviços de pré-impressão (fotolitos, chapas p/ <i>offset</i> , fotogravuras, composição, tratamento de imagens e imagens em geral)
	1822901	Serviços de acabamentos gráficos (encadernação, plastificação)
	1822999	Serviços de acabamentos gráficos (colagem, corte e vinco, dobra manual e mecânica, furação, envernizamento, laminação, picote)



(continuação)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
4	1830001	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte (de som em qualquer suporte, a partir de gravações originais)
	1830002	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte (de fitas e discos de vídeo, a partir de gravação original)
	1830003	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte (programas de informática p/ difusão comercial, <i>software</i>)
	2622100	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (aparelhos de projeção, cartuchos, coletor de dados, <i>drives</i> , impressoras, leitor, máquinas, equipamentos multifuncionais)
	2632900	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação (aparelhos, central de portaria, interfonos, porteiro eletrônico, sistemas de intercomunicação, rádio)
	2640000	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo (alto-falantes, amplificadores, aparelho de som, autorradio, caixa acústica, <i>cd player</i> , fone de ouvido, gravador)
	4647801	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações (artefatos de papel, artigos de escritório, papelaria e escolar, canetas, lápis, grampeadores, etiquetas de papel e plástico, papelão e seu artefatos)
	4647802	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações (apostilas, jornais, livros, periódicos, revistas)
	4761001	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria (apostilas, livros, livraria)
	4761002	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria (bancas de jornais e revistas, periódicos)
	4761003	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria (artigos de escritório, artigos de papelaria, embalagens de papel e papelão, etiquetas de papel e plástico, material escolar e de desenho, papelaria)
	6141800	Operadoras de televisão por assinatura por cabo (acesso à internet por operadoras de televisão por cabo, distribuição de sinais para assinantes de televisão por assinatura, operadoras de televisão a cabo)
	6142600	Operadoras de televisão por assinatura por microondas (distribuição de sinais multipontos multicanais - MMDS, distribuição de sinais para assinantes de televisão, televisão por assinatura)
6143400	Operadoras de televisão por assinatura por satélite (operadora de televisão por satélite, distribuição de sinais de televisão e áudio por assinatura via satélite, transmissão de televisão por assinatura)	
5	3212400	Fabricação de bijuteria e artefatos semelhantes (brincos, colares, pulseiras, broches)
	1330800	Fabricação de tecidos de malha (de algodão, fibras ou sintéticos, têxteis naturais, malha-urdidura ou de outros tipos)
	1340501	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (estamparia e texturização em fios, tecidos, peças de vestuários)
	1340502	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (alvejamento, tingimento e torção de fios, branqueamento)
	1340599	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis (bordados e acabamentos, customização, colagem, estamparia, laminação)



(continuação)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
5	1351100	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico (artefatos de tecido para cama, mesa e banho, copa, cozinha, cobertores, mantas)
	1354500	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos (toldos de lona, pano-couro, tecidos falsos p/ usos técnicos, tubulares p/ saída de emergência, artigos de feltro, barraca de acampamento)
	1411801	Confecção de roupas íntimas (calcinhas, camisolas, cintas elásticas, modeladores, serviços de costureira, cuecas, pijamas, sutiã, roupões)
	1411802	Confecção de roupas íntimas (serviço de facção de peças interiores do vestuário, roupas íntimas)
	1412601	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas (agasalhos de couro e pele, agasalhos, bermudas, blusas, blusões e camisas, calças)
	1413401	Confecção de roupas profissionais (capas de borracha, fardamento, macacões, uniformes, uniformes profissionais)
	1413402	Confecção de roupas profissionais (sob medida fardamento militar, roupa profissional, uniforme escolar)
	1413403	Confecção de roupas profissionais (serviço de facção de roupas profissionais)
	1414200	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção (boinas, chapéus, vestuário descartável, cintos, gravatas)
	1421500	Fabricação de meias (esportiva, qualquer uso, meia-calça)
	1422300	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias (artigos de vestuário produzidos com lã ou linha, pulôveres, suéteres, jaquetas)
	1521100	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material (artigos de couro, fibra, bolsa de couro, mochilas, bolsas térmicas, malas, mochilas escolares, <i>nécessaire</i>)
	1532700	Fabricação de tênis de qualquer material
	1533500	Fabricação de calçados de material sintético (calçados de plástico)
	1539400	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (borracha p/ segurança industrial, tecido p/ segurança, chinelo de borracha, alpercatas)
	1540800	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material (cabedal de couro, cepos e soldados de madeira, contrafortes, palmilhas, de material plástico, partes de tecido, solados de couro)
	1731100	Fabricação de embalagens de papel
	1732000	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
	1812100	Impressão de material de segurança (ações, cheques, títulos ao portador e outros documentos fiscais, documentos fiscais)
	2063100	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (águas de colônia, alisadores de cabelo, banho de espuma, base p/ unhas, cremes, loções, depilatório, desodorante, bronzeadores)
2621300	Fabricação de equipamentos de informática (computadores de grande porte, de mão, de mesa, <i>mainframes</i> , <i>palmtop</i> , servidores)	
2631100	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação (acoplador acústico, amplificador, aparelhos de radiocomunicação, aparelhos p/ gravação, transmissores, concentradores de circuito digitais)	
2652300	Fabricação de cronômetros e relógios (caixas p/ relógios, cronômetros, despertador, montagem de relógio)	



(continuação)

Campo	Sub-klasse	Descrição sintética
5	3092000	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados (bicicletas sem motor, cadeiras de roda, carrinho de bebê, triciclo sem motor)
	4330402	Obras de acabamento (colocação de armários de cozinha, cabeceiras, cozinhas, esquadilhas de metal, estantes; instalação de forros)
	4642701	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios (blusa, camiseta, cintos, enxoval, gravata, lingerie, lenços, roupas de couro)
	4642702	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios (capacetes p/segurança, cinto p/ segurança, coletes à prova de balas)
	4643501	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem (calçados, calçados desportivos, sandálias, sapatos esportivos, tênis)
	4643502	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem (artigos de couro, bolsas, sacolas, malas)
	4646001	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (esmaltes de unhas, batons, concentrados aromáticos manipulados para perfumes, cosméticos, cremes e loções, perfumaria)
	4646002	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (absorventes higiênicos, creme dental, dentífrico, fraldas descartáveis, pasta de dente, preservativos, sabonetes)
	4772500	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (artigos de toucador, bases para unhas e rosto, batons e <i>blush</i> , bronzeadores e aceleradores de bronzeamento, cosméticos, cremes e loções, esmaltes para unhas, perfumaria, fraldas descartáveis)
	4774100	Comércio varejista de artigos de ótica (armações para óculos, lentes de contato, lentes para óculos, óculos e produtos de limpeza para óculos)
	4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (blusas e camisetas para crianças, boutique, camisaria, capa de chuva, chapelaria, cintos, roupas de couro, roupas masculinas, femininas e infantis)
	4782201	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem (calçados de couro, calçados desportivos, calçados em geral, sapataria, sapatênis, sapatos esportivos, sapatos, tamancos, tênis)
	4782202	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem (artigos de couro e de outros materiais, bolsas e sacolas de tecidos, malas, valises, carteiras, porta níqueis, porta documentos)
	7112000	Serviços de engenharia (assessoria técnica em construção, pericia e inspeção em engenharia, calculista em construção, cálculo instrumental)
	7722500	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares (cartuchos de vídeo <i>game</i> , cds, discos, dvds, filmes em dvd, fitas de vídeo, <i>games</i> , vhs)
	9602501	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza (barbearia, cabeleireiro, corte de cabelo, embelezamento de cabelos, manicura, pedicuro, tintura e pintura de cabelo, tratamento capilar)
	9329802*	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares (exploração de boliche)
9329803*	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares (bilhar, sinuca)	
9329804*	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares (<i>cyber</i> café, jogos no computador, jogo de fliperama, jogos eletrônicos)	



(conclusão)

Campo	Sub-classe	Descrição sintética
5	3299003*	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente (placas de sinalização, metálicas indicadoras, painéis)
	6190601*	Outras atividades de telecomunicações (acesso a internet, provedores intranet/internet)

*Código incluído na categorização. ** Códigos transferidos de apoio para relacionada.

Fonte: próprios autores (2014).

Quadro 05 – Atividades de apoio e código CNAE (subclasse)

(continua)

Sub-classe	Descrição sintética
1311100	Preparação e fiação de fibras de algodão (algodão penteado, algodão em pluma, fiação de algodão, fibra de algodão moldada para estofamento, fio de algodão cru ou acabado)
1312000	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão (fiação de caroá, fiação de crina vegetal, pelos e cerdas, fibras de lã lavada, fibras de juta, fibras de linho)
1313800	Fiação de fibras artificiais e sintéticas (fabricação de fio de fibras artificiais cru ou acabado, fabricação de fios de poliéster ou de outros filamentos sintéticos.)
1314600	Fabricação de linhas para costurar e bordar (linhas de algodão para costurar e bordar, linhas de fios artificiais ou sintéticos, fabricação de linho e rami, seda animal, linhas para crochê)
1321900	Tecelagem de fios de algodão (artefatos de tecidos de algodão para cama, mesa e banho, mantas, sacos de algodão para embalagem, tecidos rendados)
1322700	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão (artefatos de tecidos de fibras naturais para uso doméstico, artefatos de tecidos fibras naturais)
1323500	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas (sacos de fios de rafia, tecido de fibra de vidro, lâminas sintéticas, viscose, filamentos de aramida, veludos e pelúcias)
1731100	Fabricação de embalagens de papel (impressas ou não, padronizadas de acabamento especial, envoltórios para balas e doces, sacos de papel impermeável)
1732000	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão (cartelas, luvas, solapas, papel-cartão laminadas entre si ou com outro suporte celulósico, estojos ou cartuchos de papel-cartão)
2320600	Fabricação de cimento (cimento comum, cimento hidráulico, escórias de alto-forno britadas para indústria do cimento)
2330301	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (blocos de cimento, estacas de concreto, estruturas pré-moldadas de concreto armado, lajes de cimentos pré-moldadas, vigas de concreto)
2330302	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (artefatos de cimento para uso na construção, caixas de água de cimento, caixas de cimento ou concreto para qualquer uso, canos e tubos de concreto, mosaico de cimento)
2330303	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (calhas de fibrocimento, canos de fibrocimento, manilhas de fibrocimento, reservatórios de fibrocimento)
2330304	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (casas, silos e similares pré-fabricados de concreto)



(continuação)

Sub-classe	Descrição sintética
2330305	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (argamassa preparada para construção)
2330399	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso, e materiais semelhantes (concreto, gesso, calhas de gesso, cantoneiras de gesso, chapas de cimento com reforço de madeira para divisórias, forros e revestimentos)
2341900	Fabricação de produtos cerâmicos refratários (argamassa refratária, cerâmica refratária, cimento refratário, ladrilhos cerâmicos refratários, pedras para calefação)
2342701	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção (azulejo decorado, mosaicos pastilhas cerâmicas, piso lajotão de cerâmica, pisos cerâmicos)
2342702	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção (calhas, cantos, rodapés, canos de cerâmica)
2349401	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente (banheiros de louça, bidês de louça, material sanitário de cerâmica, pias de louça)
2349499	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente (aparelhos completos de louça para serviço, travessas de louça, vasilhas de cerâmica, vasos de cerâmica ou barro cozido, velas de cerâmica para filtros de uso doméstico)
2391501	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras (britas, pedra).
2391502	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras (degraus de mármore, degraus de pedra, granito em placas, lajotas, soleiras, degraus e rodapés de mármore e de pedras)
2391503	Aparelhamento e outros trabalhos em pedra (pedras, artesanatos em mármore, granito, ardósia ou outras pedras, bancadas de granito e mármore)
2392300	Fabricação de cal e gesso (cal apagada, cal extinta, cal hidratada, cal hidráulica, cal virgem, cal viva, gesso corado ou não, gesso ou gipsita).
2610800	Fabricação de componentes eletrônicos (bobinas eletrônicas, cabos de impressoras e cabos de monitor, cabos USB, cartões incorporando um circuito eletrônico, cartões inteligentes)
2863100	Fabricação de máquinas e equipamentos para indústria têxtil (agulhas para máquinas, batedores-abridores, cardas, carretéis e bobinas de madeira, engomadeiras de tecidos)
2864000	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados (agulhas para máquinas de costura, alisadores para couro, cortadores para couro, máquina para cortar tecidos, máquinas de costuras domésticas)
3312102	Manutenção e recuperação de equipamentos eletrônicos e óticos (aparelhos de medição, aparelhos e equipamentos para laboratórios de pesquisa científica, aparelhos e instrumentos de medida, radares)
3312103	Manutenção e recuperação de equipamentos eletrônicos e óticos (aparelhos auditivos, aparelhos e equipamentos cirúrgicos, aparelhos e equipamentos eletromédicos e eletroterapêuticos, marcapassos)
3312104	Manutenção e recuperação de equipamentos eletrônicos e óticos (aparelhos e instrumentos cinematográficos, equipamento fotográfico de uso profissional, equipamentos e instrumentos óticos).
4110700	Incorporação de empreendimentos imobiliários (residenciais ou não, provendo recursos financeiros, promoção e realização de imóveis, incorporação de imóveis próprios)
4120400	Construção de edifícios (apartamentos, casas, conjuntos habitacionais, prédios, edifícios, armazéns, casa pré-fabricadas, centros comerciais, galerias, lojas comerciais, cinemas, teatros, clubes, circos, salas de espetáculos).



(continuação)

Sub-classe	Descrição sintética
4221901	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (barragens e represas para energia elétrica, barragens para hidrelétricas, represas para hidrelétricas).
4221902	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (eletrificação rural, planta de eletricidade, construção de estações de força e luz, construção de estações de geração de energia elétrica, transmissão de energia elétrica e estações e redes de distribuição de energia elétrica)
4221903	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (construção de sistema de produção e distribuição e distribuição de energia elétrica).
4221904	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (centrais telefônicas, construção de instalações para estação repetidora, instalações em estações e redes de telefonia e comunicação)
4221905	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações (estação e redes de telefonia e comunicações, manutenção das instalações para redes de telecomunicações de longa e média distância, barragens, represas, estações, redes de transmissão, usinas)
4222701	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (esgoto sanitário, estações, galerias, lagoas, plantas de tratamento de água, redes de distribuição de água, reservatórios, canais de irrigação)
4223500	Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto (dutos de gás natural, oleodutos, redes de distribuição)
4291000	Obras portuárias, marítimas e fluviais (aterro hidráulico, barragens, barcos submarinos, canais de navegação, diques, marinas, portos, <i>piers</i> , drenagem)
4292801	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas (coberturas metálicas)
4292802	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas (tubulações)
4299501	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente (campos para práticas de esportes, instalações desportivas, piscinas, quadras esportivas)
4299599	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente (atirantamentos e cortinas de proteção de encostas, contenção de encostas, escoramento, obras de açudes)
4311801	Demolição e preparação de canteiros e obras (arrasamento de estruturas edificadas, demolições, desmonte)
4311802	Demolição e preparação de canteiros e obras (preparação de canteiros de obras, terrenos para execução)
4312600	Perfurações e sondagens (escavação de poço, escavação de trincheira, exploração mineral, perfurações para testes em edificações e em minas, solo para construção)
4313400	Obras de terraplanagem (bota fora, compactação do terreno, corte e aterro, desaterro, dinamitação, dreno, escavação, escavadoras, máquinas de terraplanagem)
4319300	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente (bombeamento e drenagem, escoamento, lençol de água e freáticos, locais para exploração mineral, minas, rebaixamento de lençóis freáticos, valas, regos e fossas)
4321500	Instalações elétricas (alarme contra roubo em edificações, antenas coletivas e parabólicas, antenas de televisão, automação bancária, automação predial, cabeaçã lógica)
4322301	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração (encanação residencial, instalações hidráulicas, placas coletoras, redes para distribuição de fluídos e gases, sistema de aquecimento solar)



(continuação)

Sub-classe	Descrição sintética
4322302	Instalações hidráulicas de sistemas de ventilação (ar condicionado central, dutos para sistemas de ar condicionado, sistema de refrigeração central, sistema de ventilação mecânica, sistema de aquecimentos em imóveis residenciais e comerciais)
4322303	Instalações hidráulicas de sistemas de ventilação (alarme anti-fogo, equipamentos extintores de incêndio, instalações de sistemas de prevenção contra incêndio)
4329101	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (preparação ou manutenção e instalação de anúncios luminosos, instalação de <i>outdoor</i> , placas ou painéis de identificação)
4329102	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (instalação de equipamentos para orientação a navegação marítima, fluvial e lacustre)
4329103	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (montagem, instalação, reparação e manutenção de: elevadores, escadas e esteiras rolantes)
4329104	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (instalação de cancelas eletrônicas, implantação de faixas e delimitadores luminosos (tachas) para rodovias e aeroportos, instalação de iluminação de pistas de decolagem)
4329105	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (instalação de almofadas térmicas e acústicas para construção civil, forros e placas acústicas)
4329199	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (blindagem de estruturas, cabines de segurança, passa documentos, passa <i>delivery</i> , datacenter, <i>bunkers</i>)
4391600	Obras de fundações (construção de alicerces e blocos de fundação, baldrames, locação de bate-estacas com operador, perfuração de edificações e estruturas, locação de equipamentos de perfuração, estacas para fundações)
4399101	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (administração de obras, gerenciamento e execução de obras, direção, execução e gerenciamento de obras)
4641901	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho (tecidos de malha para confecção, tecidos)
4641902	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho (artigos de cama, mesa e banho, lençol, fronha, cobertor, colcha, e similares)
4641903	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho (agulha, alfinete, botão, zíper, e outros produtos de armarinho, artigos de aviamento e passamanaria, feltros, entretelas, rendas)
4651601	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática (assessoria em informática associada à venda de computadores e periféricos, computadores, equipamentos de informática e periféricos, impressoras, leitoras ópticas, <i>software</i>)
4641602	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática (circuitos impressos para uso na informática, disquetes e discos ópticos, <i>microchips</i> , semicondutores, suprimentos de informática, <i>toner</i> , cartucho de tinta)
4652400	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (aparelhos radioamadores, centrais de comunicação, centrais telefônicas, central de comunicação, secretária eletrônica, fax, semicondutores)



(continuação)

Sub-classe	Descrição sintética
4662100	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças (aparelhos e equipamentos topográficos, betoneiras de concreto equipamento (exceto caminhões), lagartas para tratores de uso na construção)
4671100	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados (briquete, compensados, esquadrias, forros e divisórias, madeira para construção, produtos derivados para construção, tacos de madeira para piso)
4672900	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas (aço para construção, chapas de alumínio, cadeados, fechaduras, ferragens e ferramentas, ferro para construção, materiais sanitários, parafusos, porcas, arruelas, pregos, telas de arame)
4673700	Comércio atacadista de material elétrico (chuveiros elétricos, condutores elétricos, fios e cabos, isolador térmico, lâmpadas e material elétrico para construção)
1311100	Preparação e fiação de fibras de algodão (algodão cardado, penteado, em pasta, em pluma, fiação, resíduos do beneficiamento)
1312000	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão (fiação de cânhamo, beneficiamento de crinas, pelos e cerdas, estopas, fibras e fios de lã lavada)
1313800	Fiação de fibras artificiais e sintéticas (fibras sintéticas descontínuas cardadas, penteadas, fios de <i>nylon</i> , filamentos sintéticos, resíduos de fiação de fibras artificiais ou sintéticas)
1314600	Fabricação de linhas para costurar e bordar (lindas de: algodão, fios artificiais, lã, linho, seda animal, para costurar, bordar e crochê)
1321900	Tecelagem de fios de algodão (artefatos de tecido de algodão para cama, mesa e banho, tecidos: algodão para embalagens, algodão tintos e estampados, atoalhados, rendados, mesclas, tufados, veludos e pelúcias)
1322700	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão (artefatos de tecidos e fibras naturais, tecelagem de cânhamo, caroá, lã, cobertores, mantas, cobertores, fronhas)
9529101*	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (artigos de viagem, bolsas, sapatos, sapateiro, tênis)
9529103*	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (conserto artigos de relojoaria, relógios)
9529105*	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (conserto de armário, artigos de madeira, artigo de tapeçaria, mobiliário, espalhador, empalhamento de cadeiras, estofador, toldos)
9529106*	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (gravação em joias, reparação de joias)
9529199*	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem (acessórios de vestuário, afiador de artigos de cutelaria, amolador de artigos de cutelaria, amolador de facas)
4783101*	Comércio varejista de joias e relógios (ourivesaria, joias, metais preciosos, vitrine)
4781400*	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (chapelaria, enxoval, lingerie, camisaria, blusa, uniforme)
4753900*	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (amplificador, ar condicionado, om, foto, cine, máquina de costura, eletrodomésticos, aparelho de rádio)
4751201*	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (monitores, peças, impressoras, <i>drives</i> , cartões de memória, assessoria em ti)



(conclusão)

Sub-classe	Descrição sintética
5510801*	Hotéis e similares (administração, hotel fazenda, <i>spa</i> , pousada)
5611201*	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (a quilo, a peso, churrascaria, <i>self-service</i> , pizzaria, pensão alimentícia)
5611202*	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (adega, choperia, bares, <i>cyber café</i>)
5611203*	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (caldo de cana, lanchonete, pastelaria, casa de suco, de doces/salgados, <i>fast-food</i>)
1622699*	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção (artigos de carpintaria, escadas, vigas de madeira)
2532201*	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó (telhas de zinco, baldes, calhas, estamparia de ferro, armação)
4754703*	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação (abajur, luminária, lustres)
8011101*	Atividades de vigilância e segurança privada (empresa de segurança, proteção de pessoas, vigilância e segurança, escolta, guarda patrimonial)
8011102*	Atividades de vigilância e segurança privada (adestramento de cães de guarda)
8020000*	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança (alarmes de incêndio, cofres, trancas, monitoramento, rastreamento de veículos, localizador)

* Código incluído na categorização.

Fonte: próprios autores (2014).

Quadro 06 – Atividades de transferência governamental e código CNAE (subclasse)

Sub-classe	Descrição sintética
9312300	Clubes sociais, esportivas e similares
9319101	Associação esportiva, produção e promoção de eventos esportivos
9499500	Atividades de associação comunitária, de bairro, Rotary, etc.
9493600	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
9430800	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
9411100	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais
9412000	Atividades de organizações associativas profissionais
9491000	Atividades de organizações religiosas
9420100	Atividades de organizações sindicais

Fonte: próprios autores (2014).

Uma proposta de identificação de cadeias

Antes de tratar especificamente do processo utilizado por esta pesquisa para identificar as cadeias produtivas existentes no campo cultural da região Rota Missões, cabe uma breve discussão conceitual sobre a temática que auxilia a compreensão dos caminhos trilhados para propor resultados.



Por muito tempo restrita junto às teorias econômicas e manuais de desenvolvimento econômico, a categoria cadeia produtiva oferecia uma ferramenta complementar aos sistemas econômicos que, de acordo com Andrade (2002), consistem na rede de agentes envolvidos na geração e distribuição de renda, como os consumidores, o Estado, o aparelho produtivo e os mercados externos.

As possibilidades da utilização de cadeia produtiva, porém, vão além da complementariedade para conceituações mais complexas. A ferramenta torna-se importante para formulação de estratégias empresariais e políticas públicas, especialmente entre as que deliberam grande peso ao ambiente externo, por conta das vantagens que poderão ser obtidas ao promover proximidade entre atividades “a jusante” e “a montante” em complementariedade produtiva.

A utilização da conceituação de cadeia produtiva é muito oportuna, entre outras possibilidades, para a realização de análises de planificações de políticas locais de desenvolvimento. Contudo, sua sistematização merece esforço, pois grande parte dos órgãos estatísticos oferece dados gerais e de forma agregada, dificultando a identificação de cadeias em qualquer setor. Normalmente há disponibilização dos dados que oportunizam a identificação de cadeias produtivas por setores que por si são relevantes, ao passo que variando a amplitude dos produtos e serviços inclusos nos setores resulta-se cadeias mais ou menos complexas. Entretanto cabe ao pesquisador, especialmente para este estudo, criar artifícios para segmentar em maior nível de detalhamento, criando categorias para o setor que determinam com maior precisão – mesmo que com detalhamento limitado – os campos de cadeia produtiva que se destacam no âmbito cultural.

Assim, a análise das matrizes para identificação de cadeias produtivas como esta pesquisa está propondo utiliza-se de técnicas de agrupamentos em duas frentes: as setoriais e territoriais. Determinados cortes suplementares são necessários à medida que em maior ou menor peso, os setores não são estanques, pois dialogam com outros. Assim, fazendo uso da categorização utilizada nessa pesquisa, somou-se todos os empenhos pagos pelas prefeituras municipais em atividades nucleares e relacionais em cada setor de atividade cultural – patrimônio; expressões culturais; artes de espetáculo; audiovisual e do livro; e criações funcionais - para identificação de qual(is) se sobressae(m) nas trocas entre administrações públicas e CNPJs de prestação de serviços e/ou aluguel/venda de bens. A cadeia produtiva é visualizada pela concentração de recursos em cada categorização. Exemplo: o campo das artes de espetáculo apresenta um gasto X em atividades nucleares e um gasto Y em atividades relacionadas. Dessa forma é possível identificar se a prefeitura, como agente principal, fomenta ela propriamente uma cadeia produtiva; e, por outro lado, se a convergência dos CNPJs aponta para a configuração de uma cadeia produtiva em outro território, de acordo com uma análise cultural ampla ou restrita a determinado setor cultural. Neste último se estabelece uma compreensão e articulação com a



análise territorial, oportuna devido a possibilidade de identificação de uma delimitação geográfica – mesmo que não estanque – das cadeias setoriais da cultura, ou seja, somando a discussão de cidade polo, pode-se perceber a existência ou não de eixos sub-regionais de especialização de oferta de bens em determinado segmento, caracterizando uma cadeia produtiva com interface setorial e territorial.

Uma proposta de identificação de cidade-polo

Na discussão teórica anterior buscou-se apresentar uma compreensão para a ideia de cidade-polo. O desafio da pesquisa foi associar esta compreensão teórica com os dados disponíveis e posterior apresentação da metodologia sendo aplicada.

Neste estudo, cidade-polo é entendida como a concentração urbana que reúne um conjunto de empreendimentos econômicos fornecedores de bens e serviços culturais (nucleares e relacionados), consequência de sua dinâmica econômica interna e de sua relação com agentes consumidores externos ao seu espaço.

De antemão, é preciso dizer que o reconhecimento de uma cidade-polo não trata de perceber a dimensão do gasto público realizado pela prefeitura (não é uma prefeitura polo em cultura). Aqui, o gasto público é percebido como o elemento que aponta a concentração de atividades econômicas na cultura, haja vista o papel de provisão e fomento da mão visível do Estado à cultura.

Assim, a partir da possibilidade dos dados parte-se para as seguintes premissas:

- Uma cidade-polo na economia da cultura terá uma concentração de recursos públicos (financeiros) demandados pela prefeitura da cidade e por outras prefeituras nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio da cadeia produtiva da cultura;
- Uma cidade-polo terá uma quantidade expressiva de outras cidades (prefeituras) demandando atividades nucleares e relacionadas.

A diferença entre as premissas procura traduzir o pensamento de que não é possível reconhecer uma cidade-polo somente pela concentração de recursos financeiros. Sabe-se que a cultura possui um alto valor agregado e que isso poderia distorcer a leitura. Exemplo: um *show* musical de um cantor famoso pode representar uma dezena de *show* de cantores menos reconhecidos (pela crítica, público, etc.). Assim, perceber os recursos financeiros no eixo central da cadeia produtiva (nuclear, relacionada e de apoio) pode demonstrar de forma mais satisfatória que a cidade possui elos mais densos e reconhecidos dentro do sistema produtivo criativo e cultural.

A segunda premissa procura perceber a lógica da distância que o agente consumidor (prefeitura que fomenta a cultura) está disposto a “viajar” para adquirir



os bens e serviços. Assim, uma cidade-polo terá uma quantidade maior de agentes consumidores de outros lugares adquirindo tais atividades.

Nesse contexto, identificar a cidade-polo mobilizada pelos recursos públicos de outras cidades é metodologicamente percebida pela compreensão de dados contínuos e dados discretos, assim apresentados:

- (1) Valor de recursos financeiros (R\$) destinados à cidade nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio,²⁶ realizado pela prefeitura da cidade.
- (2) Valor de recursos financeiros (R\$) destinados à cidade nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio, realizado pelas demais prefeituras;
- (3) Cidade que concentrou uma quantidade significativa de demanda por bens e serviços (nucleares, relacionados e de apoio) de outras cidades (prefeituras) – número de cidades.

O esquema a seguir procura representar visualmente a proposta.

Figura 3 – Esquema para identificação de cidade polo – três pontos de análise



Fonte: próprios autores (2014).

²⁶ O valor (R\$) nas atividades de apoio só terá uma coerente associação se estiver dentro de uma proporcionalidade com as atividades relacionadas e nucleares. Dito de outra forma, não é possível perceber essas três categorias separadamente, em especial a de apoio.

O objeto de estudo

A busca por aplicar os procedimentos metodológicos empreendidos na pesquisa encontrou na região das Missões do Rio Grande do Sul uma proposta de análise que conecta os elementos históricos e culturais com a perspectiva do turismo cultural e a possibilidade de reconhecimento da especialização produtiva da região em torno da produção cultural. Assim, no primeiro momento, busca-se uma breve descrição histórica do processo de formação do conjunto de povoados de índios Guarani “reunidos” por padres espanhóis da Companhia de Jesus. Após, apresenta-se o contexto contemporâneo, moderno, da configuração regional estabelecida em torno desse passado missionário. Por fim, far-se-á uma breve apresentação da “Rota Missões”, proposta de ação turística na região.²⁷

O contexto histórico

No ano de 1494 Portugal e Espanha celebram o Tratado de Tordesilhas. As atuais terras do Rio Grande do Sul couberam à Espanha. O tratado não significou a apropriação imediata das terras envolvidas e o território sul-rio-grandense permaneceu com a sua população autóctone. No Planalto Meridional e na Serra, por exemplo, habitavam as comunidades indígenas dos Jê; no litoral, vales dos rios Uruguai, Jacuí e Ijuí os índios Guarani. “Essas comunidades americanas realizaram o primeiro processo de ocupação do atual Rio Grande do Sul, desbravando e explorando seus territórios” (MAESTRI, 2006a, p. 09). O processo de ocupação do RS foi baseado por essa relação conflituosa entre espanhóis, portugueses e autóctones. É nesse contexto que se estabelecem as missões dos padres jesuítas da Companhia de Jesus: no centro os índios; por um lado os luso-brasileiros, oriundos da Capitania de São Vicente, em busca de mão de obra escrava; por outro, os jesuítas a serviço da Espanha, buscando a cristianização (COLVERO, 2011) e a contenção da expansão lusitana em direção ao Rio da Prata, pela busca de prata (MAESTRI, 2006a).

Em 1620 foi fundada o primeiro povoado nas reduções do Tape (localizada entre a margem oriental do rio Uruguai, no noroeste, no planalto e ao longo dos rios Ibicuí e Jacuí), denominada de Candelária, e na sequência a de San Nicolás (São Nicolau).²⁸ Inicia-se, assim, no atual território do Rio Grande do Sul, a redução do índio à fé, “convertido à fé católica e transformado em fiel cristão e vassalo do monarca espanhol” (QUEVEDO, 2006, p. 103). A sequência de fundações apresenta a criação de dezenas de reduções no território missionário. Estas possuíam uma infraestrutura urbana com diversas instalações e uma organização rural com campos de gado e de plantações (destaque para as plantações de erva-mate).

²⁷ Esta parte foi realizada com a visita de campo em algumas instituições educacionais e culturais, especialmente nos municípios de São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e Santo Ângelo (ações previstas em pesquisas e registradas na sequência do presente relatório).

²⁸ Maestri (2006a) indica a Missão de São Nicolau como a primeira, em 1626. Por outro lado, Quevedo (2006) informa que Candelária em 1620 teria sido a primeira.



Mas a busca por mão de obra escrava mobilizada pelo mercado de nativos põe em evidência a presença dos luso-brasileiros denominados de “bandeirantes”, personagens reconhecidos como “preadores” de índios nas missões jesuíticas espanholas a partir de 1636. A consequência dessa ação luso-brasileira foi a decisão dos padres jesuítas em realizar uma grande transmigração dos índios para a margem ocidental do rio Uruguai, atual território da Argentina. Os jesuítas encontraram na trégua uma forma de reestruturar seus projetos e por essa ordem houve uma ação organizada para abandonar as missões existentes, deixando ervais e todo o rebanho de gado na região do pampa – região da campanha²⁹ (QUEVEDO, 2006). Findava-se, assim, o primeiro ciclo missioneiro.

O segundo ciclo jesuíta-missioneiro inicia-se nas últimas décadas do século XVII e configura no Rio Grande do Sul o denominado Sete Povos das Missões. Esta reconfiguração territorial está marcada pela fundação da colônia do Santíssimo Sacramento no rio da Prata, em 1680, pelos lusitanos. O interesse luso estava na busca pelo gado e pela relação comercial na margem oriental do rio da Prata.³⁰ A medida de contenção espanhola foi encaminhar os jesuítas novamente para o outro lado do rio Uruguai e fomentar a criação de novas reduções jesuíticas-guaranis no noroeste do atual território rio-grandense: 1682, São Borja; 1687, São Nicolau, São Miguel Arcanjo; São Luiz Gonzaga; 1690, São Lourenço Mártir; 1697, São João Batista; 1707, Santo Ângelo (localização definitiva).

²⁹ A mesorregião do sudoeste rio-grandense é conhecida como a região da campanha. Formada pela campanha ocidental (Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambara, Manoel Viana, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis e Uruguaiana), campanha central (Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santa Margarida do Sul e São Gabriel) e campanha meridional (Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul).

³⁰ “Durante a Unificação Ibérica [1580-1640], os lusitanos desenvolveram rentável atividade comercial na bacia do Prata, contrabandeando trabalhadores escravizados e produtos manufaturados, sobretudo, ingleses, em Buenos Aires, por couros e a prata andina. As autoridades espanholas *fechavam os olhos* para essa atividade. Em 1640, com a guerra de independência lusitana, o mercado platino fechou-se inexoravelmente para os lusitanos. Com a crise do comércio açucareiro, a Coroa lusitana procurou novos negócios, entre eles, a ocupação do norte de suas possessões americanas. No sul da América, em janeiro de 1680, os lusitanos fundaram a colônia do Santíssimo Sacramento, na deserta margem oriental do Prata, diante de Buenos Aires, em territórios pertencentes à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas, para prosseguir o rendoso comércio interrompido quarenta anos antes” (MAESTRI, 2006b, p. 01).



a Colônia do Santíssimo Sacramento. A coroa espanhola via com preocupação a expansão e consolidação portuguesa na região do Prata, região estratégica no fluxo de mercadorias da América Espanhola. A concorrência estava se tornando prejudicial aos interesses comerciais. Assim, o Tratado de Madri selou a troca de territórios: Portugal entregaria Sacramento ao domínio espanhol e em troca a região dos Sete Povos passaria ao domínio lusitano. “Ainda, por este tratado, os jesuítas deveriam abandonar a região juntamente com todo o seu povo e seus pertences, deixando, porém, todas as instalações aos cuidados dos portugueses” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 40). Os índios e os padres, que deveriam passar o rio Uruguai e voltar para o domínio espanhol, não aceitaram as condições do Tratado e entraram em guerra contra as tropas hispano-portuguesas. A Guerra Guaranítica ocorreu entre 1753-1756. No dia 07 de fevereiro de 1756 um dos comandantes das tropas missionárias, José Tiaraju, foi morto em batalha. Sepé Tiaraju tornou-se mártir da causa missionária.

O fim da guerra determina o fim dos Sete Povos jesuítico-guaranis dentro do modelo empreendido pelos padres da Companhia de Jesus. Vale dizer que, rapidamente, o Tratado de Madri foi anulado e em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso ainda colocava os Sete Povos dentro do território espanhol. No entanto, os anos seguintes confirmaram a apropriação da terra e do gado por parte dos luso-brasileiros. Em 1801 consolida-se o Tratado de Badajós, marcado pela presença do estancieiro-militar Manuel dos Santos Pedroso e do contrabandista José Borges do Canto na conquista armada e incorporação definitiva das Missões. Dessa forma, a expulsão dos jesuítas e a dispersão dos indígenas sobreviventes nas reduções representou o fim da experiência reducional. Pode-se dizer que as Missões foram extintas no ano de 1828.³¹

A produção cultural missionária, como referente àquela época, trouxe consigo importantes elementos históricos que caracterizaram aquele “modo de vida” empreendido pelos padres jesuítas. Resumindo em poucas palavras pode-se dizer que os jesuítas empreenderam a prática da cultura como recurso social, político e, fundamentalmente, religioso na redução do índio à fé católica. Não custa recorrer a George Yúdice (2004, p. 26) ao sugerir que a prática da cultura como recurso, manifesta na contemporaneidade, não é uma prática social nova. A cultura, em vários momentos históricos, foi (é) utilizada como meio de internalizar o controle social, como melhoria ideológica e inscrição material nas formas de comportamento.

Evidentemente que as mudanças históricas nas estruturas sociais reconfiguraram as práticas culturais nesse contexto social, no entanto existem especificidades que caracterizam a dinâmica cultural desse território. Aqui há de se perceber a importância dessas peculiaridades históricas e as conexões entre o passado e o presente na produção cultural. A diversidade social reconfigurou os traços culturais da população

³¹ Nesse período ocorreram inúmeros conflitos entre argentinos, uruguaios e brasileiros. Nesse ano, o uruguaio Frutuoso Rivera invade o território missionário e ao ser selada a paz nesse mesmo ano, Rivera leva consigo carretas de objetos preciosos, obras de arte e inúmeros índios missionários.



na região missioneira.³² Dentro de uma relação étnica associada ao contexto econômico e político a região ficou marcada por uma heterogeneidade de práticas culturais associadas com cada etnia. Pinto (2011), ao estudar as identidades culturais dos imigrantes em relação à região vai apresentar três tipos de identidade cultural: a identidade missioneira-pampeana; a identidade missioneira-reducional e a identidade missioneira-europeia. Esta associação entre identidades pode ser observada com relação ao modelo de colonização do território hoje pertencente às Missões, considerando-se também os grupos étnicos que se instalaram e permaneceram em determinadas microrregiões.

Se essa dinâmica representa um afastamento das práticas e manifestações culturais dos indígenas, ela não exclui por completo os usos e apropriações realizados pelos demais grupos. Dessa maneira, os povos missioneiros constituíram um legado cultural, atualmente identificado por meio das artes, da arquitetura, da música, da literatura, da religião, etc. enfim pelas práticas e costumes dos habitantes. E ainda pelo que restou e foi preservado daquele período reducional das missões Guarani, como a arte do Barroco Missioneiro. Entretanto, vale dizer, que com o fim da Guerra Guaranítica parte desse patrimônio foi saqueada por forasteiros e queimada e destruída pelos próprios índios, e apenas as igrejas foram preservadas e logo abandonadas. Por isso, a herança dessa arte foi e é encontrada nas residências das famílias da região, como as estátuas dos santos missioneiros. Além disso, o próprio Estado tratou com descaso o patrimônio reducional-missioneiro, e só recentemente projetos foram desenvolvidos para o resgate e preservação desta parte da história (RODRIGUES, 2011).

As igrejas jesuíticas, hoje em ruínas, foram alvo de depredação do tempo e dos homens, tanto que de algumas restam apenas resquícios das edificações. A mais conservada está no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, outras como a São Lourenço foi abandonada e hoje está tomada pela vegetação; e a de São João Batista foi queimada e desativada em 1814. Já a igreja de São Luiz Gonzaga desmoronou em 1857, ficando abandonada e depois apropriada pelos novos habitantes. A de Santo Ângelo, numa tentativa de reelaboração no ano de 1856, desabou e por isso foi construída uma nova igreja. Em São Nicolau nada mais resta da igreja do período. A igreja do município de São Borja foi totalmente destruída, cedendo lugar a uma nova construção arquitetônica de estilo moderno, um projeto assinado por Oscar Niemeyer, que daquele tempo e povo preserva algumas estátuas de Santos Missioneiros em madeira, e o formato de oca que remete às ocas indígenas (BAPTISTA, 2009b).

No tocante ao povo Guarani-missioneiro “ficaram apenas as lembranças transmitidas por antigos pajés e pelos livros de história, transformadas, muitas vezes, em lendas, que cresceram à sombra das ruínas das antigas cidades, cultivada por romancistas, cancioneiros e poetas” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 45). Embora

³² A partir desse ponto é possível retomar a ideia de região das Missões empreendida pela leitura da Associação dos Municípios das Missões (AMM). Regionalização empreendida por este estudo.



os grupos Guarani não tenham sido totalmente extintos, em grande medida foram negligenciados na história, assim como o seu legado do período reducional. Hodiernamente, no entanto, passaram a receber atenção das políticas culturais e sociais do Estado.

Diante disto, na atual Região das Missões, mesmo com a parca presença étnica do povo Guarani (missioneiro), “o aspecto missioneiro, enquanto um elemento histórico e cultural da região, está presente no imaginário coletivo e social da comunidade” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 52), manifestada por meio das atividades culturais, religiosas e sociais da população local, carregadas de interpretações que atribuem a esses elementos históricos e culturais conotações atentas a determinados interesses sociais. Dito de outra forma, recursivamente utilizada no contexto político e econômico.

Assim, a diversidade social reconfigurou os traços culturais dos povos da região missioneira e desenvolveu um processo histórico de afastamentos e aproximações em torno da cultura jesuítica-Guarani. A produção cultural da região ficou associada com a relação estabelecida pelos “novos” atores sociais, contextualizados pela dinâmica econômica, política e até mesmo cultural de cada grupo. O legado cultural foi reapropriado nas práticas recursivas de agentes e instituições culturais dentro e fora da região. É essa perspectiva que será tratada a seguir no turismo cultural.

O turismo cultural e a “Rota Missões”

A relação entre produção cultural e a rota turística das Missões deve ser vista, inicialmente, sob o ponto de vista histórico. Dentro do processo de afastamentos e apropriações é de se destacar a atuação do Governo Getúlio Vargas. Getúlio fundamenta uma política cultural com a atuação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, traduzida no desenvolvimento simbólico como um elemento estratégico.³³ Nesses moldes o patrimônio é visto como um elemento formador da identidade nacional. A SPHAN surgiu com o propósito de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio nacional (CALABRE, 2009). Havia em sua criação os desafios de chamar a atenção e fomentar a participação da população no campo da preservação cultural. Dessa forma, as ruínas de São Miguel das Missões foram reposicionadas e valorizadas em termos políticos, o que acabou incidindo em termos sociais pela população local e regional.

Entretanto, há um segundo grande momento da atuação do governo federal, ainda sob a tutela do patrimônio histórico e artístico, na região das Missões. Trata-se da década de 70 e da situação política e econômica vivida no Brasil. Da euforia

³³ O primeiro momento do governo Vargas corresponde aos períodos de 1930 a 1934 (Chefe do Governo Provisório), de 1934 a 1937 (Constitucional) e de 1937 a 1945 (Estado Novo). O segundo, corresponde à sua reeleição (1951 a 1954).



pelo “milagre econômico” até a derrota nas eleições de 1974 o governo militar, especialmente nos períodos de Ernesto Geisel (1974–1979) e João Figueiredo (1979–1985), sofreu uma crise de legitimidade que exigiu a contrapartida da criação de políticas públicas abrangentes e eficazes. Nesse contexto se insere a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, “embrião da nova política de preservação cultural do Estado” (FALCÃO, 1984, p. 31). O Centro foi criado em 1975 por Aloísio Magalhães e trazia na sua concepção o propósito de rever as relações entre Estado e cultura, especialmente com as mudanças no conceito de patrimônio cultural, a abertura da cultura para as representações populares e a descentralização das políticas culturais.

Dentro do contexto desenvolvimentista da época, Aloísio Magalhães entendia que o Brasil estava numa posição importante entre o mundo da tecnologia e da indústria e o mundo do fazer artesanal. No projeto do CNRC buscava-se cruzar o mundo das modernas tecnologias para recuperar e proteger o mundo das raízes autênticas da nacionalidade (FONSECA, 2001).

No tocante ao patrimônio material, o trabalho desenvolvido pela SPHAN derivou de uma postura patrimonial voltada para a restauração de monumentos de “pedra e cal” e de obras de arte do passado (MICELI, 1984). Vale dizer, uma área da produção cultural na qual o mercado – muito interessado nos meios de comunicação de massa no contexto urbano-industrial³⁴ – não atuava e que fazia do Estado a mão visível de fomento e manutenção. Aliás, é nesse contexto que se estabelecem as bases para o Plano Nacional de Cultura – PNC – de 1975. O PNC procurou enfocar a preservação dos bens de valor cultural, numa alusão ao que era autêntico em detrimento ao que era produto da indústria cultural.

Mas a questão do patrimônio material também respondia por outra preocupação política: o desenvolvimento urbano. Entre a urbanização acelerada e o abandono de algumas cidades estava o patrimônio cultural. Portanto, era preciso uma revalidação dos patrimônios históricos regionais em busca de um sincretismo nacional. Uma das soluções foi associar essa atividade com o investimento em turismo cultural, mas, sem experiência na área, a saída do governo foi pedir apoio à UNESCO (CALABRE, 2009). Dessa forma, o governo planejou o desenvolvimento com a articulação entre o patrimônio, a população local e regional e as atividades econômicas possíveis de serem criadas e ampliadas a partir do turismo cultural.³⁵

Dessa forma, pode-se dizer que desse período em diante a questão turística passou a ser instituída nos discursos e em algumas práticas de agentes, organizações e instituições regionais. Uma dessas ações efetivas foi a formação

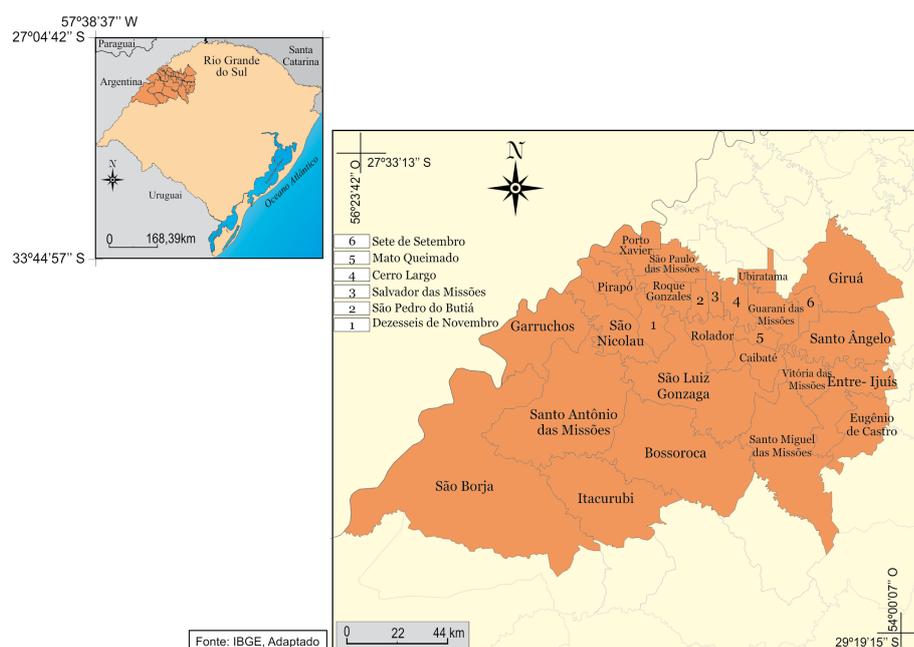
³⁴ O Brasil se enquadrava, dessa forma, nas práticas políticas conhecidas como modernização conservadora. Destaque para o forte empreendedorismo no campo da indústria fonográfica, televisiva e editorial (CALABRE, 2009).

³⁵ Todo o trabalho desenvolvido enquanto política cultural nas ruínas de São Miguel vai ser consolidado em 1983. No dia 06 de dezembro daquele ano, em Florença, Itália, a plenária anual do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO reconhece as ruínas de São Miguel das Missões como Patrimônio Mundial da Humanidade.



da “Rota Missões”, uma proposta turística empreendida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – desde 2001 em parceria com as prefeituras municipais. A rota turística está configurada numa entidade sem fins lucrativos, composta por 27 municípios. Institucionalmente o objetivo principal está em “estimular e promover o desenvolvimento econômico, social e cultural das localidades envolvidas, elaborando e executando projetos de interesse de todos, setor público, privado e comunidades” (ROTA MISSÕES, 2014).

Figura 5 – Mapa municípios “Rota Missões”



A entidade é formada pelos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiratama, Vitória das Missões.

Por apresentar uma constituição formada pelas prefeituras vislumbra-se uma ideia de articular uma ação no turismo com ênfase no cultural. Nesse mesmo sentido, o grau de estruturação de uma prática social, como a que se reflete com a constituição da entidade, pressupõe uma capacidade organizativa que pode culminar com um maior dispêndio de recursos alocados nessa atividade. Em se tratando de prefeituras isso tende a ficar mais claro com o direcionamento dos recursos públicos no setor.

Portanto, a proposta do estudo foi perceber a articulação entre o fomento à produção cultural e as práticas estabelecidas a partir do turismo cultural. Situação que configura a ideia de uma região e tende a mobilizar recursos públicos para contribuir com a organização e o fomento dessa atividade.

Resultado da análise

A apresentação da análise deve recordar que com os dados primários disponíveis e com a proposta metodológica empregada foram sistematizados variáveis de ordens diferentes, mas que reúnem um conjunto de indicadores dos gastos municipais em cultura. Podem ser mencionados os seguintes: gasto em cultura (por município em relação ao gasto total); tipo de credor (pessoa física ou jurídica); gastos e cadeia produtiva; gastos, atividades econômicas e categorias culturais; gastos endógenos e exógenos (realizados pelas prefeituras); dentre outros. Tais variáveis também possibilitaram o cruzamento de informações, como os gastos municipais que ficaram na Região das Missões, por meio da configuração de novos indicadores.

A possibilidade de descrição e aplicação de outros cruzamentos estatísticos amplia significativamente a apresentação desses indicadores culturais municipais. No entanto, coube nessa etapa a sistematização dos dados à região das Missões. Apresenta-se, assim, três momentos distintos: a leitura do perfil dos gastos municipais; o deslocamento territorial dos gastos; a cadeia produtiva da cultura na região; e configuração de uma cidade-polo. Todos descritos a seguir.

7.1. A leitura do perfil dos gastos municipais

As despesas efetuadas pelos municípios em cada ano contábil podem ser percebidas no demonstrativo da despesa das prefeituras a partir da função 13 “cultura”. Optou-se por fazer uma apresentação dos empenhos efetivamente pagos dentro do ano contábil em que a despesa foi empenhada (por vezes o que é empenhado não é necessariamente pago). Desta forma, a seguir apresenta-se um quadro com as despesas totais e as despesas em cultura realizada pelos municípios da Região das Missões (articulados ao projeto turístico “Rota Missões”) para os anos de 2011, 2012 e 2013.



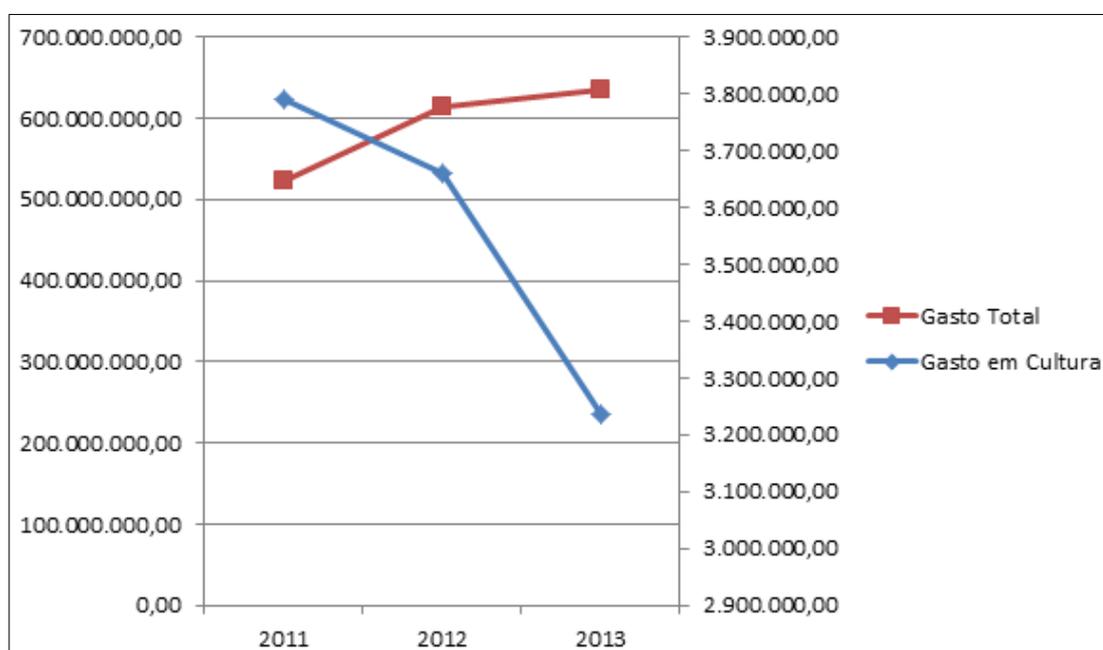
Quadro 7 – Gastos totais e gastos em cultura municípios Missões (2011 até 2013)

CIDADE	2011			2012			2013		
	cultura	total	% em Cultura	cultura	total	% em Cultura	cultura	total	% em Cultura
Bossoroca	71.799,37	15.373.311,08	0,47	91.158,82	16.412.567,25	0,56	69.073,92	17.289.577,82	0,40
Caibaté	62.364,84	9.738.105,07	0,64	74.692,61	11.457.443,13	0,65	46.188,96	12.167.726,71	0,38
Cerro Largo	88.876,10	21.370.882,49	0,42	106.373,23	23.252.059,43	0,46	108.999,90	25.164.332,57	0,43
Dezesseis de Novembro	0	7.099.980,20	0,00	403	8.143.416,99	0,00	0	8.616.053,31	0,00
Entre-Ijuís	28.877,17	13.570.561,24	0,21	27.699,95	17.907.144,25	0,15	27.215,58	17.845.218,10	0,15
Eugênio de Castro	2.376,60	9.295.791,95	0,03	450	10.230.526,39	0,00	0	10.739.941,02	0,00
Garruchos	95.231,42	11.891.739,51	0,80	110.977,08	15.584.916,12	0,71	104.917,04	13.191.598,69	0,80
Giruá	334.846,82	34.500.767,47	0,97	262.542,11	37.178.098,18	0,71	272.419,80	38.865.170,97	0,70
Guarani das Missões	73.232,03	13.373.279,13	0,55	64.236,43	15.465.109,64	0,42	66.039,34	17.188.402,82	0,38
Itacurubi	28.324,42	10.844.515,35	0,26	23.057,49	10.334.559,99	0,22	28.538,95	11.155.198,87	0,26
Mato Queimado	194.644,21	7.260.141,62	2,68	216.641,41	8.293.404,58	2,61	141.354,14	8.403.942,60	1,68
Pirapó	29.672,84	8.178.836,68	0,36	15.000	8.682.101,72	0,17	30.250	9.497.369,44	0,32
Roque Gonzales	151.152,71	12.707.097,31	1,19	122.584,08	16.171.186,09	0,76	108.402,62	14.846.064,81	0,73
Salvador das Missões	51.987,03	10.156.922,71	0,51	51.212,61	10.064.125,64	0,51	11.348,20	10.445.345,06	0,11
Santo Ângelo	1.006.254,55	96.717.780,90	1,04	1.029.395,26	110.731.500,82	0,93	755.694,39	116.313.292,33	0,65
Santo Antônio das Missões	22.149,37	19.392.549,17	0,11	6.314,31	22.076.957,18	0,03	14.970,02	23.598.581,51	0,06
São Borja	542.511,95	85.937.454,90	0,63	661.185,17	115.609.724,41	0,57	558.664,06	113.616.998,50	0,49
São Nicolau	60.904,27	11.493.129,91	0,53	10.913,88	12.401.208,03	0,09	4.180	12.537.885,35	0,03
São Paulo das Missões	35.698,77	11.792.151,72	0,30	24.145,53	14.178.942,37	0,17	20.605,20	13.730.840,57	0,15
São Pedro do Butiá	164.816,78	8.403.405,84	1,96	159.941,80	10.110.295,95	1,58	205.004,54	10.741.124,15	1,91
São Luiz Gonzaga	405.676,26	45.948.562,83	0,88	396.516,12	50.903.356,46	0,78	428.791,74	52.714.134,46	0,81
São Miguel das Missões	70.430,49	14.945.870,84	0,47	70.787,23	18.176.121,94	0,39	99.756,54	19.728.593,27	0,51
Sete de Setembro	155.037,16	6.862.047,02	2,26	66.729,34	7.619.576,59	0,88	50.783,61	9.317.609,23	0,55
Ubiretama	37.229,00	6.035.966,21	0,62	41.942,98	7.665.651,07	0,55	52.886,12	8.439.964,03	0,63
Vitória das Missões	0	7.643.623,32	0,00	26.881,95	8.563.969,78	0,31	31.336,70	9.442.636,97	0,33
Porto Xavier	77.536,35	16.663.540,80	0,47	0	19.075.779,88	0,00	0	20.466.624,60	0,00
Rolador	0	6.930.421,33	0,00	0	8.413.107,95	0,00	0	9.368.003,04	0,00
Total	3.791.630,51	524.128.436,60	0,72	3.661.782,39	614.702.851,83	0,60	3.237.421,37	635.432.230,80	0,51



Nota-se que no cômputo geral há uma significativa queda nas despesas em cultura realizadas no percurso dos três anos. Em percentuais percebe-se que em 2011 as despesas em cultura correspondiam a 0,72%, mas em 2013 esse valor foi reduzido para 0,51%. O que é mais significativo é que 2012 e 2013 representam a troca de gestão municipal. Mesmo assim, supõem-se que a conjuntura econômica e política não foram oportunas para uma ampliação do fomento à cultura na região (em 2012 tem-se 0,6% em cultura contra 0,51% em 2013). Pode-se dizer, assim, que se os gastos municipais aumentaram entre 2011 e 2013 (mesmo com a correção da inflação), à cultura o dispêndio de recursos foi inversamente proporcional.

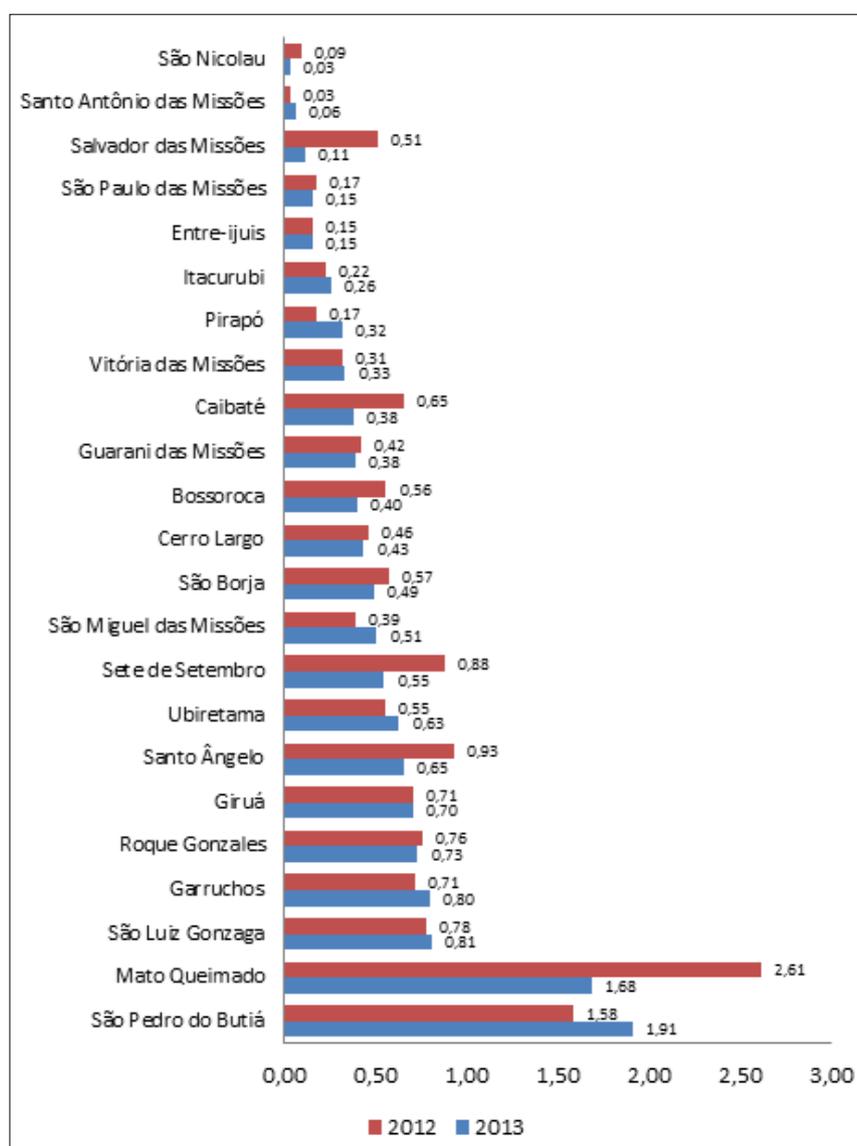
Figura 6 – Gráfico gasto total e gasto cultura “Rota Missões” (2011 a 2013)



Fonte: os autores (2015), baseado em TCE (2014).

No entanto acredita-se que o desdobramento dos dados de 2012 e 2013 possam ser esclarecedores em alguns pontos. O primeiro ponto é salientar que a região (resultado de uma média) pode ser falseadora para o perfil dos municípios em relação à cultura. O segundo, que a comparação entre as diferentes administrações também pode ser melhor percebida a partir desses anos.³⁶ Com essa intenção, o gráfico a seguir procura elucidar os gastos por município nos respectivos anos, considerando o percentual de gasto em cultura.

³⁶ A bem da verdade, o Plano Plurianual (e a própria Lei de Diretrizes Orçamentária) estabelecido em cada município contempla o primeiro ano da gestão seguinte. Mesmo assim, sabe-se que isso não é, via de regra, um impeditivo para ampliar ou reduzir os gastos nas funções orçamentárias da prefeitura.

Figura 7 – Gráfico gastos cultura municípios “Rota Missões” (%) (2012 e 2013)

Fonte: os autores (2014), baseado em TCE (2014).

O gráfico revela que dos 25 municípios da região,³⁷ 15 diminuíram os gastos em cultura entre os anos mencionados (Dezesseis de Novembro e Eugênio de Castro em 2013 não contabilizaram empenhos em cultura). Nove municípios aumentaram o percentual de gastos em cultura e 01 município manteve o mesmo percentual (Entre-Ijuís). Nessas informações ainda é possível destacar o aumento no percentual em cultura para os municípios de Mato Queimado e São Pedro do Butiá (municípios que desde 2011 detinham significativos percentuais em gasto na área). No entanto, em números absolutos (R\$) não representam um dispêndio significativo de recursos financeiros. Vale dizer, por exemplo, que a soma dos municípios não se aproxima ao que foi gasto pelo município de São Borja em 2013.

³⁷ Os municípios de Rolador e Porto Xavier não contabilizaram despesas em cultura em 2012 e 2013.

Em que pese esta variação negativa por município percebe-se que a troca de administração pública impactou nas políticas culturais das prefeituras. Essa reflexão aliada com a queda dos valores absolutos (e propriamente os valores que são aplicados em cultura) levam a constatação de que a região possui uma discrepância entre a oferta e presença da dimensão simbólica da cultura e o real investimento financeiro-material em termos de políticas públicas no setor.

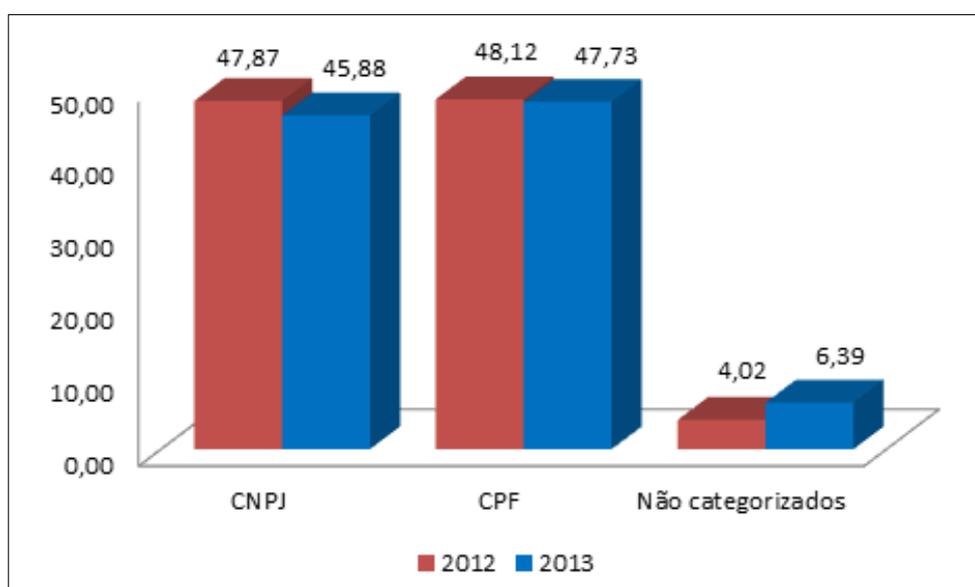
O recurso da cultura e o tipo de “pessoa”

O estudo dos recursos à cultura na região das Missões, assim, foi marcado pelo reconhecimento de que os gastos em cultura não ultrapassaram mais do que três milhões de reais como soma total da região (em 2012 foram gastos R\$3.661.782,39 e em 2013 R\$3.237.421,37). Com esses valores é que o estudo prosseguiu com a análise do dispêndio público em cultura.

O segundo ponto foi perceber se os recursos foram destinados para pessoas físicas ou jurídicas. Em outros termos, o gasto foi para a contratação de serviço ou a aquisição de bens que estão disponíveis pelas empresas (CNPJ) ou por pessoas físicas (CPF). Acredita-se que nesse ponto já é possível perceber o perfil do gasto público e como isso se traduz nas políticas culturais aplicadas pelas prefeituras da região.

Ao utilizar os dados de 2012 e 2013 notou-se que não houve diferenças significativas nas amostras. O gráfico abaixo apresenta o gasto em CNPJ e CPF.³⁸

Figura 8 - Gráfico gastos em CNPJ e CPF municípios Missões (%) (2012 e 2013)



Fonte: os autores (2014), baseado em TCE (2014).

³⁸ Consta no gráfico a presença do item “Não categorizados”. Este item surgiu a partir da constatação do não enquadramento de alguns elementos como previdência social, fundos municipais e outros encargos.

Há uma pequena diferença para a destinação de recursos aos CPFs nos dois anos em tela. Aqui se destaca a destinação dos recursos à folha de pagamento dos servidores enquadrados na cultura,³⁹ assim como para pagamentos de diárias de deslocamento para estes mesmo servidores. Por outro lado, uma fatia de recursos atribuída ao cadastro de pessoa física está ligada ao tipo de atividade cultural desenvolvida pelas prefeituras. A partir da análise qualitativa, através da leitura dos empenhos e das entrevistas com os gestores municipais, notou-se que o significativo percentual às pessoas físicas também está relacionado com as festividades, festas, festivais promovidos pelas prefeituras. Explica-se: não é possível mensurar o quanto isso está atrelado, mas a realização de eventos como festivais de música em Santo Ângelo (Canto Missioneiro da música nativa) contemplam a premiação aos artistas, o que justifica alguns empenhos no CPF. No entanto, frisa-se que o significativo percentual em pessoas físicas apontam um alto custo na manutenção do pessoal à serviço da cultura nos municípios, dado importante que cabe outros estudos a partir dos dados disponíveis.

O recurso da cultura e as categorias culturais

A sequência do estudo propôs a apresentação dos gastos no contexto do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Dessa forma, do montante de recursos em 2013 (R\$3.237.421,37), o valor gasto com CNPJ esteve em torno de um milhão e 400 mil reais.⁴⁰ Para a conjuntura de 27 municípios já se percebe que a cultura, por meio das políticas públicas, não mobiliza significativos recursos na economia por meio das pessoas jurídicas.

A temática da cadeia produtiva mobilizada pelo gasto público dos municípios da região das Missões, como esse gasto, se desloca no espaço e, como é possível perceber, uma cidade-polo das atividades na cultura será visto a seguir. No entanto, uma reflexão a partir dos dados disponíveis sugere a configuração de um indicador cultural. Explica-se: a partir do CNPJ identificou-se o código CNAE. Este código foi lido a partir da cadeia produtiva da cultura e, especificamente, nesse estudo foi associada com as categorias culturais. Assim, o dispêndio de recursos em cultura vai expressar as preferências alocativas da administração pública, estabelecendo ligações diretas entre a demanda pública e a oferta privada de bens e serviços. Conseqüentemente,

³⁹ Vale dizer que a maioria dos municípios conta com a cultura ligada à outra pasta administrativa. Assim, não há como, por exemplo, definir pelos recursos os servidores públicos da educação que atuam na cultura, já que ambos podem estar lotados somente na educação. Ainda, vale dizer, também, que há municípios que prevalecem com o gasto centrado somente no pagamento da folha dos servidores públicos.

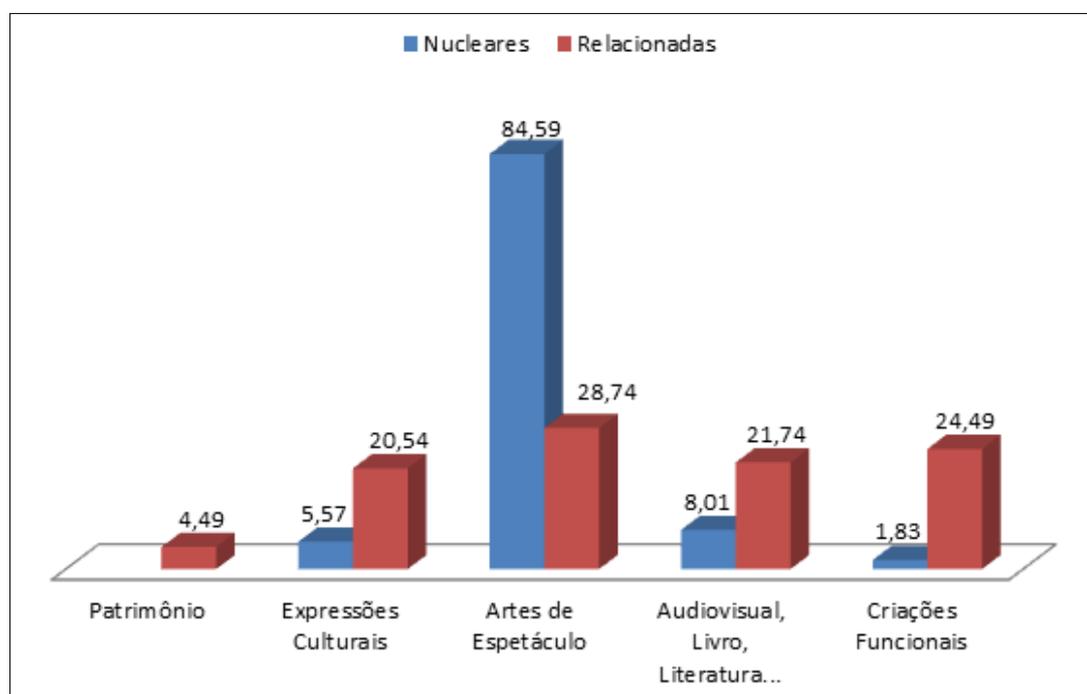
⁴⁰ A partir desse ponto optou-se pela utilização dos dados de 2013 para a definição do perfil dos gastos. Tal medida se justifica pela posição similar encontrada para o ano de 2012. Mesmo considerando a troca de administrações, as variações desses índices foram as mesmas para os pontos que se pretende apresentar. De qualquer forma, o anexo do relatório apresenta todas as informações, assim como gráficos que elucidam a escolha.



esse gasto acaba por mostrar qual o tipo de manifestação cultural recebe os maiores investimentos públicos.

Dessa forma, trabalhando somente com os CNPJs enquadrados na categorização da cadeia produtiva (nucleares e relacionadas) e das categorias culturais tem-se o perfil do gasto público por atividade cultural para a Região das Missões. Importa dizer que do montante gasto em 2013 (R\$3.237.421,37) o enquadramento dessas atividades nucleares/relacionadas com as categorias culturais representou 18,6%.

Figura 9 – Gráfico gastos em cultura nucleares/relacionadas por categoria cultural (%) (2013)



Fonte: os autores (2014), baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014).

Acredita-se que o gráfico é um significativo indicador das políticas públicas em cultura. A expressividade do campo das artes de Espetáculo (dança, música) é um indicador do tipo de manifestação cultural apoiada pelos municípios da região. Tal constatação foi percebida qualitativamente com as visitas e entrevistas realizadas nos municípios durante a pesquisa. A realização de *shows* musicais, eventos festivos em datas comemorativas e a realização de festivais de arte e cultura acabam por retratar que as políticas públicas dos municípios da Região das Missões estão centradas nas artes de espetáculo.

De outro modo, os dados também indicam que nos outros campos culturais as prefeituras desenvolvem ações que podem ser vistas como de apoio a estas atividades. Por exemplo, no campo do patrimônio não há gastos em atividades nucleares, mas há em atividades relacionadas a esta categoria. Isso não quer dizer

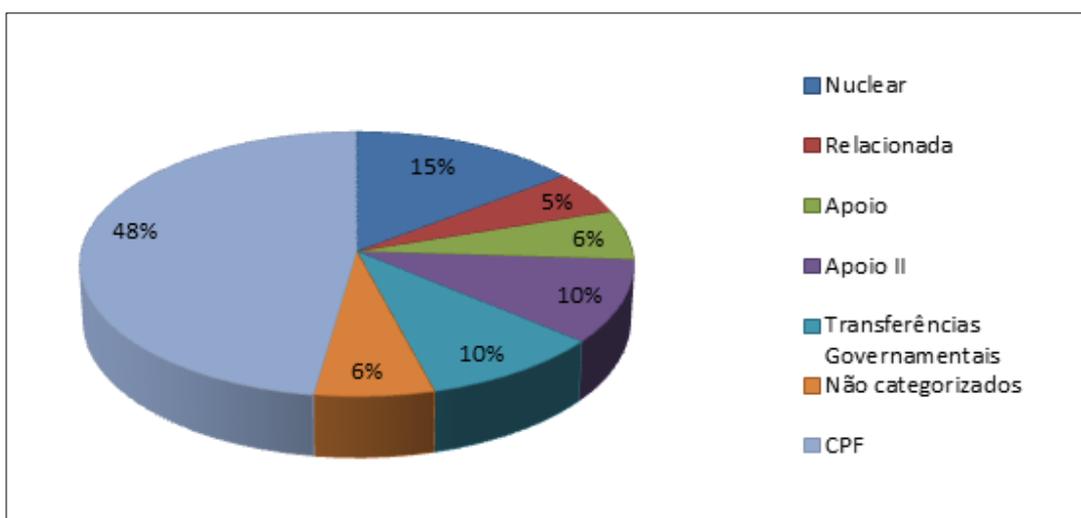
que não existam atividades nesse campo. As atividades existem mas o que mobiliza são recursos em bens e serviços que estão relacionados a ele. Assim como o campo das expressões culturais, a prefeitura não compra uma tela de um artista plástico, mas pode dar apoio na sua produção.

Portanto, a metodologia empregada procurou caracterizar o perfil da região para os gastos em cultura, tendo como fim último demonstrar como são aplicados os recursos e qual a atividade cultural mais mobilizada enquanto política pública. A região das Missões, nesse sentido, tende a mobilizar atividades culturais no campo das artes de espetáculo. Isso está posto desde os indícios apresentados com o CPF e mais salientes com a categorização a partir dos campos culturais.

Gastos municipais e cadeia produtiva

Outro ponto de reflexão do estudo foi perceber se os gastos públicos em cultura seriam capazes de mobilizar uma cadeia produtiva da cultura. Para isso, a proposta fundamental foi perceber a setorização dos gastos com CNPJ. Assim, seguindo os parâmetros metodológicos o dispêndio de recursos com pessoas jurídicas foi categorizado em nuclear; relacionada; apoio; apoio II; e transferências governamentais (que podem, ao receber e executarem os recursos, mobilizarem da mesma forma a cadeia produtiva da cultura). O gráfico a seguir expõe a categorização do CNPJ em conjunto com o percentual do CPF.

Figura 10 – Gráfico gastos CPF e CNPJ com setores cadeia produtiva, “Rota Missões” (%) (2013)



Fonte: os autores (2014), baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014).

O gráfico reafirma a preponderância em gastos com CPF realizado pelas prefeituras dos municípios da região. As empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens ligados diretamente à cultura respondem por um percentual de 26% (soma de nuclear, relacionada e apoio). Aquelas que são consideradas de apoio II, mais voltadas para bens e serviços direcionadas à manutenção das atividades administrativas ou de bens e serviços amplos à cultura, respondem por 10%. Já a transferência de recursos para outras instituições (associações, organizações diversas) respondem por um percentual de 10%, significativo em termos de fomento à cultura. Trata-se de ver que esse percentual destaca que as prefeituras frequentemente delegam à determinadas instituições a função de promover, organizar e fomentar as manifestações culturais.

A análise por setores permite apontar que os gastos públicos em cultura na região das Missões não têm capacidade densa de mobilização de empresas no segmento cultural. A soma dos percentuais na cadeia da cultura com as transferências governamentais resulta em 36 pontos percentuais. Evidentemente que não se descarta a importância dos recursos aplicados nos CPFs, porém em termos de mobilização de uma cadeia produtiva, com a possibilidade de configuração de indústrias, empresas de comercialização de bens e serviços esses valores não são expressivos. Porém, dentre os CNPJs comprova-se que o gasto em cultura mobiliza um montante maior em atividades nucleares e que isso corrobora com a afirmação de que se efetiva uma lógica de cadeia e que a cultura tende a gerar um maior valor agregado (os percentuais em cultura tendem a mostrar que os recursos são maiores em atividades núcleos à cultura).

De qualquer forma é possível inferir que, tomando como suporte os dados também de 2012 (CPF, 48,12%, nuclear 12,71%, relacionada 8,91%, apoio 4,31%, apoio II 12,75%, transferências governamentais 9,18% e não categorizados 4,02%), os gastos públicos em cultura nas prefeituras analisadas respondem por 2/4 em gastos com CPF, 1/4 na cadeia produtiva da cultura e 1/4 em apoio II e transferências governamentais.

O deslocamento territorial dos gastos

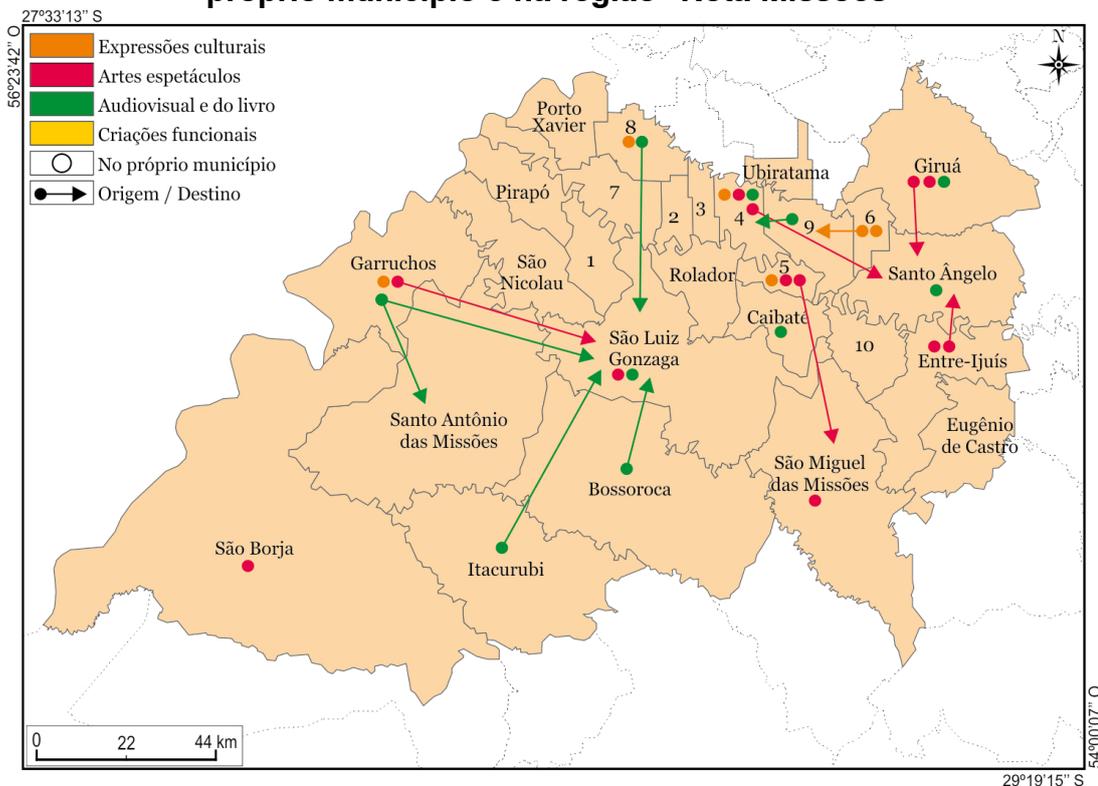
O provimento dos gastos culturais recai na mobilização de agentes e coletividades territoriais que estão contidas dentro e fora do município de origem da prefeitura que efetivou o gasto. Nessa perspectiva, a proposta desse tópico é dimensionar espacialmente as externalidades criadas pelo dispêndio financeiro da administração pública municipal.

Para tabulação e mapeamento dos dados referentes ao destino dos pagamentos realizados pelas prefeituras municipais foi utilizada a configuração espacial do gasto:



(i) gastos realizados no próprio município ou em municípios da região “Rota Missões”; e (ii) gastos em municípios fora da região “Rota Missões”. E sobre a atividade do bem ou serviço contratado: (i) nuclear (dentro de cada categoria cultural: expressões culturais; artes de espetáculo; audiovisual e do livro; etc.); (ii) relacionadas (também dentro de cada categoria cultural); e (iii) apoio.⁴¹ Assim, os mapeamentos realizados na sequência procuram elucidar, com mais ênfase, o deslocamento dos gastos realizados na região das Missões. Inicia-se com as atividades nucleares:

Figura 11 – Mapa do deslocamento territorial das atividades nucleares no próprio município e na região “Rota Missões”



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014). 1. Dezesseis de Novembro; 2. São Pedro do Butiá; 3. Salvador das Missões; 4. Cerro Largo; 5. Mato Queimado; 6. Sete de Setembro; 7. São Paulo das Missões; 8. Roque Gonzales; 9. Guarani das Missões; 10. Vitória das Missões.

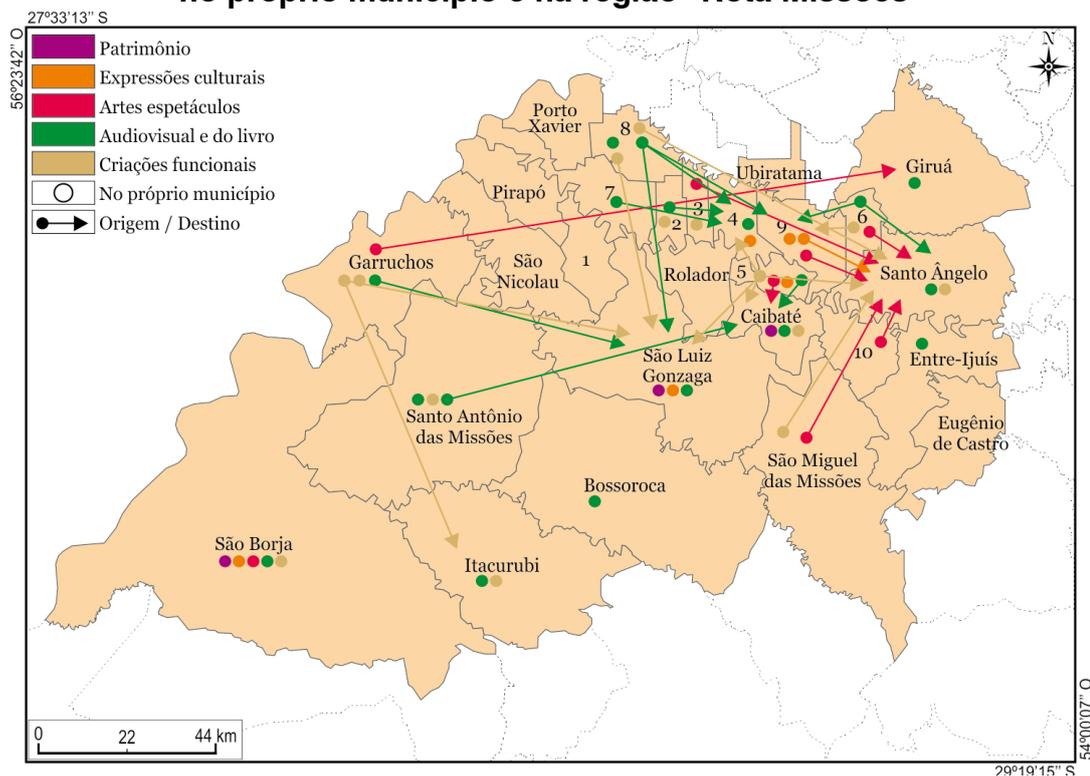
Os pontos caracterizam haver um gasto público junto a um CNPJ do município (não está representado o número de empenhos e os valores). As setas referem-se aos gastos efetivados pelas prefeituras junto a CNPJ de município da região Rota Missões. Pelo esquema é possível perceber que os gastos em atividades nucleares tiveram um tímido deslocamento regional. Em termos de categorias culturais o campo do “audiovisual e do livro” apontou algum deslocamento para o município de São Luiz Gonzaga. Assim como Santo Ângelo demonstrou alguma atuação no

⁴¹ Ainda com relação ao CNPJ houve a categorização em (iv) transferências governamentais e (v) apoio II.

campo das “artes de espetáculo”. Em síntese, as atividades nucleares foram de parco deslocamento na região, podendo estar concentradas no próprio município ou além da região.

A figura a seguir destaca o deslocamento territorial das atividades relacionadas. Nota-se, em paralelo às nucleares, uma maior mobilidade dos empenhos, entretanto não de forma homogênea entre as categorizações. Por exemplo, as atividades de “patrimônio” ficaram restritas a três municípios: São Borja, São Luiz Gonzaga e Caibaté. Ao mesmo passo, as atividades de “expressões culturais” também não obtiveram grande mobilidade dentro da região Rota das Missões. Em contrapartida, as atividades relacionadas de artes de espetáculo apresentaram interessante deslocamento, especialmente com gastos realizados junto a CNPJ de Santo Ângelo, com sete municípios da região buscando bens e/ou serviços no município.

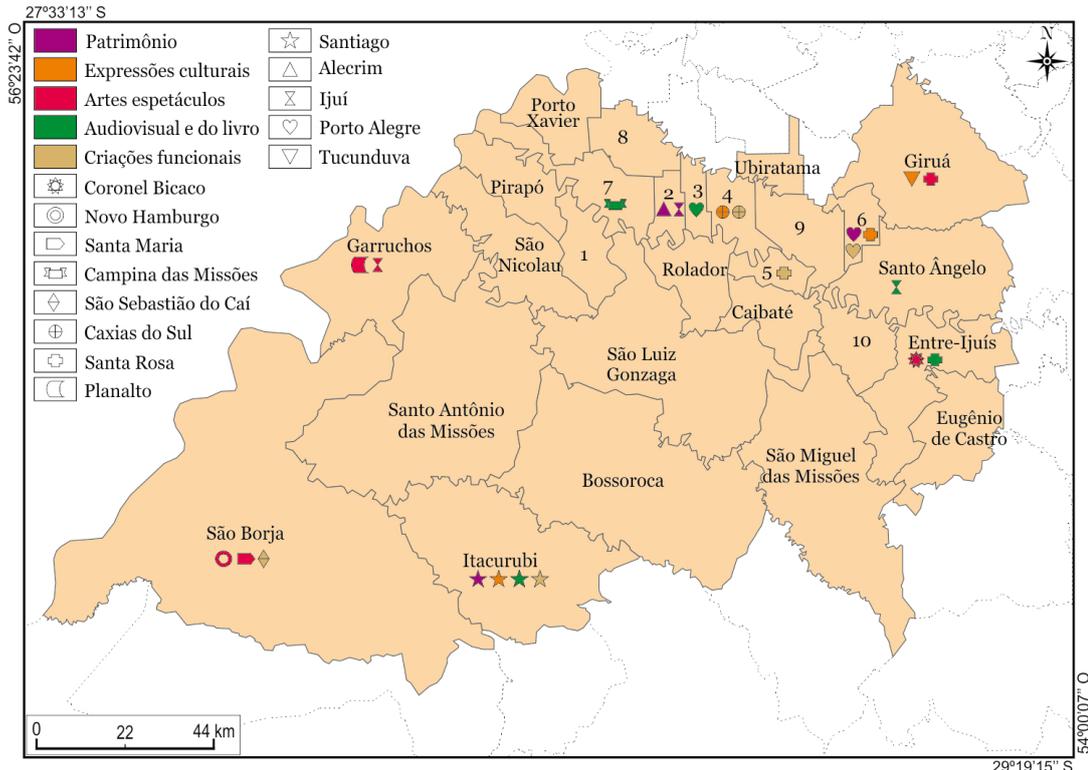
Figura 12 – Mapa do deslocamento territorial das atividades relacionadas no próprio município e na região “Rota Missões”



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014). 1. Dezesseis de Novembro; 2. São Pedro do Butiá; 3. Salvador das Missões; 4. Cerro Largo; 5. Mato Queimado; 6. Sete de Setembro; 7. São Paulo das Missões; 8. Roque Gonzales; 9. Guarani das Missões; 10. Vitória das Missões.

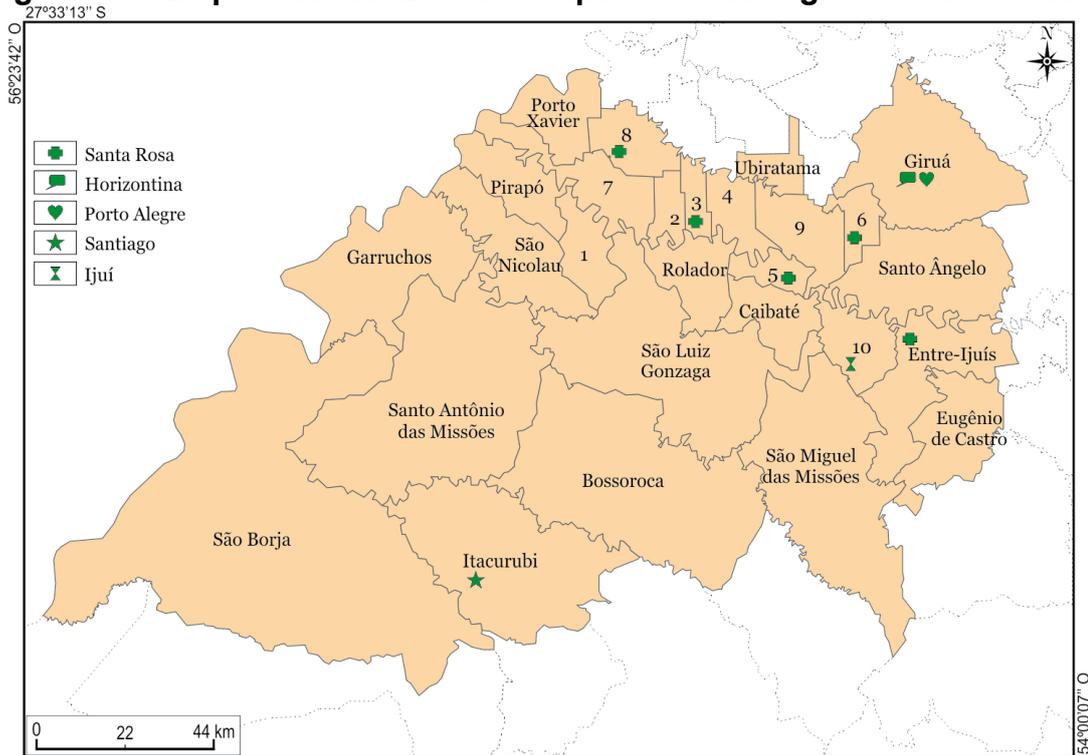
De modo geral, as atividades relacionadas mostram o município de Santo Ângelo como o principal destino de gastos realizados pelas prefeituras na região, sendo buscado por nove administrações públicas. Outro destaque similar ao ocorrido nas

Figura 15 – Empenhos realizados em atividades relacionadas fora da região “Rota Missões”



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014). 1. Dezesseis de Novembro; 2. São Pedro do Butiá; 3. Salvador das Missões; 4. Cerro Largo; 5. Mato Queimado; 6. Sete de Setembro; 7. São Paulo das Missões; 8. Roque Gonzales; 9. Guarani das Missões; 10. Vitória das Missões.

Por fim, entre os gastos realizados pelos municípios em atividades de apoio fora da região, novamente destaca-se Santa Rosa como principal destino. Ao todo cinco prefeituras buscaram o município. No entanto, seguiu-se a tendência de dinâmica territorial dos gastos em atividades relacionadas com os de apoio: permaneceram na região e/ou nos próprios municípios.

Figura 16 – Empenhos realizados em apoio fora da região “Rota Missões”

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em TCE (2014) e Receita Federal (2014). 1. Dezesseis de Novembro; 2. São Pedro do Butiá; 3. Salvador das Missões; 4. Cerro Largo; 5. Mato Queimado; 6. Sete de Setembro; 7. São Paulo das Missões; 8. Roque Gonzales; 9. Guarani das Missões; 10. Vitória das Missões.

A leitura dos mapas e a correlação entre os gastos e os municípios dão as diretrizes para o reconhecimento das cidades-polo de bens e serviços culturais. O tópico a seguir procura apresentar esses elementos em correlação com os dados disponíveis na pesquisa.

A configuração de uma cidade-polo

A proposta metodológica da pesquisa procurou estabelecer uma relação entre os gastos públicos das prefeituras com a mobilização de um mercado de bens e serviços no setor cultural. Houve, então, uma articulação entre tais gastos e a cadeia produtiva da cultura (atividades nucleares, relacionadas e de apoio). Posto o deslocamento territorial do dispêndio efetivado pelas prefeituras, tornou-se possível a identificação dos municípios e a valoração dos recursos financeiros mobilizados em cada um a partir da cadeia produtiva.

Nessa conjuntura, a configuração de uma cidade-polo em bens e serviços culturais foi pensada considerando três indicadores: (1) o valor de recursos financeiros (R\$) destinados à cidade nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio, realizado

pela prefeitura dessa mesma cidade; (2) o valor de recursos financeiros (R\$) destinados à cidade nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio, realizado pelas demais prefeituras; e (3) a cidade que concentrou uma quantidade significativa de demanda por bens e serviços (nucleares, relacionados e de apoio) de outras cidades (prefeituras) – número de cidades.

Esses três indicadores, mesmo não estabelecendo um peso para cada um ao se fazer a análise, foram reunidos para uma reflexão e apontamento de qual município seria indicado como uma cidade-polo de bens e serviços culturais. Vale dizer que esta proposta foi um exercício aproximativo a partir dos dados disponíveis com a pesquisa.

Por outro lado, é preciso apontar que a análise empírica se deparou com um pífio montante de recursos financeiros destinados à cultura pelos municípios da região. Basta recordar que em 2013 o valor ficou em R\$3.237.421,37 e que deste, somente 26% estavam na cadeia produtiva da cultura (nuclear, relacionada e de apoio). Montante que correspondeu a menos de um milhão de reais em 2013. Ao recordar que a pesquisa buscava responder qual o papel das prefeituras na alavancagem de um arranjo produtivo da cultura regional, os apontamentos até aqui apresentados mostram uma tímida atuação das prefeituras como propulsoras da cadeia produtiva da cultura. Recorre-se a uma sentença já mencionada no estudo: a especialização produtiva da região das Missões, mesmo com um potencial turístico cultural, se dá mais por uma dimensão simbólica do que por uma intervenção “material” efetiva das prefeituras da região. No entanto, não se descarta que as ações das prefeituras dão indícios de uma cadeia produtiva e apontam agentes econômicos estabelecidos nessa cadeia que podem ser mencionados espacialmente. Dito de outra forma, os gastos convergem para uma reflexão da cadeia produtiva da cultura e, mais ainda, indicam para locais que concentram essas atividades (em termos de valores e de quantidades de prefeituras demandantes de bens e serviços).⁴²

Eis que por essa ordem foi possível ler qual cidade tem propensão de ser reconhecida como cidade-polo. O quadro a seguir apresenta o percentual de recursos concentrado nos municípios da região através do gasto realizado pela sua e pelas demais prefeituras, assim como o número de município/prefeituras que procuraram bens e serviços em cada cidade nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio.⁴³

⁴² A ampliação da pesquisa para todo o Rio Grande do Sul permitirá uma compreensão das cidades-polo a partir da categorização dos segmentos culturais, tal como apresentado no tópico anterior (“Deslocamento territorial dos gastos”).

⁴³ O percentual não fechará em 100% por conta da retirada de municípios com valores menos expressivos. Além disso, há municípios que não são da região e que foram dispostos em outro quadro.



Quadro 7 – Cidade-polo na região das Missões (percentual de recursos na cadeia produtiva da cultura por cidade e número de cidades demandantes) (seleção) (2013)

Cidade região das Missões	(1) % recursos da própria prefeitura	(2) % recursos de outras prefeituras	(3) prefeituras demandantes
Caibaté	1,56	1,29	2
Cerro Largo	1,92	0,37	5
Giruá	1,55	0,28	1
Mato Queimado	2,64	0,08	1
Santo Ângelo	1,07	13,56	11
São Borja	10,26		
São Luiz Gonzaga	10,46	1,85	7
São Miguel das Missões	4,37	1,22	2

Fonte: próprios autores (2014).

Nota-se que a leitura dos três indicadores destaca o significativo percentual de recursos concentrados dentro da própria cidade em São Borja e São Luiz Gonzaga. A primeira demonstra não ter nenhum diálogo produtivo em bens e serviços culturais com os demais municípios da região, já que não teve nenhum percentual de recursos de outras prefeituras (e conseqüentemente nenhuma prefeitura demandante). Por seu turno, São Luiz Gonzaga apesar de ter tido sete prefeituras demandantes de bens e serviços, não apresentou um valor significativo nos recursos dispendidos de outras prefeituras (1,85%).

Santo Ângelo é o caso mais saliente na percepção de uma cidade-polo regional de bens e serviços na economia da cultura. A pífia concentração de recursos na cadeia produtiva da cultura estabelecida pela própria prefeitura da cidade é contraposta pelo percentual mais alto de recursos destinados de outras prefeituras da região (13,56%). Para corroborar com essa leitura, recordando o valor agregado presente na cadeia da cultura, a presença de 11 prefeituras da região demandantes de bens e serviços no setor dão indícios do reconhecimento de Santo Ângelo como cidade-polo regional de bens e serviços culturais.

No entanto, não necessariamente as prefeituras procuraram bens e serviços em cidades da região. Como visto no deslocamento territorial dos gastos, as despesas em cultura transcenderam os limites das cidades, da região e, até mesmo, do Rio Grande do Sul. Assim, o quadro abaixo apresenta as demais cidades, fora da região, que também concentraram recursos da região.



Quadro 8 – Demais cidades com destinação de recursos da região das Missões (percentual de recursos na cadeia produtiva da cultura por cidade e número de cidades demandantes) (seleção) (2013)

Demais cidades	(2) % recursos de outras prefeituras	(3) prefeituras demandantes
Ijuí	9,35	6
Novo Hamburgo	0,64	2
Parobé	0,96	1
Pelotas	1,69	2
Planalto	0,89	1
Porto Alegre	2,54	8
Santa Maria	17,29	1
Santa Rosa	4,97	12
Santiago	0,53	2
Tucunduva	3,71	1

Fonte: próprios autores (2014).

Santa Maria apresentou um percentual significativo dos recursos (17,29%), mas apenas um município procurou os bens e serviços da cidade, ou seja, isso se deve por conta de alguma atividade adquirida ou contratada com alto valor agregado. Santa Rosa foi mais tímida na concentração dos recursos (4,97%), mas em compensação foi “procurada” por 12 municípios da região das Missões. Já a cidade de Ijuí teve um percentual de 9,35 e a presença de 06 prefeituras demandantes. Por esses dados não se pode inferir que essas cidades são polos culturais de bens e serviços, mas por se tratar de um universo de apenas vinte e sete municípios da região das Missões, os indicadores dão indícios de que tais cidades concentram bens e serviços culturais.

De todo modo, os dois quadros acabam por apontar que a atuação de Santo Ângelo como polo regional de bens e serviços culturais deve ser reconhecida potencialmente. Explica-se: Entre Santa Maria e Santo Ângelo a primeira supera em termos de percentual de recursos, mas é posta em suspensão e resulta no destaque de Santo Ângelo em número de prefeituras demandantes. Já entre Santa Rosa e Santo Ângelo a primeira foi procurada por doze prefeituras em contraponto a Santo Ângelo com onze; vale dizer, diferença pouco significativa. Em termos de recursos, Santo Ângelo, com 13,56%, e Santa Rosa, com 4,97%, despontam.

Não se pode negar, assim, que a presença de bens e serviços da cadeia produtiva da cultura (nucleares, relacionadas e de apoio), mesmo com o parco recurso total despendido pelas prefeituras, aponta para uma força potencial de Santo Ângelo como uma cidade-polo regional no âmbito da cultura. Reconhece-se, no entanto, a necessidade de uma projeção no tempo (com a mensuração de outros anos do estudo) e no espaço (com o ganho de escala e a leitura de todo o Rio Grande do



Sul), pois pode ser que essa expressividade se disperse em valores e prefeituras demandantes.

Considerações

Diante de uma pesquisa que procurou relacionar diferentes dimensões da cultura (como a política e a economia) e uma proposta metodológica que privilegiou a leitura de dados primários, tornam-se imperativas algumas considerações finais categorizadas, não apontando apenas a leitura do objeto de pesquisa, mas também a articulação mais expressiva no campo cultural.

Principais apontamentos

Conclusivamente é pertinente apontar as principais discussões teóricas que, em diferentes graus, foram percebidas e colocadas à reflexão na pesquisa. A relação entre política e economia da cultura compreende que o gasto público realizado pelas prefeituras municipais reflete o protagonismo do Estado na resolução de um problema público. Nesse sentido, o gasto da prefeitura de um dado município no campo cultural expressará com significativa precisão as preferências alocativas do governo na configuração de uma política cultural com protagonismo do Estado. O consumo público consiste no consumo da administração pública, pressupondo que seja fruto de uma política contida no âmbito da cultura, e que tais recursos alocados acabam por traduzir o tipo e a natureza das preferências alocativas dessa administração.

Tais recursos alocados sugerem que o Estado, muitas vezes o principal agente no fomento à cultura, mobiliza uma cadeia de atividades econômicas. Essa mobilização se dará por meio de uma alocação de recursos em elos centrais e reconhecidos à economia da cultura (criativa): nucleares; relacionados; e de apoio. Ao mesmo tempo em que poderá mobilizar outros elos: de apoio focado na estrutura e demais atividades pertinentes à manutenção e fomento das práticas governamentais no setor cultural; e de transferências governamentais realizadas a outras organizações, ou seja, delegando a estas a atribuição de organizar, fomentar, promover a cultura. Para esta última característica importa dizer que a organização responsável por essa atribuição irá, também, mobilizar os elos centrais da economia da cultura. Nessa perspectiva, a metodologia proposta percebeu o gasto em cultura, resultante de uma política cultural, como mobilizador de diferentes elos na cadeia produtiva da cultura. Elos que variam significativamente de especialização produtiva no contexto da economia da cultura, mas que não deixam de, pela demanda pública, mobilizar a oferta privada de bens e serviços.



Surge, então, a definição de cidade-polo baseada na relação estabelecida entre política e economia da cultura. O gasto público é percebido como o elemento que aponta a concentração de atividades econômicas na cultura, haja vista o papel de provisão e fomento da mão visível do Estado à cultura. Assim, cidade-polo é entendida como a concentração urbana que reúne um conjunto de empreendimentos econômicos fornecedores de bens e serviços culturais (nucleares e relacionados), consequência de sua dinâmica econômica interna e de sua relação com agentes consumidores externos ao seu espaço. Pelas possibilidades de leitura dos dados, a cidade-polo é o território que tem (i) uma concentração de recursos públicos (financeiros) demandados pela prefeitura da cidade e por outras prefeituras nas atividades nucleares, relacionadas e de apoio da cadeia produtiva da cultura; e (ii) possui uma quantidade expressiva de outras cidades (prefeituras) demandando atividades nucleares, relacionadas e de apoio.

A partir dessa reflexão teórica apontou-se que no campo das políticas culturais na região das Missões, diante de uma especialização produtiva cultural e de um apelo turístico com a existência da “Rota Missões”, há uma possibilidade de leitura pontual da alocação dos recursos públicos: ao considerar os anos de 2012 e 2013 visualizou-se que a região apresentou uma queda nos gastos em cultura nesses anos. Tanto em números absolutos quanto em percentual a partir do gasto de cada prefeitura é possível concluir que a região possui uma discrepância entre a oferta e presença da dimensão simbólica da cultura e o real investimento financeiro-material em termos de políticas públicas no setor.

De toda forma, ao se perceber somente os gastos realizados para CNPJ o perfil da região para com o campo cultural salienta a expressividade de pessoas jurídicas no campo das “artes de espetáculo” (dança, música, etc.), um indicador do tipo de manifestação cultural apoiada pelos municípios da região. Tal constatação foi percebida qualitativamente com as visitas e entrevistas realizadas nos municípios durante a pesquisa. A realização de *shows* musicais, eventos festivos em datas comemorativas e a realização de festivais de arte e cultura acabam por retratar que as políticas públicas dos municípios da região das Missões estão centradas nas artes de espetáculo. Dentre as atividades nucleares e relacionadas por campo cultural (por exemplo, para o ano de 2013) esse setor teve ampla diferença com relação aos outros campos: 84,59% (nuclear) e 28,74% (relacionado). Dados que revelam um bom indicador da política cultural da região.

Já no que se pode concluir para o perfil da cadeia produtiva da cultura, considerando CPFs, transferências governamentais e atividades específicas, concluiu-se que a região tende a destinar 2/4 dos recursos em gastos com CPF, 1/4 na cadeia produtiva da cultura e 1/4 em apoio II e transferências governamentais (inferência a partir da leitura dos anos de 2012 e 2013). Destacando-se, aqui, o gasto em CPF com forte tendência para o pagamento de folha salarial dos agentes públicos envolvidos em cultura.



Por fim, ao dispor esses dados para o lugar de origem das empresas tem-se o deslocamento territorial dos gastos públicos em cultura que deram indicadores para a configuração da cidade polo. Assim, foi possível inferir que, considerando os três pontos de reconhecimento (valor de recursos financeiros destinados à cidade realizada pela prefeitura da cidade; valor de recursos financeiros destinados à cidade pelas demais prefeituras; e cidade que concentrou uma quantidade significativa de demanda por bens e serviços de outras cidades/prefeituras – número de cidades), a cidade de Santo Ângelo se destaca como uma cidade polo regional no âmbito da cultura. Vale dizer, uma força potencial tendo em vista o parco recurso despendido pelas prefeituras da região em cultura.

Possibilidade de replicação da pesquisa

A pesquisa pode ser vista como um modelo para futuras ações na elaboração de indicadores que contribuam para as políticas públicas, especialmente municipais. Assim, a pesquisa aponta para a possibilidade de se criar uma proposta de análise das políticas culturais dos municípios, através da leitura dos gastos realizados pela prefeitura. Como é possível perceber com os resultados ela servirá de apoio para gestores municipais da cultura (assim como para a própria população perceber os investimentos municipais no setor). Por outro lado, a apresentação dos dados potencialmente seria adequada para o entendimento da cadeia produtiva da cultura, inclusive com a possibilidade de mapeamento das empresas. Isso, especialmente para o estado do Rio Grande do Sul que dispõe do sistema de apresentação de dados do Tribunal de Contas.

Há a possibilidade de agregar transparência pública com indicadores culturais (dados abertos voltados ao controle social), procurando organizar as informações que apoiem processos de gestão competentes e transparentes. Salienta-se, no entanto, que não era este o foco central do estudo. O recorte espacial e o tempo de execução da pesquisa não possibilitaram um adensamento da proposta e, por essa ordem, há uma significativa diferença na análise de 26 municípios da região e 496 de todo o Rio Grande do Sul.

Sugestões para a sequência do estudo

De toda forma, os dados disponíveis, a metodologia empregada e as variáveis resultantes podem ser sistematizados na criação de um *software*. Essa proposta é um resultado direto da elaboração da pesquisa e do reconhecimento que os dados disponíveis podem ser trabalhados como um produto. Espera-se que o fomento no setor continue para que a pesquisa amplie a abrangência e apresente uma proposta



objetiva de inovação de produtos em prol da cultura e de suas políticas. Frisa-se, assim, um grau significativo de inovação imbricado na proposta do estudo.

Além disso, a continuação do estudo para o Rio Grande do Sul poderá ampliar significativamente o entendimento da política cultural realizada pelos municípios e apresentar com valores (R\$) e percentuais mais densos o reconhecimento de cidades-polo por conta do dispêndio de recursos públicos municipais.

Abre-se, assim, uma possibilidade de continuar um estudo denso e com a possibilidade de conectar dados primários com a análise política e econômica da cultura no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, espera-se que o fomento e a manutenção dos recursos em inovação e pesquisa permaneçam.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS. *O sector cultural e criativo em Portugal*. Lisboa: Estudo para o Ministério da Cultura. Relatório Final, 2010.

ANDRIOTTI, Décio. A discografia do padre Sepp: na busca de probabilidades. In: GADELHA, Regina Maria A.F. (Ed.). *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1999.

BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio. *São Miguel: a saga de um povo missioneiro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

BATISTA, Jean. *O temporal: dossiê Missões*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009a.

_____. *As ruínas: dossiê Missões*. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009b.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BINDÉ, Wilmar Campos. *Santo Ângelo – terra de muitas histórias*. Santo Ângelo: Multicor, 2006.

BOFF, Claudete. *A imaginária Guarani: o acervo do Museu das Missões*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

_____. Persuadir ou deixar-se persuadir: a produção artística dos Povoados Missionários do Sul do Brasil. *Revista Pindorama*, abril, 2013. [online]

BOTELHO, Maria Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 2001, p. 73-83.

BRUNNER, José Joaquín. *La cultura como objeto de políticas*. Santiago: FLACSO, 1985.

_____. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. In: CANCLINI, Néstor García (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1987. 175-203p.

_____. *La mano visible y la mano invisible*. América Latina: cultura y modernidad. México, Editorial Grijalbo, 1993. p. 205-47.



CAMBAS, Graciela; MACHÓN, Jorge Francisco. La música misionera en el periodo post-jesuítico. In: GADELHA, Regina Maria A.F. (Ed.). *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1999.

CANDIDO JUNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? *Revista planejamento e políticas públicas*, IPEA, n. 23, jun., 2001.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. Região Missioneira: palco de rupturas e continuidades. In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo (Org.). *Missões em mosaico: da interpretação à prática - um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1987. 175-203p.

_____. *Diferente, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia (Org.) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2003.

COSTA, António Firmino da. Políticas Culturais: conceitos e perspectivas. *OBS – revista do Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa, n. 02, p. 01-06, out., 1997.

CROCCO, Marco; RUIZ, Ricardo Machado; CAVALCANTE, Anderson. *Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

DURAND, José Carlos. Sugestões para o cultivo e a difusão da economia da cultura no Brasil. In: CRIBARI, Isabela; REIS, Ana Carla F. (Org.). *Economia da Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 43-63.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. 21-39p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2*. Brasília: IPEA, 2001. 111-120p.

GOLIN, TAU. A guerra guaranítica (1753-1756). In: AXT, Gunter (Org.). *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo.



Educação & Realidade. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 22, n.2, jul/dez, 1997, p. 15-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2007-2010)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LANGER, Protasio Paulo. Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

LEITÃO, Cláudia. *Cultura e municipalização*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

LIMA, Sema Maria Santiago. *Polos criativos: um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros*. Brasília: MinC, 2012.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006a.

_____. *Os sete povos missioneiros: das fazendas coletivas ao latifúndio pastoril Rio-Grandense*. Revista Espaço Acadêmico, n. 58, 2006b [online]. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58maestri.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATOS, Aécio Gomes de (Org.). *Pra que serve a universidade pública?* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MAURER, Rodrigo Ferreira; COLVERO, Ronaldo Bernardino. As possibilidades na análise das fontes: a redução de São Francisco de Borja a partir do Inventário de Bruno de Zavala. In: NASCIMENTO, Anna Olívia; OLIVEIRA, Maria Ivone. *Bens e riquezas das Missões*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. 97-112p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Secretaria da Economia Criativa, 2011.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

OLIVEIRA, Victor da Silva; MARTINS, Tiago Costa; SILVA, Marcela Guimarães e. *Análise territorial da Política de Economia Criativa: repercussões sobre o desenvolvimento*. In: IV COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, Crato, 2014. *Anais...* Crato: Universidade Regional do Cariri, 2014.

PADILHA, Paulo Roberto Paim; TRENTIN, Iran Carlos. Reconstituição sócio-econômica da Região das Missões/RS. Disponível em: <<http://www.nhecuanos.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Aglomerações, arranjos e sistemas produtivos locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento?* Santa Cruz do Sul: PPGDR/UNISC, 2004a.

_____. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de*



uma região? Documentos FEE. Porto Alegre: FEE, 2004b.

PEREIRA, Josei Fernandes; CALLAI, Jaeme Luiz. A música missioneira: o relato de uma experiência musical nas 30 reduções Jesuítico-guaranis do Sul da América. Vivências: *Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 05, n. 8, p. 21-26, out., 2009.

PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil*. 2011. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEVEDO, Júlio Ricardo. As Missões Jesuítico-guaranis. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. Os inventários dos Sete Povos das Missões: o contexto histórico. In: NASCIMENTO, Anna Olívia; OLIVEIRA, Maria Ivone. *Bens e riquezas das Missões*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

RAMOS, Antônio Dari. *A formação histórica dos municípios da Região das Missões*. Santo Ângelo: URI – IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico, 2006. (levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira).

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 23 março 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole, 2007.

REZENDE, Flávio da Cunha. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil: (1980-1994). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24/10/2014.

RÍOS, Mario Alberto Gaviria. *Apuntes de economía regional*. Risaralda: Universidad Católica Popular del Risaralda, 2010.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. Estatuária missioneira: da idolatria ao fogo. In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo (Org.). *Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011.

RODRIGUES, Thiago Antonio Pastorelli; GONÇALVES Solange Ledi. *Centralidade e Interação Estratégica nos Gastos com Cultura em Minas Gerais: uma Análise Econométrica Espacial com Dados em Cross-Section*. Anais do XV Seminário Economia Mineira. Cedeplar, ago. 2012.

ROTA MISSÕES. Site institucional. Disponível em: <<http://www.rotamissoes.com.br>>. Acesso em: 13 julho 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Arranjo produtivo local/Luiz Humberto de Castro. Brasília: SEBRAE, 2009.

SECRETARIA DA FAZENDA RS. *Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público*. Porto Alegre: CORAG, 2011.



TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Controle social*. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 06 março 2013.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO O DESENVOLVIMENTO – *Unctad. Relatório de Economia Criativa - Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável*. São Paulo: MinC/Itaú Cultural, 2010.

VALIATI, Leandro. *Indústria criativa no Rio Grande do Sul: síntese teórica e evidências empíricas*. Porto Alegre: FEE, 2013.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. *Introdução à economia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.



SEGUNDA PARTE

**REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE ANÁLISE
DOS GASTOS PÚBLICOS EM CULTURA**



A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA CULTURA A PARTIR DOS CADASTROS DE PESSOA FÍSICA

*Daiane Gampert
Marcela Guimarães e Silva
Tiago Costa Martins*

Introdução

Os resultados da pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”, desenvolvida em 2014 pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e Ministério da Cultura, obtidos a partir da análise dos gastos realizados para Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ demonstraram a expressiva alocação de recursos públicos no campo das artes do espetáculo (dança, música, etc.).

Diante dos resultados da referida pesquisa, este ensaio busca identificar por meio da análise qualitativa dos pagamentos às pessoas físicas – Cadastro de Pessoa Física – CPF, realizados em 2012 e 2013 pelos 27 municípios que integram a “Rota Missões”, recorte regional da pesquisa, os gastos municipais em cultura nas atividades culturais. Além disso, visa analisar a distribuição dos gastos dos municípios em cultura entre CPFs dos gêneros masculino e feminino. Cabe recordar que os dados da pesquisa, apresentados na primeira parte deste livro, já apontam para uma concentração significativa de recursos públicos destinados às pessoas físicas. Porém, a problematização que reside neste capítulo consiste em perceber qual o perfil da atividade cultural traduzido em bens e serviços adquiridos pelas prefeituras a partir da análise dos CPFs que tiveram recursos públicos alocados. Para tanto, a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos para, na sequência, abordar qualitativamente os resultados da análise dos gastos com CPFs nos municípios da região das Missões.

Alguns apontamentos metodológicos

A partir dos dados coletados na pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”, primeiramente, fez-se um recorte das informações que demonstram os recursos pagos a pessoas físicas, e, conseqüentemente, a análise dos investimentos nas atividades compreendidas pelos setores criativos e culturais.



As categorias para análise dos gastos com CPFs, efetuados pelas prefeituras dos municípios da região investigada, seguiram a proposta da pesquisa inicial, que compreende a economia no setor criativo por meio de três principais campos: atividades nucleares; atividades relacionadas; e atividades de apoio.

Dessa forma, primeiramente foram observados os dados referentes à alocação dos recursos públicos em cultura por meio de pagamento de despesas com CPFs nas categorias que constituem as atividades nucleares e atividades relacionadas e de apoio, ou seja: atividades no campo do patrimônio; no campo das expressões culturais; no campo das artes de espetáculo; no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura; no campo das criações funcionais e atividades de apoio.

Posteriormente, realizou-se a análise dos recursos pagos a CPFs distribuídos entre os gêneros masculino e feminino, como apresentado a seguir.

Resultados

Ao compilar os valores totais investidos pelos municípios em cultura, e compará-los entre os anos investigados é evidente uma redução de 32,3% do valor gasto em 2013 em relação a 2012. É desta constatação que partiu-se para a análise do reflexo da mesma nas atividades que compõem os setores criativos e culturais.

No ano de 2012 foram pagos a CPFs, para o desenvolvimento de atividades culturais, o valor total de R\$ 433.737,71, pelas prefeituras dos 27 municípios da “Rota Missões”. Este valor encontra-se distribuído conforme apresentado a seguir entre as atividades nucleares – relacionadas.

Domínios Primários	Atividades Nucleares	Atividades Relacionadas	%
1	No campo do patrimônio	museus / espaços e centros culturais, galerias de arte	0,8
3	No campo das artes do espetáculo	artes cênicas	2,5
		música	41,8
		dança	2,5
		festivais, festividades e feiras	6,2
4	No campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura	livro – feira de livro – biblioteca	7,0
6	Apoio	apoio administrativo e outros gastos	38,8

Fonte: próprios autores (2014).



Note-se que neste período os CPFs tiveram investimentos mais expressivos no campo das artes do espetáculo, mais especificamente, nas atividades da área da música, quando foram repassados aos CPFs 41,8% do recurso total. Os CPFs receberam também 38,8% do total por meio de atividades de apoio, e 7,0% através das atividades no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura.

Sobre os valores investidos na música, num total de R\$ 181.302,36, ao analisar-se a descrição das despesas lançadas pelas prefeituras, observa-se que os recursos foram destinados para o pagamento de premiações dos festivais de música e para o pagamento de instrutores – professores – de aulas de música nas escolas municipais. Desse valor total investido pelos municípios na música, Santo Ângelo representa por meio de seus gastos, 56% deste valor, pois em 2012 realizou o V Festival Missioneiro da Música Nativa. Já o município de Caibaté corresponde a 10% do valor do total investido em música, devido aos investimentos na contratação de professores de música para suas escolas.

Quanto aos gastos públicos no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura, os 27 municípios da região, em 2012, investiram apenas 7,0%, ou seja, R\$ 30.361,64 do valor total em cultura, e Santo Ângelo, isoladamente, representa 93,7% deste total investido pelos 27 municípios neste campo. Os gastos do referido município foram empregados para o pagamento de CPFs responsáveis por projetos de edição de livros com enfoque na cultura missioneira, contemplados com recursos do Fundo Municipal de Cultura. Seguido pelo município de São Pedro do Butiá que investiu 5,2% do valor total gastos neste campo pelos 27 municípios, com a produção de apostilas de língua alemã. Estas últimas informações demonstram a diversidade cultural missioneira, resultado do processo histórico de colonização da Região das Missões constituída de grupo étnicos distintos.

E a análise detalhada dos gastos dos municípios nas atividades de apoio apontou que os recursos foram destinados para o pagamento de despesas como: locação de imóvel, folha de pagamento, diárias e transporte (deslocamento). Dos 27 municípios, São Borja foi um dos que mais destinou recursos para pagamento de despesas com CPFs. Dos 38,8% (R\$ 168.290, 23) investidos pelos 27 municípios em atividades de apoio, São Borja representa 48% deste valor total.

Ainda sobre o repasse de recursos a CPFs nas atividades de apoio, observa-se, ainda, os dados do município de Ubiretama, que em 2012 destinou todo o recurso da cultura exclusivamente para atividades de apoio, ou seja, para pagamento de despesas com diárias e folha de pagamento.

Por fim, sobre os investimentos em cultura efetuados pelos municípios da “Rota Missões” no ano de 2012, conclui-se que há uma preferência pelas atividades no campo das artes do espetáculo, em especial à música, o que pode ser explicado pelo processo sociocultural do território, berço da música missioneira. E que o expressivo



gasto com as atividades de apoio como descritas acima, reflete o pouco interesse dos gestores públicos por investir nos demais setores criativos e culturais, ainda que os mesmos possam gerar impacto na economia dos municípios. Ao mesmo tempo em que demonstra a fragilidade dos municípios que, ao criar uma secretaria, departamento ou coordenadoria, por disporem de poucos recursos para investir nas atividades nucleares e relacionadas, acaba por destinar os recursos, alocados na cultura, apenas para a manutenção desses setores públicos.

Já no ano de 2013 foram investidos entre as atividades nucleares - atividades relacionadas, o valor total de R\$ 293.259,28, pelos 27 municípios investigados. Este valor encontra-se distribuído entre as atividades dos setores criativos e culturais como apresentado a seguir.

Domínios Primários	Atividades Nucleares	Atividades Relacionadas	%
1	No campo do patrimônio	museus / espaços e centros culturais, galerias de arte	0,10
3	No campo das artes do espetáculo	música	67,2
		dança	2,3
		festivais, festividades e feiras	10,9
4	No campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura	livro – feira de livro – biblioteca	1,8
6	Apoio	apoio administrativo e outros gastos	17,6

Fonte: próprios autores (2014).

Observa-se que no ano em questão, assim como em 2012, os maiores investimentos foram no campo das artes do espetáculo. Os percentuais acima demonstram que por meio do repasse a CPFs a música recebeu 67,2% (R\$ 197.070,23) do total destinado à cultura pelos 27 municípios da “Rota Missões”. A partir destes dados, observa-se que os recursos pagos a CPFs pelas prefeituras em atividades culturais foram concentrados quase que exclusivamente nas atividades no campo das artes do espetáculo, mais precisamente, nas atividades ligadas à música.

Ainda na análise dos gastos com as atividades na área da música em 2013, constata-se que os recursos foram destinados para o pagamento de CPFs executores de atividades como: aulas de música nas escolas públicas dos municípios, pagamento de premiações de festivais de música e contratação de *shows*.

O município de São Borja foi, dentre os 27 municípios, o que mais transferiu recursos para CPFs em atividades na área da música. Do valor total pago a CPFs, pelos



27 municípios nas atividades ligadas à música, o referido município corresponde a 46,4% (R\$ 91.440,58) desse valor total. Os recursos foram empregados na realização do 46º Concurso Regional de Músicas Aparício Silva Rillo. Na sequência destaca-se Santo Ângelo, que representa 34,6% (R\$ 68.186,30) do valor total investido na música pelos 27 município. Em 2013 o município realizou o VI Canto Missioneiro de Música Nativa e o V Canto Piá Missioneiro. Em ambos os casos, os recursos foram empregados no pagamento de despesas com a organização dos eventos e também para o pagamento de premiações aos artistas participantes dos eventos.

Ainda sobre a atividade música, destaca-se o município de Sete de Setembro que, em 2013, aloucou 90% do orçamento do município para cultura. Os recursos foram pagos a CPFs correspondentes à contratação de serviços profissionais de instrução e acompanhamento da banda marcial municipal e para a confecção de uniformes de uso dos integrantes da banda do município. Este percentual aponta para uma concentração dos recursos em uma única ação cultural por parte do município no ano, as demais despesas não são representativas em termos de valores.

As análises demonstraram, ainda, que, além das atividades das artes do espetáculo, mais precisamente da música, que as atividades de apoio, também receberam parte dos recursos das prefeituras. Foram destinados 17,6% (R\$ 51.613,63) do total investido pelos 27 municípios para estas atividades.

Sobre os gastos com CPFs nestas atividades, é perceptível que recursos foram para pagamento de diárias, transporte e folha de pagamento dos gestores e servidores públicos que atuam nas secretarias, departamentos, coordenadorias de cultura dos municípios e, principalmente, despesas com locação de espaços para instalações de serviços públicos. Como é o caso de Giruá, que do total gasto pelos 27 municípios nestas atividades, o município corresponde a 28% (R\$ 14.451,81). No caso deste município observou-se, ainda, que para as atividades de apoio, o município repassou 95,3% do seu orçamento total para cultura. Do mesmo modo Roque Gonzales que destinou 75,2% do valor total investido em cultura no município para o pagamento de despesas com CPFs nas atividades de apoio.

E constatou-se, ainda, que os municípios de São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões no ano de 2013 apresentam apenas despesas com CPFs referentes ao pagamento de diárias. Ambos os municípios investiram 100% dos seus recursos para a cultura em atividades de apoio. Os dados demonstram que estes recursos foram transferidos para gestores e servidores públicos que participaram de cursos, reuniões e eventos.

Na comparação entre os dados dos dois anos pesquisados, observou-se a redução nos gastos com o campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura pelos municípios. Em 2012 foram gastos com CPFs 7,0% do valor do total investido em cultura pelos 27 municípios no referido ano, e, em 2013, apenas 1,8% do valor do total investido em cultura pelos 27 municípios. Estes gastos com CPFs em 2013



correspondem ao pagamento de despesas com locação de espaço para instalações de bibliotecas municipais.

Observou-se, ainda, na comparação dos dados entre os anos, uma constante na distribuição dos recursos por meio do repasse aos CPFs nas atividades ligadas à dança, aos museus e centros culturais. Constatou-se, também, que em 2012 os municípios investiram nas artes cênicas por meio dos dados expressos pelos pagamentos efetuados a CPFs, o que não ocorreu em 2013, pois os CPFs não receberam recursos por meio dessas atividades. Entretanto em 2013 os gastos com CPFs em atividades correspondentes a festivais – festividades – feiras, foi superior a 2012.

Desta etapa conclui-se que há uma concentração dos recursos no campo as artes do espetáculo. Nos anos investigados, o campo recebeu por meio do repasse a CPFs em 2012, 53% do valor total investido pelos 27 municípios da “Rota Missões” em cultura, e, em 2013, concentrou 80% do valor total destinado à cultura pelos 27 municípios, por meio do pagamento de despesas com CPFs, e a música é a atividade pela qual os CPFs mais receberam recursos. Isto fica expresso por meio do pagamento de premiações em festivais de música. E pode ser explicado pelo fato da Região das Missões ser reconhecida pelos artistas da música missioneira, requerendo das políticas culturais dos municípios investimentos que mantenham e fomentem este setor.

Na sequência foram investigados como os recursos encontram-se distribuídos entre os gêneros (masculino e feminino), uma vez que a análise da descrição por CPFs permite identificar a identidade social dos indivíduos. Esta questão foi levantada diante da discrepante concentração dos recursos nas atividades da área da música, em que as análises apontaram para gastos com o pagamento de premiações em festivais de música, diretamente aos CPFs, ou seja, aos músicos – do gênero masculino. E pelo fato que, embora os CPFs do gênero feminino não tenham recebido recursos dessa área (música), observou-se uma distribuição equilibrada dos recursos entre os gêneros, nos dois anos investigados, como apresentado a seguir.

Ano	2012	2013
Total (R\$)	433.737,71	293.259,28
Masculino	59,5%	45,%
Feminino	40,5%	54,6%

Fonte: próprios autores (2014).

Na análise dos CPFs por gênero, constatou-se que o gênero masculino recebeu recursos das prefeituras referente ao pagamento de: premiações em festivais; de instrutores de música para as escolas públicas; serviços de filmagem, fotografia e sonorização para eventos; e de diárias, transporte e folha de pagamento, no caso



dos próprios gestores públicos. Sendo esta distribuição desequilibrada, pois como já foi apresentado anteriormente, as atividades no campo das artes do espetáculo e de apoio – concentram o maior percentual de recursos.

Já com relação aos gastos dos municípios com os CPFs do gênero feminino constatou-se que os mesmos são referentes ao pagamento de: serviços de salão de beleza (cabelo, maquiagem e manicure); confecção de suvenires e artesanatos temáticos dos municípios; serviços de sonorização e decoração para eventos; confecção têxtil de uniformes e acessórios; e de diárias, transporte e folha de pagamento, no caso dos próprios gestores públicos. Entretanto, na análise dos dados referentes aos CPFs do gênero feminino são discrepantes os gastos com as atividades de apoio em relação às demais atividades.

Na comparação quanto à distribuição de recursos entre os gêneros, o que se constata é que há uma equivalência entre os mesmos, nos 27 municípios investigados, devido aos valores pagos a CPFs do gênero feminino concentrados nas atividades de apoio. E que este equilíbrio resulta dos gastos de alguns municípios como São Borja, que investiu 83% do total destinado para a cultura no município no ano de 2012, para o pagamento de despesas com CPFs do gênero feminino nas atividades de apoio. Assim como São Luiz Gonzaga, que no ano de 2013, destinou 91% do valor investido em cultura para o pagamento de despesas com CPFs do gênero feminino nas atividades de apoio.

Com isso, observa-se que o equilíbrio da distribuição dos recursos entre os gêneros constitui-se da concentração de recursos em duas principais atividades, ou seja, gastos dos municípios com CPFs do gênero masculino nas atividades do campo das artes do espetáculo, mais especificamente na área da música, e gastos dos municípios com CPFs do gênero feminino nas atividades de apoio.

Considerações finais

A partir dos resultados da pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”, desenvolvida em 2014 pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e Ministério da Cultura, em que se buscou identificar a partir dos Cadastro de Pessoa Física – CPF, os gastos públicos realizados pelos setores criativos e culturais dos 27 municípios da “Rota Missões” constatou-se que há uma concentração dos gastos dos município em duas áreas principais e o equilíbrio da distribuição dos recursos entre os gêneros masculino e feminino, nos anos investigados.

Conclusivamente, observou-se por meio da análise dos repasses a CPFs que



há uma concentração expressiva dos gastos dos municípios com as atividades do campo das artes do espetáculo, principalmente da música, e com as atividades de apoio, sendo música e apoio responsáveis por manter o equilíbrio dos gastos com CPFs dos gêneros masculino e feminino, respectivamente, ou seja, enquanto os gastos com a música destinam-se aos CPFs do gênero masculino, os gastos com atividades de apoio destinam-se aos CPFs do gênero feminino.

E, por fim, que a política cultural da região está direcionada para as atividades no campo das artes do espetáculo, mais especificamente para atividades ligadas à música. A análise detalhada dos repasses efetuados pelos 27 municípios a CPFs, além de evidenciar este fato, demonstrou, ainda, que os gastos com as atividades de apoio são destinados para dar suporte e sustentação as estas atividades na área da música.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Tiago Costa (Coord.). *Relatório final de pesquisa: a alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a “Rota Missões” no Rio Grande do Sul*. São Borja, RS: CNPq/MinC., 2015. 106p.



DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS DOS GASTOS PÚBLICOS EM CULTURA: NOVOS APONTAMENTOS E NOVAS PERGUNTAS

Caroline Fernandes da Silva

Victor da Silva Oliveira

Introdução

Abordar o território na intersecção da ação pública e da construção teórica a partir do deslocamento territorial dos gastos públicos em um determinado setor abre inúmeras possibilidades de análise com as mais diversas perguntas de pesquisa norteadoras.

A pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul” trouxe métodos e conclusões originais dentro da sua proposta de pesquisa. Porém, outros importantes “produtos” originaram-se de um estudo de tal envergadura: novas perguntas e a percepção da possibilidade de ampliação de determinadas reflexões iniciadas.

Assim, baseado na pesquisa supracitada e com a finalidade de ampliação de alguns aspectos não esgotados na pesquisa – por razões diversas – o presente texto objetivou-se em apontar discussões teóricas e práticas subjacentes durante o estudo, partindo do deslocamento territorial dos gastos públicos em cultura.

Na primeira parte deste texto, retomamos alguns elementos teóricos abordados na pesquisa supracitada, da mesma forma que ampliamos alguns pontos com a finalidade de fundamentar as contribuições postas na segunda parte deste texto.

Com base em reflexões trazidas pelo deslocamento territorial dos gastos públicos em cultura, a segunda parte aponta elementos teóricos que podem ser amadurecidos com uma proposta de análise de deslocamento territorial dos gastos, especialmente no que tange propostas de região e regionalização. Concomitante, uma análise de corte estadual contribuiria para esta proposta e, na prática, a uma nova interpretação das regionalizações de cultura praticadas nos estados – em especial o Rio Grande do Sul.

Breve ampliação do referencial bibliográfico

Como referido, o presente capítulo não tem a intenção de prolongar o referencial teórico já trazido na parte primeira deste livro. Contudo, utilizamos este espaço para ampliar algumas discussões trazidas, anteriormente de forma sucinta, devido a não



pertinência de um prolongamento da questão.

Para jogar luz sobre as propostas que estamos trazendo neste capítulo, tomamos por base toda a reflexão realizada durante o processo de pesquisa, desde a abordagem teórica, passando pelo estabelecimento da metodologia abordada, a análise dos dados e as considerações conclusivas.

Para somar pontualmente, tendo por caminho o objetivo do presente capítulo, trazemos para debate discussões referentes à região, às tendências recentes de sua abordagem, aos desafios no cenário brasileiro e ao potencial crítico analítico que um processo de regionalização da cultura baseado nos deslocamentos de dados pode suscitar.

Ao reafirmar a proposta teórica da primeira parte do livro, concordamos com Leitão (2009) que traz a pertinência da aproximação das políticas culturais junto à escala local, no espaço administrativo do município. Dada a cultura como um processo social que ocorre no âmbito do meio vivido, a delimitação administrativa, no caso brasileiro, que mais aproxima-se da peculiaridade de cada expressão cultural é o município. A autora elucida a necessidade do debate, abrangendo desenvolvimento e cultura baseados na valorização da expressão e deliberação dos processos culturais por eles mesmos, atribuindo, por consequência, uma função essencial às administrações locais.

Sem dúvida, ao tratar-se de cultura, realizar a maior aproximação possível junto às suas expressões mais diversas é essencial. As ações de fomento relativas à produção cultural propriamente ditas materializam-se – de forma simbólica ou material – no ambiente local, fato que remonta à pertinência das deliberações que abrangem suas peculiaridades ocorrerem junto a processos municipais/locais.

Entretanto, atribuída a pertinência à escala local, esta nos parece limitada por alguns aspectos, especialmente ao abordar a questão cultural. Os ambientes de decisão e ação não limitam-se ao espaço local, o território é resultado de uma construção endógena e exógena. No caso brasileiro em especial, a administração pública tríade, articulada com uma representação social tão particular como a cultura, acaba exigindo uma análise multiescalar.

Contudo, Ribeiro e Milano (2008, p.12) chamam a atenção para algumas reflexões contemporâneas que abordam, de forma equivocada, na concepção dos autores, ações de cunho sobre território, não como ambiente de disputa, de contradições, mas simplificada como um espaço inerte:

Infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/ movimentos. [...] A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que



pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macro decisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Nessa concepção, os autores propõem uma visão mais ampla e dinâmica de ações que venham a materializar-se em determinado território, abrangendo não apenas a escala micro, mas também as influências exógenas, sejam nacionais ou globais que se somam às forças horizontais, às representatividades sociais e culturais que se fazem a partir 'de baixo', do próprio território.

Corroborando com essa perspectiva Brandão (2010) afirma, tratando de escalas, um território não estático, composto por relações que o extrapolam e fruto de divergências e convergências de poder. O autor questiona “quem são os agentes envolvidos nas decisões que repercutem no território?”, “onde estão?”, “será que apenas em uma escala?”. De acordo com Pochmann (2010), tais perguntas vem tendo respostas distintas em cada momento histórico do Brasil, cabendo considerá-las.

É central na abordagem realizada pelo autor a relevância das questões do poder na abordagem da dimensão espacial do processo de decisões públicas, as hierarquias e hegemonias. Não obstante, cabe perceber as arenas decisórias, pois, apesar de as ações serem vividas no local, a ação de intervenção, assim como a possibilidade financeira dessa, estão distantes dessa escala. A proposta central de Brandão (2010) é articular processos que parecem isolados em uma escala, com as demais, as relações de troca existentes, percebendo o papel do Estado, das reorganizações produtivas, enfim.

Brandão (2010) não desconsidera o local como elemento relevante para compreensão dos processos de construção do desenvolvimento a partir de políticas públicas, afirmando ser indispensável indagar as recorrências, persistências, rupturas e transformações ao longo de um processo histórico de formação do território, evidenciando as razões do atualmente forjado e como ocorreu o processo de evolução.

Contudo, apenas a escala local é insuficiente para abranger a complexa relação de decisões que inferem sobre um território. Avançar sobre a percepção dos agentes decisórios em múltiplas escalas faz necessário perceber hierarquias, fatos endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos que definem o território, as relações econômicas, sociais, culturais, etc.

Além de questões de relação, de a constituição da cultura ocorrer de forma interescalar, e de as decisões políticas transcenderem limites administrativos, o



Estado brasileiro é responsável por mais da metade dos recursos públicos, sendo o principal ente na materialização de projetos visando a transformação espacial, ou seja, é imprescindível reconhecê-lo como elemento fundamental nas análises espaciais de aplicação de recursos e projetos de desenvolvimento independente do setor, entre estes o cultural.

Como exemplo, podemos citar uma problemática de deficiência de capacitação técnica para aplicação de conhecimento adquirido em determinado APL. É comum haver uma fragilidade técnica em espaços locais, especialmente os distantes dos grandes centros urbanos no Brasil. Uma política educacional de capacitação técnica extrapolaria os limites do local em que a decisão de enfrentar essa problemática aproxima-se das escalas estaduais, e quiçá nacionais, devido à envergadura de tal questão.

Ao somar a essa problemática a questão escalar, Brandão (2010) acrescenta mais complexidade, uma vez que estas são inexatas e dinâmicas, resultados de processos sociais onde a vida ocorre, e não um mero produto cartográfico dado, mas um elemento de análise e ação que carrega simbolismo e decisões de poder.

O processo de delimitação de uma região perpassa pela definição de critérios que apontaram, dialeticamente, a homogeneidade – mesmo que simplificada – e a heterogeneidade. Homogeneidade, pois, a partir das variáveis consideradas, sejam elas econômicas, sociais, ambientais, enfim, serão buscados padrões de comportamento que delimitam determinado território como homogêneo, mesmo havendo clareza da simplificação decorrente do fato de regionalizar.

Heterogeneidade, pois, ao definir uma porção do território com padrões comuns, diferencia-se este de outros, ou seja, a regionalização se faz da especificidade e da distinção. Assumindo que o processo de regionalização decorre a partir da definição de variáveis, denota-se a existência de regiões possuírem inúmeras diferenças internas, assim como responderem a problemas distintos, sendo estas muitas vezes apenas recortes analíticos.

Contudo, a região não é apenas um produto analítico, possui vida, é produto da intensificação cada vez maior das relações inter-regional e intrarregional, cabendo ao pesquisador e, sobretudo, ao gestor público que se propõem a gerir uma ação regional, ter claro os limites e desafios de abordar a realidade a partir de determinados critérios de regionalização.

Em contrapartida, ao trabalhar-se o processo de regionalização duas oportunidades surgem. A primeira, de realizar uma crítica às regionalizações praticadas. Sempre que a articulação de variáveis ainda não utilizadas com a intenção de possibilitar uma análise regional surge, novas regionalizações aparecem. Tomando por exemplo a pesquisa realizada e analisada na primeira parte deste livro, ao expandir a sistematização dos dados para uma escala estadual, surge a possibilidade de uma



nova regionalização baseada no fomento público municipal em cultura, tornando viável um olhar para os demais recortes utilizados para análise e para a ação prática da cultura e realizar uma crítica de dupla mão.

A segunda diz respeito aos produtos possíveis da apreciação territorial de novas variáveis articuladas e regionalmente analisadas. Novamente, tomando como exemplo a pesquisa supracitada, pode-se perfeitamente propor uma regionalização da cultura de um estado com base nos dispêndios realizados pelas prefeituras municipais, assim como identificar cadeias produtivas e polos produtores e consumidores. A pesquisa realizada partiu de uma regionalização já estabelecida, visto a impossibilidade, por ora, de uma abrangência maior. Contudo, pode-se tomar por base um estado – que também não deixa de ser uma região já estabelecida – e propor um recorte não estático e com base no vivido, especialmente pela interface com o setor cultural.

Assim, encontrar a escala adequada para análise crítica e intervenção pública não significa ação desarticulada com outras escalas. Percepções multiescalares devem ser cada vez mais perseguidas, pois, para abranger determinada problemática, deve-se perceber o campo onde as decisões são tomadas que, em muitos casos, são exógenos ao ambiente em que se observa o problema.

Outras discussões pertinentes a partir do deslocamento territorial dos gastos públicos em cultura

Somando a breve ampliação teórica trazida neste capítulo com a pesquisa realizada e apresentada na parte primeira deste livro, algumas considerações podem ser tecidas tendo por base o deslocamento dos gastos públicos, em especial os culturais.

No âmbito de projetos estruturantes para desenvolvimento do setor cultural, deve-se partir da premissa que o principal valor agregado está no simbólico. O Estado intervindo para a valorização cultural poderá materializar-se de diferentes formas, seja na criação e manutenção de museus, seja na arquitetura histórica, enfim.

A base, porém, da materialização dos bens é o valor simbólico da cultura, a peculiaridade da manifestação que decorre das mais diversas maneiras e que, em grande parte das vezes, não possui uma atribuição de valor agregado diretamente. Seu fomento passa pela percepção que os retornos monetários não são o essencial – justificando a lacuna deixada pelo mercado e assumida pelo Estado – mas sim a sua manutenção.

Baseado nesse aspecto, a pesquisa trazida na parte primeira deste livro aborda o deslocamento dos gastos das prefeituras municipais da Região das Missões do Rio Grande do Sul, evidenciando a fonte das demandas e proveniência das ofertas em cultura. Mesmo tendo claro o valor simbólico de todo dispêndio de recurso público



no campo cultural, chamou a atenção os baixos valores empenhados no segmento.

Este não foi um privilégio da Região das Missões, que nos anos de 2012 e 2013, respectivamente, empenhou em cultura 0,6% e 0,51% do total gasto pelos municípios que compõem a região. Se olharmos para a média estadual, apesar de haver um indicador pouco superior, 0,91% em 2013, os valores seguem baixos.

Saindo dos gastos públicos municipais para compreender que esta é uma tendência estrutural do Estado Brasileiro, vendo os dados relativos aos gastos ministeriais, a pasta da cultura obteve apenas 0,09% do orçamento de 2013. Obviamente as ações de rebatimentos na cultura não se restringem ao Ministério da Cultura – o mesmo vale para as secretarias municipais -, contudo, chama atenção a decorrência, independentemente da instância administrativa, os baixos valores monetários empregados no setor.

Como discutido anteriormente, os valores monetários por eles mesmos não representam, em si, um denso ou esvaziado investimento em cultura, visto seu valor simbólico. Entretanto, somando a percepção anteriormente trazida sobre região e sua mobilidade a partir dos critérios utilizados para sua delimitação, uma integração inter-regional e, sobretudo, interescalar justifica-se por dois motivos.

O primeiro, no tocante à dificuldade em definição de uma fronteira regional. Mesmo com critérios claros que abrangem a cultura, sua subjetividade dificulta recortes estritamente cirúrgicos de onde termina um padrão e começa outro, sobretudo na atualidade em que a integração territorial é latente. Parece-nos pertinente ações de corte público em cultura considerarem a necessidade de ocorrerem conjuntamente, interligando não apenas movimentos intrarregionais, mas também para fora destes. As análises críticas da mesma forma, uma vez que a constituição de uma região e de um determinado movimento cultural não ocorre somente a partir dele próprio, mas em intersecção com outros.

Buscou-se na pesquisa apresentada na primeira parte deste livro captar o movimento inter-regional. Com base nos cortes de natureza econômica – classificando os gastos das prefeituras em atividades nucleares, relacionadas e de apoio – e de natureza cultural – classificando em atividades de patrimônio, expressões culturais, artes e espetáculo, áudio visual e livro; e criações funcionais – realizou-se a espacialização dos gastos das prefeituras municipais da Região “Rota Missões” fora dos limites regionais.

A análise desse deslocamento possibilitou importantes reflexões sobre a natureza dos gastos na região, como por exemplo, destacar não apenas os principais destinos dos recursos regionais, mas também evidenciar os setores de bens e serviços não cobertos pelos seus municípios.

Pontualmente, os dados demonstraram que as prefeituras buscaram com maior intensidade CNPJs externos à região em atividades de artes de espetáculo, com



dez prefeituras procurando bens e serviços fora da região. Já no que concerne às atividades nucleares e o deslocamento territorial percebe-se uma predominância da busca por dois municípios: Santa Rosa e Ijuí.

Os deslocamentos em atividades relacionadas para fora da região, em comparação às atividades nucleares, podem ser considerados tímidos. Neste caso, faz-se um paralelo aos deslocamentos dentro da região nesse item, os quais foram intensos. Assim, pode-se inferir que havendo uma dinâmica intrarregional de atividades relacionadas com maior expressão, os deslocamentos para fora dos limites regionais tenderam ser menores.

Todavia, com a impossibilidade devido a restrição da pesquisa em auferir os gastos apenas da Região “Rota Missões”, não se pode averiguar o movimento inverso, prefeituras fora dos limites regionais que procuraram bens e serviços de empresas dos municípios da região.

Uma proposta de análise que contemple a escala Estadual acabará por superar essa limitação, uma vez que trará informações de totalidade dos municípios, podendo corroborar com os resultados da pesquisa realizada na “Rota Missões”. Porém, mais do que isso, fornecerá não só informações de outras regiões, mas a possibilidade de identificar cadeias densas de produção cultural, tornando-se essas possíveis alvos de estudos acadêmicos e incentivos públicos e privados com vistas à sua maturação, crescimento dos mesmos e, quiçá, desenvolvimento territorial.

De caráter mais prático, a segunda razão para uma integração de ações que visam o setor cultural percebido com base na pesquisa apresentada na primeira parte deste livro, envolve justamente a tendência atual de políticas públicas buscarem ser intersetoriais e interescares. Mesmo que começando de forma lenta e atrasada em relação a outros países do mundo, muito em razão da estruturação da política em setores extremamente rígidos e corporativistas, a política brasileira vem experimentando bons exemplos de ações envolvendo diversas pastas ministeriais, assim como políticas de integração de gestão e financiamento entre os entes administrativos.

Oliveira; Martins; Silva (2014) apresentam alguns desses exemplos enquanto analisam um no próprio Ministério da Cultura, a implementação da Secretaria de Economia Criativa. Visto os recursos de capital e de barganha política limitados da pasta, a integração com outras torna-se um meandro para atingir com maior êxito os objetivos propostos pela Secretaria.

Na análise do Estado brasileiro, visto a centralidade do recurso na união e as inúmeras obrigações que engessam os limitados gastos municipais, sobretudo em pequenos municípios interioranos, uma política gerida e financiada pelo governo federal, com participação desde a construção, passando pela deliberação e ocorrendo na escala local/regional – município ou grupos de municípios – parece-



nos uma possibilidade que cria condições monetárias, técnicas e de valorização da cultura onde ela definitivamente ocorre, no local, na região.

Outra possibilidade advinda da experiência de realização da pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul” foi percebida como fundamento para uma futura ampliação e amadurecimento do método empregado, assim como viria a fundamentar inúmeras outras conclusões, entre estas as brevemente citadas neste capítulo.

Quando mencionamos a pertinência de uma análise regional que não se limita às fronteiras da própria região temos claro que a etapa densa de pesquisa, sistematização e discussão dos dados de gastos e deslocamento territoriais ficaram restritos à Região das Missões do Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa foi o de analisar propriamente esse território e, sobretudo, propor um método de análise das cadeias do setor cultural a partir dos gastos municipais, assim, não houve pretensão de ampliar a escala.

Entretanto, notou-se durante o processo de pesquisa o quão importante poderia tornar-se uma análise na escala estadual. Ao sistematizar os dados de deslocamento territorial dos gastos iria-se partir de uma região – o Estado – mais ampla e com função administrativa histórica, trazendo uma base inicial de maior propriedade que se soma ao fato dos dados utilizados serem de origem de Tribunais de Conta dos Estados.

A possibilidade de uma análise estadual traria diversas hipóteses a serem trabalhadas, como por exemplo: análise inter-regional do setor cultural; cadeias estaduais de produção cultural; polos estaduais; traçar um perfil dos segmentos culturais fomentados.

Pontualmente, destacamos três possibilidades que poderiam ser fundamentadas com uma pesquisa desta envergadura: a) realizar uma crítica das regionalizações de cultura utilizadas para organização e aplicação de recursos públicos no setor; b) proposição de uma regionalização baseada nas cadeias de deslocamento territorial dos gastos municipais em cultura; e c) contribuir para ampliação necessária do debate contemporâneo de análise regional brasileiro a partir do segmento cultural.

Inúmeras são as propostas que advêm do amadurecimento do método aplicado pela pesquisa, em especial somando a questão territorial. Sua ampliação não requer apenas replicação em escalas maiores ou outros territórios. Há necessidade de sanar pequenas lacunas, facilitar a sistematização dos dados e refinar sua apresentação. Contudo, densas conclusões já foram traçadas e diversos outros problemas de pesquisa foram trazidos – fato costumeiro em estudos de tal envergadura.



Conclusões

Considerações ricas foram possibilitadas com a realização da pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul” no decorrer de 2014. Provavelmente um dos produtos mais originais trazidos foi o método de análise regional a partir dos deslocamentos territoriais dos gastos públicos em cultura. Somente esse exercício propôs reflexões que extrapolaram os objetivos da pesquisa supracitada.

Diante disso, objetivou-se aqui apontar algumas discussões teóricas e práticas subjacentes durante a pesquisa por fugirem do tema central, contudo não menos importantes. Absorvidas também como produtos de uma pesquisa de tal envergadura, as perguntas que surgem merecem novos olhares, ampliação e refinamento dos métodos utilizados para atingir outras conclusões.

Os apontamentos aqui trazidos são apenas iniciais. Obviamente carecem de maior aprofundamento e mesmo da ampliação da pesquisa apresentada na parte primeira deste livro. Da mesma forma, tantas outras questões surgiram baseadas em diferentes etapas do estudo.

Considerando o deslocamento territorial dos gastos públicos no setor cultural, podemos propor contribuições teóricas e práticas uma vez ampliada a escala de análise. Tão importante quanto, a metodologia mostrou-se pertinente para além do setor cultural. Trazendo outra leitura teórica, pode-se ajustar a metodologia e realizar estudos similares em outros segmentos territoriais, ou mesmo sem qualquer corte setorial.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos. Construção social no ambiente construído e suas escalas espaciais: apontamentos para uma teorização sobre ações e decisões de sujeitos concretos. In: FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafios para America Latina*. Buenos Aires/Madrid, Miño e Dávila Editores, 2010.
- LEITÃO, Cláudia. *Cultura e municipalização*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.
- OLIVEIRA, Victor da Silva; MARTINS, Tiago Costa; SILVA, Marcela Guimarães e. *Análise territorial da Política de Economia Criativa: repercussões sobre o desenvolvimento*. In. IV COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, Crato, 2014. Anais... Crato: Universidade Regional do Cariri, 2014
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.



RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: UFBA, 2008.



A CIDADANIA CULTURAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DA CULTURA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Evandro Ricardo Guindani

Joel Felipe Guindani

Introdução

O presente texto é fruto da interpretação de alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida pelo professor Dr. Tiago Martins e sua equipe, que nos permitem refletir sobre a cultura desde a perspectiva da cidadania, bem como sobre a própria cidadania cultural desde o campo da economia da cultura ativada no território missioneiro. Esta reflexão já é possível desde as primeiras páginas do relatório, as quais evidenciam que a noção de cultura está crescentemente atravessada por distintas formas de regulação econômica estatal e mercadológica, tornando-se indispensável pensar a própria noção de cidadania cultural concomitante às “preferências alocativas”, ou seja, dos recursos financeiros públicos e dos serviços privados (MARTINS, 2015, p. 33).

Importante destacar que uma pesquisa sempre nos possibilita empreender novos olhares, discussões teóricas e projetar outras reflexões acerca de um marco conceitual comum. Por isso, o texto que segue se propõe ao debate teórico sobre a própria noção de cultura, consumo cultural e, sobretudo, a cultura enquanto direito e que reclama por questões diretamente relacionadas à economia da cultura. Busca-se ao longo deste artigo ponderar algumas questões em torno de uma pergunta geral: o gasto/investimento de recursos públicos municipais (preferências alocativas) destinados à cultura contempla a diversidade cultural (vide Escopo Criativo do Ministério da Cultura)?

A construção do texto se efetiva no diálogo entre autores/conceitos e alguns resultados da pesquisa de Martins (2015) e se estrutura do seguinte modo: identificação do conceito de cultura na perspectiva do consumo (CANCLINI, 2001) e, posteriormente, com a noção cultura enquanto recurso (YÚDICE, 2006) relacionado à construção de políticas públicas (GONH, 2005).

De modo geral, a pesquisa coordenada por Martins (2015) permitiu-nos concluir que as instâncias estatal e mercadológica são fortes agentes reguladores e concessionares da cultura e, portanto, construtores da cidadania cultural. Neste cenário, a gestão estatal tem forte tendência a fazer da cultura uma prática clientelista, corporativa ou de negócio, através do mercado do entretenimento e do espetáculo, que geralmente atende aos reclames de grupos e mercados culturais mais consolidados – na maioria das vezes lideradas por forças tradicionais, as quais representam um específico



segmento cultural. Por outro lado, também ficou visível que a gestão estatal e a consequente atuação mercadológica conflita-se com as demandas e reivindicações das minorias culturais, aflorando, assim, um processo que oportuniza a geração de processos sociais e de políticas públicas interligadas às complexas formas, redes e conexões econômicas possíveis, é claro, desde o território missioneiro.

A cultura se afirma como um bem de consumo

Para compreendermos a cultura desde a economia é preciso atenção à centralidade que as formas de consumo assumem contemporaneamente. Ou seja, o consumo tem-se tornado a orientação singular das práticas sociais desde a chegada do capitalismo flexível (HARVEY, 1989).¹ Portanto, elencam-se, adiante, alguns elementos que nos ajudam a compreender a cultura enquanto bem de consumo, para então situarmos o consumo cultural no campo da cidadania, ou seja, na esfera dos direitos, evidenciando neste processo a participação do Estado e do mercado.

Na medida em que a reivindicação e o acesso aos direitos foram se afastando da esfera pública, o campo do consumo de bens e de serviços foi se adequando como um campo de cidadania. Como destaca Canclini (2001, p. 37)

[...] homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – onde pertencço e que direitos adquireo, como posso me informar, quem representa meus interesses – são respondidas mais pelo consumo privado de bens e de meios massivos do que pelas regras abstratas da democracia ou através da participação coletiva em espaços públicos.

O consumo tem se tornado referência àquilo que nos identifica e que nos distingue, tornando-se, assim, um campo de pertencimento e de distinção social (CANCLINI, 2001). Isto tem causado amplas transformações nas culturas, sobretudo as locais, onde o exercício da cidadania correspondia a práticas de solidariedade dinamizadas em ambientes associativos, comunitários, etc.. Os consumidores, destaca Portilho (2005, p. 164), “são os principais atores da mudança social”, demandando, assim, novos tipos de produtos ou de serviços adequados a um estilo de vida menos politizado (LIPOVETSKY, 2011).

No mesmo âmbito, a produção e o consumo cultural são orientados pela homogeneidade dos bens de consumo fartamente introduzidos pelos mercados

¹ Capitalismo flexível corresponde ao novo curso da propriedade dos meios de produção, que se encontram dispersos ou parcialmente separados de um domínio puramente industrial, manufaturista ou operário. Este capitalismo flexível também corresponde a setores sociais compreendidos em empresas de prestação de serviços, mais localizadas e que atribuem ao Estado (município) uma função necessária, de parceria, portanto, positiva (HARVEY, 1989).



transnacionais e as culturas nacionais tornam-se “sistemas razoáveis para preservar, dentro da homogeneidade industrial, certas diferenças e certos pertencimentos territoriais” (CANCLINI, 2001, p. 15).

Desta reflexão teórica é possível identificar - desde a pesquisa elaborada por Martins (2015) – a relação entre cultura e consumo a partir dos diversos arranjos econômicos já estabelecidos na região missioneira, sobretudo nos serviços de espetáculo, bem como nas demais ações concomitantes, desde a contratação de sonorização, palco, propaganda, estrutura, cenário, vestuário, alimentação, etc.. Percebemos na referida pesquisa, que estes arranjos econômicos são constituídos por uma rede complexa de elos “nucleares, relacionados e de apoio”, que demonstra ser a cultura um campo de consumo complexo dependente de uma estrutura de oferta igualmente complexa.

Nesse sentido, esta diversidade do consumo cultural – que depende de mercados estrangeiros, como também dos arranjos econômicos locais -, assume lugar de destaque na caracterização cultural do século XXI, orientando, assim, não apenas o consumo individual – resultado final de um processo -, mas a própria esfera pública reguladora e proponente e executora de políticas públicas culturais.

Não podemos desconsiderar que esta relação entre cultura e consumo estabelecida na esfera estado/mercado é permeada por contradições, pois “as decisões políticas e econômicas se tomam seguindo as seduções imediatistas do consumo, o livre comércio sem memória dos seus horrores” (CANCLINI, 2001, p. 17), sobretudo das desigualdades sociais, decorrentes das ações de empresas que atuam a partir da exploração da mão de obra, indiferente às decisões tomadas nas esferas públicas e comunitárias. Por esse caminho, os bens de consumo culturais ofertados em uma dada região não deixam de ser instâncias intangíveis, superiores e, portanto, inalcançáveis a muitos públicos consumidores. Assim, até mesmo o consumo (possivelmente a parte final do processo cultural) alçado na dimensão da cultura constitui um paradoxo. Ou seja, ao passo que os bens – aparentemente acessíveis – são consumidos para satisfazer demandas, eles também se apresentam enigmáticos e instáveis, pois pertencem a instâncias globais cada vez mais descentralizadas.

Esta questão é visível nos dados revelados pela pesquisa de Martins (2014), no que tange à transferência de recursos de um dado município a empresas prestadoras de serviços situadas em outras regiões. Percebe-se que a inexistência de exportação ou importação da cultura de um dado contexto pode indicar um processo de centralização cultural e por outro lado de não abertura para outras realidades culturais.

Como relata a referida pesquisa, o exemplo é o município de São Borja, que de acordo com Martins (2015), não procura e não oferece serviços culturais aos demais municípios missioneiros. Uma questão que instiga novas investigações é saber se



nestes territórios onde há um menor índice de importação e exportação cultural há indícios de uma autossuficiência produtiva, tanto em infraestrutura como no próprio campo da produção e do conteúdo cultural. Esta questão encontra uma possível resposta quando se observa a prestação de serviços culturais em São Borja por municípios como Santa Maria, Pelotas e Porto Alegre.

Neste caso, a contratação de empresas de fora da região missioneira pode ser um indício de não identificação e mesmo parceria entre os municípios missioneiros. Em São Borja o fluxo do consumo cultural é alimentado por empresas prestadoras de serviços, bem como de possíveis artistas/sujeitos culturais oriundos de contextos sociais não missioneiros.

Com este apontamento, não se pretende defender um status de blindagem da região missioneira de outras regiões, mas de realçar a importância de um consumo e do próprio desenvolvimento regional cultural, através da valorização e investimento em instituições e sujeitos que de fato convivem e sobrevivem na região missioneira. Vale enfatizar que neste caso analisado evidencia-se um maior investimento em empresas estrangeiras às Missões para a realização de artes do espetáculo. Ou seja, a grande maioria dos investimentos vai para artistas e empresas não missioneiras que, possivelmente – pois este aspecto não foi o foco da pesquisa de Martins (2015) -, não possibilitam enlaces do consumo cultural local com a diversidade de manifestações artísticas locais.

Neste ponto, a questão da cidadania cultural fica fragilizada, pois ela também prescinde de processos de participação social a partir de uma identidade comum, firmada no consumo, que possibilita a partilha dos bens simbólicos e materiais de seu próprio contexto social, no caso, o missioneiro.

Percebe-se que a cultura como elemento de oferta e demanda/consumo também ativa um campo de regulações, pois a cultura enquanto invenção para o consumo reclama por instâncias não apenas produtivas, mas política e legislativa, que assegure certa equidade no que tange à sua aquisição, distribuição e visibilidade. Assim, a cultura alçada ao status do consumo apresenta-se como direito e não apenas como prática irracional, individual ou isolado, principalmente quando ela passa a ser um objeto de investimento público, ou seja: o resultado da junção de esforços financeiros e políticos, subsidiados pela contribuição fiscal de todos os indivíduos-cidadãos.

Essa reflexão nos conduz ao entendimento de que o sujeito – supostamente um irracional consumidor – também participa das instâncias produtivas e reguladoras da cultura. Isto, se a nossa visada conceitual da cultura não for ortodoxa, mas plural, que compreende as manifestações sociais simbólicas enquanto produção material e, portanto, multicultural. Essa reflexão se alia a uma perspectiva mais abrangente e ao mesmo tempo mais local, quer dizer, que compreende a cultura de modo amplo (complexo) e local (especificidades). Nessa perspectiva, o consumo cultural faz da



própria cultura um recurso. Recurso não em si, mas que projeta e interfere em outras estruturas sociais, simbólicas e econômicas.

A cultura como recurso

Perceber a cultura como recurso é outra importante reflexão despertada pela pesquisa de Martins (2015). Sua pesquisa não objetivou discutir a cultura enquanto recurso relacionada em outras áreas sociais, políticas, educativas, dentre outras, mas nos oferece importantes sinais de que a cultura é sim um recurso e não apenas um campo fechado em si, ou seja, a cultura quando acionada – ou na medida em que recebe investimentos – torna-se um possível instrumento para a solução de problemas oriundos de outras esferas, bem como pode gerar o empoderamento de grupos sociais mediante os seus mais diversos desafios:

A cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania (sic) e do surgimento daquilo que Rifkin (2000) chamou de capitalismo cultural. (YÚDICE, 2006, p. 25).

Por outro lado, o novo protagonismo que a cultura assume - devido os novos desenhos do capitalismo contemporâneo -, também se deve às reconfigurações dos modos de produção e de consumo de bens simbólicos, como, por exemplo, as músicas produzidas por sujeitos situados nas periferias de uma cidade e consumidas por outros sujeitos nos grandes centros urbanos.

Consideram-se nessa reflexão, a sujeição de grupos, coletivos e produtores culturais ao imperativo comercial das grandes “empresas da cultura” (CANCLINI, 2001). A cultura, enquanto produção subjetiva e também social é submetida, cada vez mais, às lógicas da oferta e da demanda, reforçando, assim, seus aspectos utilitarista, instrumental, massivo-espetacular e lucrativo. De acordo com Yúdice (2006, p. 27)

[...] hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais (sic), ora para estimular o crescimento econômico.

No presente capitalismo, a produção cultural organizada - fomentada e distribuída de modo cada vez mais profissional -, é uma forma de manter este próprio capitalismo através do controle da intervenção estatal. Ou seja



[...] uma vez que todos os atores da esfera cultural se prendem a essa estratégia, a cultura não é mais experimentada, valorizada ou compreendida como transcendente. (YÚDICE, 2006, p. 28).

Esta reflexão é possível de ser identificada em alguns achados da pesquisa de Martins (2014), que nos revela com propriedade a concentração de investimentos em uma única esfera cultural: o espetáculo. Quer dizer, outro dado interessante desta pesquisa é o demonstrativo do alto valor gasto pelos municípios missioneiros em artes do espetáculo (84,59%) em detrimento de outras categorias ou áreas culturais, como audiovisual, livro e literatura (8,01%).

Percebe-se que a cultura enquanto potencial recurso à diversidade, ou à participação em outras esferas sociais torna-se objetivada a um dado espaço de ação: o espetacular. Antes de sintetizar ou mesmo radicalizar o conceito de espetáculo como nos possibilita Debord (1997)², as artes do espetáculo também categorizam manifestações artísticas, como *shows* musicais, eventos festivos e comemorativos. Porém, o alto percentual financeiro (84,59%) dispendido nesta categoria deflagra a concentração de investimento em uma única manifestação, o que, possivelmente, limita o campo recursivo da cultura, no que diz respeito à possibilidade de ampliar suas formas de intervenção (YÚDICE, 2006).

A visibilidade da cultura através do espetáculo nos possibilita perceber que a região missioneira concentra os investimentos no campo da “apresentação cultural” (CANCLINI, 2001) e, portanto, o dispêndio em ações que poderiam fomentar os aspectos recursivos da cultural - como o pedagógico e mobilizatório de uma maior parcela dos cidadãos -, ficam fragilizados. Este aspecto também é revelado por Martins (2014) através dos dados referente à cadeia produtiva local. Santo Ângelo se torna o maior município provedor de serviços à cultura. Ou seja, o município de Santo Ângelo ativa um movimento de exportação da infraestrutura cultural aos demais municípios, o que reforça o caráter mercadológico ou de transferência de serviços culturais.

Isto nos provoca pensar a questão inicial deste artigo, que indica ser a diversidade cultural (bem como a valorização dos agentes locais) um indispensável fator à construção da cidadania cultural. Neste aspecto, a pesquisa de Martins (2015) direciona o nosso olhar ao lugar/participação das associações, comunidades, bairros e periferias locais. Na grande maioria esses sujeitos culturais também se configuram como potenciais fornecedores da cultura; que ativam formas de serviço e de renda a partir da própria cultura e que reforça a questão da própria construção da cidadania:

Ser cidadão não tem que ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparatos estatais de um território, se não também com as práticas

² O espetáculo segundo Guy Debord é o estágio simbólico contemporâneo, onde “aquilo que era vivido diretamente tornou-se representação” (1997, p. 13), ou seja, simulação e encenação. A cultura torna-se objeto total do capitalismo. Este, por sua vez toma a cultura como elemento ideológico de dominação.



sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e fazem sentir diferentes aqueles que possuem uma mesma língua, semelhantes formas de se organizar e de satisfazer suas necessidades (CANCLINI, 2001, p. 19).

A valorização - através do investimento financeiro público -, faria desses grupos novos cidadãos, bem como novos parceiros econômicos nesse processo de produção cultural mais localizado e diverso. Como vimos, este montante de recurso direcionado ao espetáculo, que é produzido por empresas de outros contextos culturais, poderia contemplar esses sujeitos locais, não apenas para a contratação de serviços, mas para a própria qualificação, já que o argumento geralmente usado pelos legisladores é o argumento de que não há mão de obra qualificada.

Esse necessário redirecionamento fiscal à diversidade cultural traria ganhos significativos, pois o investimento na cultura – sobretudo na cultura local “produz os padrões da confiança, da cooperação, e da interação social que resultam numa economia mais vigorosa, mais democrática” (PUTNAM, 1993, *apud*, YÚDICE, 2006, p. 32).

A cultura enquanto política pública

Ao findar dessa reflexão sobre a cultura enquanto bem de consumo (CANCLINI, 2001) e elemento recursivo (YÚDICE, 2006), a pesquisa de Martins (2015) nos possibilita ampliar o debate da cidadania cultural para o campo das políticas públicas (GONH, 2005).

No bojo desse cenário político, a cultura acena como elemento não menos importante e até mesmo central no direcionamento de soluções referentes à tão clamada justiça social.

[...] as políticas culturais de um país ou de uma instituição são importantes: elas podem determinar mudanças de rumos no significado das práticas sociais. Indivíduos articulados em entidades associativas, constituídos como sujeitos coletivos, com força sociopolítica organizativa, podem definir novos significados às políticas culturais. (GOHN, 2005, p. 22).

De acordo com a referida autora, o direito à cultural - decorrente da implementação de políticas públicas – deve ser pensado num contexto de economia da cultura, ou seja “o componente cultural simbólico se manifesta também em práticas efetivas [...]. Não são representações imaginárias” (GOHN, 2005, p. 17), mas oriundas de um projeto político estruturado pela lógica econômica. Nesse sentido, pensar a cultura a partir das políticas públicas é estar atento aos rumos dos investimentos financeiros



públicos e privados: “Na conjuntura econômica do mundo globalizado, uma das disputas centrais entre os grupos é a que ocorre pelo acesso e utilização dos fundos públicos” (GOHN, 2005, p. 17). Por este caminho, o rumo dos investimentos ou não investimentos em cultura tem incidência imediata não apenas sobre o aspecto quantitativo da cultura, mas também qualitativos, sobretudo no que tange à diversidade cultural.

Com respeito a este ponto, a pesquisa de Martins identifica um cenário preocupante. A grande maioria dos municípios missioneira revela queda dos investimentos em cultura (entre os anos 2011 a 2013). Conforme a referida pesquisa dos 25 municípios analisados, 15 diminuiram seus investimentos em cultura. Isso demonstra que a região possui uma “discrepância entre oferta e presença da dimensão simbólica da cultura e o real investimento financeiro-material” (MARTINS, 2015, p. 81).

Outro gasto evidente é o alto percentual de investimento em pessoa física, o que de acordo com Martins (2014) representa parte do investimento público em folha de pagamentos a funcionários que atuam nas respectivas secretarias municipais. Não coube à referida pesquisa questionar a função desses profissionais ou mesmo as ações decorrentes, no entanto nos possibilita reabrir a questão comumente chamada de gasto/investimento em funcionalismo público.

Neste ponto, a construção de políticas públicas culturais também é contemplada, já que a atuação de profissionais públicos se torna necessária. No entanto, reforço o questionamento: este alto gasto em/de manutenção do funcionalismo público tem gerado, igualmente, o aumento de ações, projetos e iniciativas que contemplam a diversidade cultural? Pois, segundo Gonh (2005, p. 17) “um projeto político é democrático quando não se reduz a um conjunto de interesses particulares de um grupo, organização política ou movimento”.

Nessa perspectiva, é importante pensar a cidadania cultural enquanto política pública derivada de um plano econômico diversificado, que atenda às demandas dos mais diversos agentes e produtores culturais. Caso contrário, a gestão estatal tem forte tendência a fazer da cultura uma prática unilateral e mesmo clientelista, corporativa ou de negócio, através do mercado do entretenimento e do espetáculo, que, geralmente, atende aos reclames de grupos mercados culturais mais específicos – na sua maioria das vezes lideradas por forças tradicionais, as quais representam um certo viés ou tipo de cultura.

Em contrapartida, a gestão estatal da cultura mesmo que mercadológica não é hegemônica, pois conflita-se com as demandas e reivindicações das minorias culturais, aflorando, assim, um processo que oportuniza a geração de processos sociais e de políticas públicas interligados às complexas formas, redes e conexões possíveis.



Considerações finais

De modo sintético, a pesquisa de Martins (2015) nos leva a deduzir que o Estado é um forte regulador e conessor dos recursos à cultura e que a região missioneira se apresenta como um potencial contexto econômico-cultural, com vistas à diversidade. Por este caminho, é importante que as políticas públicas culturais compreendam mais investimentos econômicos na profissionalização de novos produtores e agentes culturais.

Trata-se de uma tendência das políticas públicas não virem a ceder tanto espaço ao campo do espetáculo, mas à profissionalização da cultura pelo viés formativo, pedagógico, que permita, assim, novas formas de incentivo e de oportunidades aos futuros e atuais protagonistas da cultura missioneira.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GOHN, Maria da Gloria. Cidadania e direitos culturais. *Revista Katálisis*, Florianópolis-SC, v. 08, n. 01 jan/jun. 2005. , p. 15-23.
- HARVEY, David. *A condição da pós-modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo*. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- MARTINS, Tiago Costa. (Coord.). *Relatório final de pesquisa: a alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a “Rota Missões” no Rio Grande do Sul*. São Borja, RS: CNPq/MinC., 2015. 106p.
- PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG , 2006.



O QUE UM PATRIMÔNIO TEM PARA NOS CONTAR?

Danilo Pedro Jovino

Marconi Severo

Ronaldo Bernardino Colvero

Para iniciar nosso estudo, se faz importante destacar que o patrimônio, seja ele material ou imaterial, pode ser interpretado de diversas formas, uma delas pode ser como um veículo de democratização da cultura. Esse processo se dá por meio do contexto ao qual este está inserido, sendo algumas caracterizações chaves nesse processo, a destacar a identidade de uma determinada manifestação cultural, a memória de eventos, fatos, personalidades, expressões populares, etc., todas representadas por meio do patrimônio. O caso presente com o estudo missioneiro não é diferente, sendo este um exemplo de democratização e consolidação de uma manifestação cultural por meio de um (ou mais) patrimônio.

Para que melhor nos situemos em relação à questão patrimonial e, considerando que geralmente o patrimônio está interligado com a noção de memória, é interessante considerarmos o “caráter social da construção da memória humana” (CARLAN, 2008, p. 82-83) como um bom meio de identificar comportamentos e identidades de um grupo social. Esse processo pode muito bem ser abordado pelo viés patrimonial, como pretende-se efetuar aqui, voltando, todavia, as atenções para o contexto missioneiro.

O patrimônio, pode-se dizer, está diretamente relacionado com outra palavra-chave, ou seja, a cultura. Sobre esta relação, a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, ao se referir ao Plano Nacional de Cultura, em seu artigo 215, § 3º incisos I e IV registra que: “I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro” e, no inciso “IV – democratização do acesso aos bens de cultura”. Nota-se que há um caráter legal sob a questão patrimonial e cultural neles envolvidos, conseqüentemente amparando os bens patrimoniais e culturais existentes no solo brasileiro. Possibilita-se, dessa forma, além de sua preservação o conseqüente acesso por parte dos cidadãos brasileiros aos bens nacionais.

Observa-se, assim, o quão importante é o papel desempenhado por um determinado patrimônio presente na sociedade, podendo o mesmo ser um importante recurso político usado para fomentar nacionalismos. Nesse sentido de identidade social e cultural refletida em um patrimônio, é interessante que, segundo Hall, o “discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro” (2003, p. 56).

No que diz respeito ao foco deste estudo, ou seja, o aspecto patrimonial-



missioneiro, podemos afirmar que as construções (e demais benfeitorias missionárias) nos permitem apreciar um cenário do que fora esta época, tão presente em alguns locais, contudo um pouco esquecido ou mesmo omitido em outros, se comparado com focos mais intensos de exploração e divulgação deste aspecto por órgão públicos e/ou privados. As benfeitorias remanescentes desse período, como atestam algumas municipalidades da região missioneira do Rio Grande do Sul, podem ser avaliadas como detentoras de uma singularidade única na América do Sul, uma vez que “as reduções foram assentamentos do tipo urbano, onde conviviam dois padres e até seis mil índios” (CUSTODIO, 2007, p. 67).

A reflexão efetuada a partir da obra de Martins (2015) “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul” nos permite efetuar uma análise relacionada à promoção cultural e artística presentes neste local. Parte-se do pressuposto que a fundação dos Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul tornou-se, ao longo do tempo, um atrativo turístico e cultural com uma produção de “identidade cultural” dentro do seu território. Nossa intenção é construir uma narrativa ressaltando a importância desta pesquisa para o desenvolvimento regional das Missões.

A promoção da cultura missioneira, por assim dizer, cabe ao processo de formação das políticas culturais presentes nos municípios que compõem a região considerada como missioneira. Tais municípios não são uniformes no que diz respeito à aplicação de recursos visando desenvolver e abordar as políticas culturais, pois encontram-se, em alguns locais, variações quanto ao montante destinado para financiar políticas e programas artístico-culturais.

Este trabalho tem por finalidade fazer uma breve retrospectiva da construção histórico-cultural da região missioneira do Rio Grande do Sul, mais especificamente da “Rota das Missões”, onde se estabeleceram os Sete Povos das Missões, conjuntamente com uma análise atual das políticas culturais e incentivos presentes nos municípios que fazem parte atualmente desta região. Assim, pode-se entender um pouco mais do contexto atual que existe nas cidades e suas fomentações artístico-culturais.

A estrutura organizacional e produtiva de uma redução jesuítica torna-se um dos motores motivacionais da produção artística; os padres, por exemplo, ensinavam a música, artes e a dança aos reduzidos, que tinham uma grande facilidade em aprender e transmitir conhecimento. Cada cidade da região tinha suas particularidades, por exemplo, em São Luiz Gonzaga, os sacerdotes evangelizavam os índios através do ensino de espanhol, latim e o guarani, e ainda eram ministradas aulas de artes e ofícios, música, dança e teatro. Já em São Francisco de Borja é possível mencionar a prática cultural da arte de pintura de quadros.

A Guerra Guaranítica (1754-1756), em decorrência do Tratado de Madri (1750),



marcou profundamente a divisão das terras portuguesas e espanholas, deixando estabelecidas que as terras da Colônia de Sacramento fariam parte das possessões espanholas e o território missioneiro passaria a ser domínio de Portugal. A revolta iniciou pela não aceitação do povo missioneiro do acordo estabelecido entre Portugal e Espanha, resultando na expulsão jesuítica e a dispersão dos indígenas pelas reduções.

Pode-se dizer que esta foi uma guerra desigual entre as Coroas, jesuítas e indígenas, pois os exércitos ibéricos lutaram contra os índios fazendo uso de armamentos que os missioneiros não dispunham. A partir da expulsão dos índios das reduções jesuíticas começaram a migrar as primeiras famílias de europeus para a ocupação do território da região. Assim, a Coroa de Portugal com a finalidade de repovoar as Missões, trouxe mais de quinhentos casais oriundos das ilhas atlânticas, principalmente das ilhas dos Açores e da Madeira, prometendo-lhes terras, ferramentas, sementes, etc. Para cada casal houve a promessa de 272 hectares de terra.

Dessa forma, deu-se o início a novos povoados nas Missões, começando com vilarejos que, mais tarde, se transformariam em cidades, como Rio Pardo, Aldeia dos Anjos (hoje, Gravataí), Aldeia de São Nicolau (atual Cachoeira do Sul) e Fazenda Real (Mostardas – entre São Simão e Palmares). Os índios tiveram um papel fundamental no processo de memória da cultura missioneira, pois resistiram ao modelo colonizador preservando ensinamentos jesuíticos e a própria língua guaranítica. Conservaram, assim, a arte de um período, não deixando que a ação do tempo, da natureza e do homem se perdessem.

A grande diversidade é algo latente na cultura missioneira, assim se estabelecem três grandes nichos, ou tipos característicos de cada região, formando uma identidade cultural, que são, de acordo com (PINTO, 2011): a identidade missioneira-pampeana; a identidade missioneira-reducional e a identidade missioneira-europeia. A primeira concentra-se numa área que pertence à região fronteira com a Argentina, por meio do Rio Uruguai, assim a sua população possui algumas identidades como a missioneira, a ribeirinha, a fronteira e a gaúcha.

A segunda abrange a região com a maior preservação de patrimônio material reducional missioneiro, em que se concentram quatro sítios arqueológicos: São Miguel Arcanjo; São João Batista; São Lourenço; e São Nicolau (além da proximidade de Santo Ângelo). A terceira e última identidade, possui origem a partir da diversidade étnica dos imigrantes europeus que se afixaram na região e deram continuidade a práticas culturais e agrícolas (pequena produção e trabalho em família) de seus países de origem.

Dessa forma, os povos missioneiros possuem um grande legado cultural, facilmente observado pela religião, arquitetura, música, literatura, arte, manejo com o



gado nas estâncias, cultivo de algodão, de cereais e de outras culturas implementadas para manter as reduções, contribuindo fortemente com os povos que permaneceram ou chegaram após a saída dos missioneiros. Com o fim da Guerra Guaranítica, grande parte desse patrimônio foi saqueado por maloqueiros e bandoleiros, ou foi queimada (CAMARGO, 2001) e destruída pelos próprios índios, apenas as igrejas foram preservadas, mas por pouco tempo. Algumas logo foram abandonadas vindo a ruir e, outras, destruídas posteriormente por guerras. Por isso, a herança dessa arte foi e é encontrada nas residências das famílias da região, como as estátuas dos santos missioneiros, por exemplo.

As igrejas jesuíticas que foram os locais onde se preservou por mais tempo a cultura missioneira, atualmente estão em ruínas, pois foram alvo de degradação do tempo e dos homens, tanto que de algumas restam apenas resquícios das edificações. A igreja mais conservada encontra-se no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, outras como a de São Lourenço foi descartada e hoje está tomada pela vegetação; e a de São João Batista foi queimada e desativada em 1814. Já a igreja de São Luiz Gonzaga desmoronou em 1857, ficando abandonada e depois apropriada pelos novos habitantes. A de Santo Ângelo, numa tentativa de reelaboração no ano de 1856, desabou e por isso foi construída uma nova igreja. Em São Nicolau nada mais resta da igreja do período. A igreja do município de São Borja foi destruída e reconstruída mais de uma vez até termos a atual com uma construção de estilo moderno.

Restam desse período ruínas de algumas igrejas, e o que o povo Guaranimissioneiro deixou como lembranças transmitidas por meio da história oral, ou por alguns livros de história escritos a partir das documentações deixadas pelos caciques Guarani, pelos jesuítas ou ainda pelos funcionários da coroa espanhola. Estes documentos encontram-se no “Archivo General de La Nación” em Buenos Aires ou em algumas coleções já transcritas no arquivo do Centro de Cultura Misioneira em Santo Ângelo. Muitas vezes transformadas em lendas que cresceram pelas cidades. Embora os grupos Guarani não tenham sido totalmente extintos, em grande medida foram negligenciados pela história, assim como o seu legado do período reducional.

Dessa forma, a atual Região das Missões, contando com a pouca presença étnica do povo Guarani (missioneiro), uma vez que “o aspecto missioneiro, enquanto um elemento histórico e cultural da região, está presente no imaginário coletivo e social da comunidade” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 52), é manifestado através de atividades culturais, religiosas e sociais da população local, carregadas de interpretações que atribuem a estes elementos históricos e culturais conotações atentas a vários interesses sociais. Dito de outra forma, recursivamente utilizada no contexto político e econômico.

Sobre esta temática, é importante ressaltar o que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, responsável



por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira, referindo-se a patrimônio imaterial, reconhece e descreve como:

O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. (IPHAN, 2015).

A relação existente entre o patrimônio e espaços ou lugares de memória está condicionada diretamente à ideia de recuperação e preservação dos mesmos, presente, por exemplo, no caso em estudo. Nesse sentido, referindo-se ainda ao patrimônio imaterial, temos a noção anteriormente citada de outro fator de fundamental importância, o da identidade. Stuart Hall (2003, p. 38) ao se referir à formação de identidade, observou que ela “é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”, e acrescenta que “ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada”.

Considera-se que o patrimônio material

é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2015).

Nesse sentido, a Região das Missões se faz presente também por meio da economia criativa como uma forma, ainda que pouco expressiva, nos moldes de diversificação da indústria nuclear. Essa baixa diversidade se deve ao encontro da capacidade econômica que permeia a produção criativa e cultural na Região das Missões. Todavia, não se pode dizer que a região possui um mercado consolidado na economia das trocas simbólicas. Dessa forma, as prefeituras estão associadas com a configuração das suas secretarias municipais do setor, a fim de se ter uma cultura mais consolidada na região. Essas secretarias são responsáveis pela manutenção e configuração de determinados equipamentos culturais. Nesse sentido, ao se perceber um museu, enquanto espaço físico, é preciso visualizar a instituição responsável pela sua existência ou manutenção.



Nos municípios estudados percebemos um direcionamento para práticas culturais no campo das artes de espetáculo. Grande parte das instituições dão prioridade para atividades de dança, música, festivais e festividades. No entanto, a despeito do posicionamento quantitativo dessas instituições, também é oportuno mencionar a importância qualitativa na configuração da produção cultural local e regional. Outro fator que influencia neste procedimento são as constantes trocas de administrações municipais, “há uma significativa queda nas despesas em cultura realizadas no percurso dos três anos. Em percentuais percebe-se que em 2011 as despesas em cultura correspondiam a 0,72%, mas em 2013 esse valor foi reduzido para 0,51%” (MARTINS, 2015, p. 79).

A aplicação desses recursos bem como a prioridade das categorias culturais variam conforme a localidade. Em determinadas municipalidades pode-se perceber um maior fomento da produção cultural voltada para a música, assim como em outras para a produção de artesanato, variando de região para região. “Assim, o dispêndio de recursos em cultura vai expressar as preferências alocativas da administração pública, estabelecendo ligações diretas entre a demanda pública e a oferta privada de bens e serviços” (MARTINS, 2015, p. 83). Consequentemente, esse incentivo acaba por colocar em evidência qual das manifestações culturais que recebe os maiores investimentos públicos, tornando assim, algumas manifestações predominantes perante outras, conforme a atenção e os recursos despendidos.

As manifestações dos indivíduos em torno do aspecto missionário é tida como produtora de cultura, identificada, neste caso, como cultura missionária, a exemplificar pela própria música típica. A expressividade do campo das artes de espetáculo (dança, música, teatro) é um bom indicador do tipo de manifestação cultural apoiada pelos municípios da região e que recebem maior prioridade em forma de investimentos culturais. Esta atuação política reflete-se diretamente no potencial turístico de um ou mais municípios, promovendo a consequente divulgação cultural e atração de investimentos.

Referente ao que consideramos como democratização da cultura por meio do estudo patrimonial, este processo de educação deve estar constantemente presente em uma determinada comunidade, como por exemplo, na região foco de nossa análise, contribuindo para um melhor reconhecimento e interpretação de sua própria importância e significado para com a municipalidade. Segundo Fratini:

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural. (FRATINI, 2009, p. 3).



Há um ganho regional resultante dessa interação entre diferentes prefeituras municipais, visando uma maior cooperatividade de recursos e promoções culturais, em que o maior beneficiário é a população local diretamente envolvida com a administração dessas políticas, sendo esta é uma excelente forma de atuação em conjunto de órgãos públicos e privados. Uma vez que existe um potencial turístico-cultural em determinada região, como é o caso desta análise, o que deve ser colocado em pauta é a administração desse potencial e como usufruí-lo de forma que seja proveitoso para o maior número de envolvidos. Não se trata aqui de um “modelo ideal”, mas sim de uma análise da realidade compreendida no que se chama de “Rota das Missões”.

Segundo Martins (2015, p. 86) “a análise por setores permite apontar que os gastos públicos em cultura na Região das Missões não têm capacidade densa de mobilização de empresas no segmento cultural”, ou seja, há uma relação de privado e público, contudo prevalece este último como maior incentivador e apoiador financeiro. Cabe salientar que o município de Santo Ângelo é o que mais recebe recursos destinados à promoção turístico/cultural, conseqüentemente um dos mais destacados quando se menciona em “Rota das Missões”.

Já o município de São Borja destaca-se por arrecadar e administrar os recursos financeiros mais voltados para o quesito de artes e espetáculos, diferente de outros locais, como por exemplo a já citada cidade de Santo Ângelo, que possui maior investimento em audiovisual e produção literária sobre os aspectos culturais presentes em ambas as regiões. No primeiro caso, os recursos provêm de locais mais distantes da região que compõe a “Rota das Missões”, até mesmo de outros locais do Rio Grande do Sul, enquanto em Santo Ângelo os recursos e políticas culturais são mais concentrados dentro desta área.

O recurso destinado à promoção cultural nos municípios pertencentes à “Rota das Missões” é por vezes insuficiente, se comparado com demais gastos públicos realizados em áreas semelhantes. Referente a este fator, a “análise empírica se deparou com um pífio montante de recursos financeiros destinados à cultura pelos municípios da região. Basta recordar que em 2013 o valor ficou em R\$3.237.421,37 e que deste, somente 26% estavam na cadeia produtiva da cultura (nuclear, relacionada e de apoio)” (MARTINS, 2015, p. 94).

Surge uma evidência decorrente desse processo, pois existem locais em que ocorre a chamada “concentração de recursos” destinados para a promoção cultural. De frente de um cenário como este não é de se surpreender que algumas localidades se sobreponham às demais ou, como de fato ocorre, se diversifica a forma como investir os recursos. Enquanto a promoção patrimonial demanda mais recursos, artesanato/música demanda menos recursos. Em ambos os casos o fomento deve estar presente para se garantir que a manifestação cultural da região, por menor que



aparente ser, tenha condições de se manter viva dentro da comunidade a qual está inserida.

Sobre essa perspectiva de investimentos na questão cultural, a análise de pesquisa contribui com um conceito chave, visando analisar a alocação e a importância de recursos e políticas culturais, ou seja, o que chamamos de cidade-polo. Seria esta cidade que receberia a maior concentração das políticas culturais e seus devidos recursos. Destacamos que os recursos levantados para este fim partiriam tanto do próprio município quanto de fontes externas. Em análises realizadas, verificou-se que em São Borja e São Luiz Gonzaga há uma grande concentração interna de recursos. A primeira cidade “demonstra não ter nenhum diálogo produtivo em bens e serviços culturais com os demais municípios da região, já que não teve nenhum percentual de recursos de outras prefeituras (e conseqüentemente nenhuma prefeitura demandante)” (MARTINS, 2015, p. 95)

Em contraponto, pode-se dizer que Santo Ângelo é considerado como o caso mais saliente na percepção de uma cidade-polo em termos regionais de bens e serviços na economia da cultura. Segundo Martins (2015, p.95) “a pífia concentração de recursos na cadeia produtiva da cultura estabelecida pela própria prefeitura da cidade é contraposta pelo percentual mais alto de recursos destinados de outras prefeituras da região (13,56%)”, fazendo dessa forma um contrabalanço de recursos em uma forma de atuação cooperativa entre as prefeituras componentes da “Rota das Missões”.

É importante salientar que as prefeituras envolvidas nesse processo não necessariamente procuraram bens e serviços apenas nas cidades da região. O deslocamento territorial dos gastos e as despesas em cultura transcenderam os limites das cidades, da mesorregião e, até mesmo, do Rio Grande do Sul. Isso demonstra a tamanha importância que representa a região e, com ela, todo o aparato cultural e artístico envolvendo um viés missionário.

A criação e permanência das reduções jesuítico-Guarani produziram uma cultura representativa no artesanato, na arquitetura, na escultura, na música, etc., que temporalmente percebeu-se, também, uma (re)apropriação desse passado já com rupturas no tempo, mas que recursivamente é reconhecido como um legado cultural proveniente das origens da povoação local, refletindo atualmente dessa forma. Desse processo de construção cultural, há de se destacar que é realizado em conjunto com a comunidade envolvida e órgãos oficiais, como prefeituras e demais esferas de atuação governamentais, além, claro, das ONGs e demais atores envolvidos nesse contexto cultural. Uma manifestação artística-cultural que integra de forma mais abrangente os itens anteriormente citados, pode ser observada através da música e dos músicos que se intitulam missionários. Tal combinação forma uma identificação artística com a região na qual está inserida.



Considerações finais

Conclui-se que o patrimônio pode ser interpretado como um processo de demonstração de uma determinada manifestação cultural, como neste caso, os variados processos e manifestações de cunho missioneiro, intrinsecamente relacionados com a identidade e o local em que estão inseridos. Cabe destacar a música, o artesanato e construções arquitetônicas, por exemplo, que compõe o que consideramos como patrimônio missioneiro, seja ele material ou imaterial.

Nesse processo, que chamamos de democratização da cultura através dos patrimônios, percebe-se que tanto órgãos da iniciativa privada quanto públicos estão envolvidas, a destacar a manifestação artística por meio de espetáculos, artesanatos, e divulgação em órgãos municipais, a começar pela própria prefeitura. O reconhecimento da importância do patrimônio missioneiro por esses órgãos é indispensável para que se consolide, atestando o seu valor enquanto veículo carregado de significados e representações culturais e artísticas.

É importante salientar que os recursos públicos, geralmente municipais, destinados para a promoção e preservação dos patrimônios missioneiros não são uniformes, uma vez que tais incentivos, sejam eles por meio de apoio financeiro sejam por meio de políticas culturais, variam conforme a ênfase do local. Por exemplo, há locais cujos recursos são direcionados para espetáculos e festividades de temática missioneira; sítios arqueológicos; música missioneira; artesanato, dentre outros.

Portanto, o patrimônio, material ou imaterial, é importante e deve ser estudado voltado para o contexto no qual está inserido, refletindo em variados níveis de reconhecimento (como, por exemplo, o sítio arqueológico de São Miguel, reconhecido pela Unesco). Concordamos que, em alguns casos específicos, os patrimônios materiais influenciam diretamente na formação do patrimônio imaterial, como no caso estudado, e suas correlações sob o aspecto missioneiro.

REFERÊNCIAS

BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio. *São Miguel: a saga de um povo missioneiro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CARLAN, Claudio Umpierre. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. *Revista História*, São Paulo, 27 (2): 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005>. Acesso em: 28 de março de 2015.

CUSTODIO, Luiz Antônio B. Missões: patrimônio e território . In: PESAVENTO, Sandra Jatayh; GOELZER, Ana Lúcia. (Org.) *Fronteiras do mundo Ibérico: patrimônio, território*



e memória das missões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FABRIS, Anna Teresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista. Nova Série NQ1, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a11v1n1.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 29 de março de 2015.

GOLIN, TAU. A guerra guaranítica (1753-1756). In: AXT, Gunter (Org.). *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. (2008).

MARTINS, Tiago Costa. *A dinâmica da produção cultural: as atribuições das instituições culturais na região das missões, RS*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC, 2014. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional).

_____. (Coord.). *Relatório final de pesquisa: a alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a “Rota Missões” no Rio Grande do Sul*. São Borja, RS: CNPq/MinC., 2015. 106p.

PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil*. 2011. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.



OS AUTORES

Caroline Fernandes da Silva

Bacharel em Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural pela Universidade Federal do Pampa. Foi bolsista do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Pedagógico (2013). Foi bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial do CNPq, do projeto de pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional”, financiado pelo Ministério da Cultura e pelo CNPq, (2014). Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico - PBDA, modalidade pesquisa (2015). Integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais – OMiCult.

Daiane Gampert

Bacharel em Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural pela Universidade Federal do Pampa. Técnica em Eventos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha campus São Borja - IFFarroupilha (2012). Foi bolsista do PROEXT MEC 2013 - Programa Implementando Cultura de Paz e Projeto Renovar (2013), bolsista voluntária da Agência Experimental de Relações Públicas e Produção Cultural - RPPC da UNIPAMPA (Nov/2013 - Jan/2014). Foi bolsista do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Pedagógico (2013). Foi bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial do CNPq, do projeto de pesquisa “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional”, financiado pelo Ministério da Cultura e pelo CNPq, (2014).

Danilo Pedro Jovino

Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Atualmente é graduando no curso de Licenciatura em Ciências Humanas pela UNIPAMPA, campus São Borja. É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - PIBID na Escola Estadual Getúlio Vargas. Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico - PBDA, modalidade Ensino (2012 e 2013). Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq (2014).

Joel Felipe Guindani

Professor adjunto e Coordenador do Curso de Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estudou Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduou-se em Comunicação Social (Rádio e TV) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Integrante do Grupo de Pes-



quisa Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais - GPAC (Unipampa/CNPq) e do Observatório Missioneiro das Atividades Criativas e Culturais – OMiCult. Pesquisa atualmente as seguintes temáticas: Comunicação e Cultura, Cidadania, Audiovisual e Movimento Sociais.

Evandro Ricardo Guindani

Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no campus de São Borja-RS. Doutor em Educação pela Universidade Federal de SC (2011). Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica/SP (2002). Graduado em Filosofia pela Unifai/SP(1995). Tem experiência na área da Educação com ênfase em Sociologia da Educação e Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e trabalho, políticas de avaliação da educação, educação e desenvolvimento socioeconômico.

Ronaldo Bernardino Colvero

Graduação em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999), mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2003) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). É professor adjunto na Universidade Federal do Pampa, atuando no Curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas, atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas, participa do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Borja, diretor do campus São Borja da Universidade Federal do Pampa. Desde 2003 vem participando, elaborando e orientando projetos de pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória e Patrimônio.

Marcela Guimarães e Silva

Professora adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja do Curso de Relações Públicas - ênfase em produção cultural e coordenadora da Especialização em Atividades Criativas e Culturais. Líder do grupo de pesquisa Integrante do Grupo de Pesquisa Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais - GPAC (Unipampa/CNPq). Integrante do Observatório Missioneiro das Atividades Criativas e Culturais - OMiCult. Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), especialista em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) mestre e doutora em Extensão Rural também pela UFSM. Estágio de doutorado sanduíche junto ao Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line (LabCom) da Universidade da Beira Interior (UBI) em Portugal.



Marconi Severo

Graduando do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja. Atualmente é bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, modalidade Pesquisa, trabalhando com o tema: “Quem são eles? Uma prosopografia da elite política são-borjense (1889-1964)”. Integrante do grupo de pesquisa “Relações de fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai”.

Tiago Costa Martins

Bacharel em Comunicação Social, hab. Relações Públicas, pela Universidade Federal de Santa Maria (2002). Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2014). Doutorado sanduíche no exterior (bolsista PDSE/CAPES) na Universidade da Beira Interior - UBI, Laboratório de Comunicação - LabCom, Covilhã, Portugal (2013). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais - GPAC (Unipampa/CNPq). Atualmente é professor adjunto do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa - São Borja e integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais - OMiCult. Atua nas áreas de relações públicas, cultura e desenvolvimento, com ênfase em agentes e instituições culturais, economia e política da cultura.

Victor da Silva Oliveira

Graduado em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) - 2010. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - 02/2013. Atualmente doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Observatório Missioneiro das Atividades Criativas e Culturais – OMiCult. Áreas de interesse: desenvolvimento regional, regionalização, economia regional, planejamento regional e experiências de participação social.



Caroline F. da Silva
Daiane Gampert
Danilo P. Jovino
Evandro R. Guindani
Joel F. Guindani
Marcela Guimarães e Silva
Marconi Severo
Ronaldo B. Colvero
Tiago C. Martins
Victor da S. Oliveira



OMiCult

Observatório Missionário de
Atividades Criativas e Culturais

